

Revista de filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

30

latino americana no século 20
relação de texto
TEXTOS & DEBATES

ISSN 1413~9987

ISSN On-line 2317~1448



TEXTOS E DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Nº 30



REVISTA VINCULADA AOS PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DO CENTRO
DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (CCH/UFRR)

ISSN 1413-9987

ISSN On-line 2317-1448

Textos e Debates

| Boa Vista

| Nº 30, p. 1-108

| 2016

Ficha catalográfica

Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima n. 1 (1995) - . - Boa Vista: Editora UFRR, 1995-
Periodicidade: semestral.

ISSN 1413-9987 / ISSN On-line 2317-1448

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História - Universidade Federal de Roraima.

Revista vinculada aos programas de estudos pós-graduados do Centro de Ciências Humanas (CCH/UFRR)

CDU:0 (05)

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de Espanha; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Textos e Debates

Comitê editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes
Rodrigo Pereira Chagas

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof. Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)
Prof. Dra. Maria Denise Guedes (UNESP)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramón Peña Castro (UFScar)
Prof. Dr. Stephen Grant Baines (UNB)

Conselho Executivo

Prof. Dr. Alfredo Ferreira de Souza (UFRR)
Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Jr. (UFRR)
Prof. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Prof. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Prof. Dr. Edson Rufino Oyama (UFRR)
Prof. Dr. Felipe Kern Moreira (UFRR)
Prof. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dra. Gilvete de Lima Gabriel (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Prof. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)
Prof. Dra. Maria das Graças S. D. Magalhães (UFRR)
Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dra. Olendina de carvalho Cavalcante (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Mibielli (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
nº 2413, Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br

Editora da UFRR

Direção
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

Editoração Eletrônica e Capa
George Brendom Pereira dos Santos

APRESENTAÇÃO	3
Ana Lúcia de Sousa	
 ARTIGOS	
A BUSCA POR SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ NA CIDADE DE BOA VISTA/RR	9
Kristiane Alves Araújo Maxim Repetto	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DOS EMPREGOS VERDES NO BRASIL	23
Claudemir Ramos	
INVENTÁRIO TURÍSTICO: SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BOA VISTA/RR	39
Jordana de Souza Cavalcante	
DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE IMIGRANTES EM ESCOLAS DE REGIÕES FRONTEIRIÇAS	55
Janaína Moreira Pacheco de Souza Luiz Antonio Gomes Senna	
LABOR ACADÊMICO, UNIVERSIDADE E CONTRAOFENSIVA DO CAPITAL	69
Alisson Slider do Nascimento de Paula	
UMA BREVE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO POLÍTICA REPRESENTATIVA DE OTTOMAR DE SOUSA PINTO EM RORAIMA NOS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO DO ESTADO (1991-1994)	81
Elen Patrícia Nogueira	
IMPRESSÕES AMAZÔNICAS: A RELAÇÃO COMUNICACIONAL DO IMAGINÁRIO ROMANTIZADO COM FRAGMENTOS DA REALIDADE ..	95
Rafael de Figueiredo Lopes	

APRESENTAÇÃO

Ao final do ano de 2016 chegamos a mais uma edição da Revista Textos e Debates, buscando contribuir para divulgar importantes conhecimentos nos mais diversos campos das ciências humanas.

Nesta edição de número 30 apresentamos trabalhos nos diferentes campos das Ciências Humanas, como Antropologia, desenvolvimento econômico e ecologia, política, educação, entre outros. Artigos que, em suas especificidades, corroboram com a ideia norteadora da Revista de constituir-se como um espaço para apresentação, análise e debate das diferentes maneiras de compreender a realidade social e suas múltiplas relações, em particular no contexto amazônico.

Com esse intuito iniciamos com o texto de *Kristiane Alves Araújo* e *Maxim Repetto*, **A Busca por saúde e a construção de itinerários terapêuticos em terreiros de candomblé na cidade de Boa Vista/RR**. O artigo faz uma reflexão sobre alguns dos principais conceitos envolvidos no processo saúde-doença-cuidado, em perspectiva transdisciplinar, envolvendo o debate de religião, terapias de cura e itinerários terapêuticos, no âmbito das redes de relações sociais que se constroem em um terreiro de candomblé na Cidade de Boa Vista / RR.

Para discutir o importante tema da questão ecológica temos o artigo de *Cláudemir Ramos*, refletindo sobre **Desenvolvimento econômico sustentável: tendências e desafios na promoção dos empregos verdes no Brasil**. Neste artigo o autor discute a relação entre desenvolvimento e meio ambiente com o intuito de definir e quantificar os Empregos Verdes no Brasil, examinando os conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável e apresentando políticas de implantação de estratégias de crescimento ambiental sustentável. Os argumentos foram fundamentados com a análise dos resultados da Agenda 21 Brasileira, documento oficial que iniciou a discussão da sustentabilidade econômica como prática de políticas governamentais no país.

Seguindo a trilha do debate sobre desenvolvimento, *Jordana de Souza Cavalcante* apresenta uma discussão sobre a importância do inventário turístico para o desenvolvimento da cidade de Boa Vista, em Roraima. Assim, o artigo **Inventário turístico: sua importância para o desenvolvimento local de Boa Vista/RR** aborda a necessidade de avançar na perspectiva da regionalização do turismo, considerando alguns dados estatísticos levantados pela Superintendência de turismo de Boa Vista/RR, na expectativa de ajudar a compor formas e instrumentos que

contribuem para o desenvolvimento local a partir da oferta turística existente no município.

Discutindo o importante tema da educação e as questões fronteiriças, *Janaína Moreira Pacheco de Souza* e *Luiz Antonio Gomes Senna* trazem o artigo **Desafios para inclusão de imigrantes em escolas de regiões fronteiriças**. Por meio de duas pesquisas que retratam a inclusão de imigrantes em escolas públicas de duas fronteiras brasileiras, uma ao norte, na cidade de Bonfim/ Roraima e outra ao Sul, em Foz do Iguaçu/PR, os autores buscam refletir como a diversidade, o distanciamento entre a cultura acadêmica e a realidade educacional afilgem a prática pedagógica dos professores, exigindo que os mesmos tenham que se apropriar de uma formação diferenciada para atender as novas demandas que surgem no interior da escola.

Ainda no campo da educação, e com uma perspectiva crítica das políticas educacionais, *Alisson Slider do Nascimento de Paula*, com o texto **Labor acadêmico, universidade e contraofensiva do capital** empreende uma análise acerca do labor acadêmico no contexto de ofensiva neoliberal, apresentando as condicionalidades apresentadas pelo sistema capital para as universidades e conseqüentemente para seus trabalhadores, constatando que o labor acadêmico sob o jugo do capital é realizado de forma pragmática e fragmentada, o que engendra um processo de esvaziamento.

Discutindo mais amiúde a realidade da construção política em Roraima, *Elen Patrícia Nogueira*, no artigo **Uma breve história da construção política representativa de Ottomar de Sousa Pinto em Roraima, nos primeiros anos do governo do estado (1991-1994)** analisa as representações da política populista por trás do governo de Ottomar de Sousa Pinto, durante o primeiro governo de Roraima (1991-1994), apresentando o papel da mídia na construção da imagem de “homem do povo”, “de líder carismático”, de um lado, e de populista, manipulador, autoritário e nepotista de outro.

Por fim, *Rafael de Figueiredo Lopes*, no texto **Impressões amazônicas: a relação comunicacional do imaginário romantizado com fragmentos da realidade** analisa aspectos do processo histórico de ocupação da Amazônia, para compreender como se moldou o imaginário sobre a região, apoiado em autores como PROUS (2007), GONDIM (2007), BENCHIMOL (2009) e PIZARRO (2012).

Esperamos, com mais uma edição da Revista, contribuir para a formação daqueles que se dispuserem a ler essas importantes reflexões.

Agradecemos os autores que enviaram seus trabalhos, aos pareceristas, ao Conselho Editorial da *Revista Textos e Debates* e aos leitores, sem os quais não faria sentido essa publicação.

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa
Comitê Editorial

ARTIGO

A BUSCA POR SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DE ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ NA CIDADE DE BOA VISTA/RR

Resumo

O presente estudo faz uma reflexão sobre alguns dos principais conceitos envolvidos no processo saúde-doença-cuidado, em perspectiva transdisciplinar, envolvendo o debate de religião, terapias de cura e itinerários terapêuticos, no âmbito das redes de relações sociais que se constroem em um terreiro de candomblé na Cidade de Boa Vista / RR. Identificamos assim diversas concepções sobre saúde e doença, diagnóstico e cuidado, contrastando os discursos e as práticas das pessoas que frequentam um terreiro de candomblé e as reflexões sobre os serviços oferecidos pelo sistema público de saúde e os dilemas e complexidades que enfrenta a biomedicina.

Palavras-Chave: Processo saúde-doença-cuidado; itinerários terapêuticos; Candomblé; Biomedicina.

Abstract

The present study reflects about some of the main concepts involved in the health-disease-care process, in a transdisciplinary perspective, involving the debate of religion, healing therapies and therapeutic itineraries, within the scope of social networks that are built in Candomblé's yard (terreiro de Candomblé) in the City of Boa Vista, Roraima. We thus identify diverse conceptions about health and disease, diagnosis and care, contrasting the discourses and the practices of the people that frequent a Candomblé's yard and the reflections about the services offered by the public health system and the dilemmas and complexities which biomedicine confronts.

Keywords: *Health-Disease-Care Process. Therapeutic Itineraries. Candomblé. Biomedicine.*

* Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde (PROCISA/ UFRR). E-mail: kristianefisioterapia@hotmail.com.br.

** Professor do PPGSOF – PROCISA / UFRR e do Curso Licenciatura Intercultural, Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena / UFRR; coordenador programa PET Intercultural/UFRR (2011-2016). E-mail: maxim.repetto@yahoo.com.br.

O conceito de saúde e o processo saúde-doença-cuidado¹

O presente texto reflete sobre o processo saúde-doença-cuidado, na perspectiva do estudo dos itinerários terapêuticos junto de pessoas que procuram atenção e cuidados à saúde em terreiros de candomblé na cidade de Boa Vista. É um processo, pois saúde ou doença não podem ser considerados de forma isolada, pois além da construção social destes conceitos, existe um contínuo desde o estado de saúde, passando pela doença até a procura de formas de cuidado para o reestabelecimento da saúde. O lugar e o tipo de moradia, a ocupação e o nível de renda, a qualidade e o acesso à educação, a qualidade da alimentação e o estilo de vida, também exercem influências no processo saúde-doença-cuidado (OLIVEIRA, 2003).

Outros fatores influenciam mais diretamente na atenção à doença, como restrições e/ou oportunidades de acesso aos serviços de saúde, a qualidade dessa atenção, as possíveis discriminações derivadas de uma certa classe social, a participação em diversas situações de gênero e orientação sexual, de raça/etnia, de faixa etária (geração), tanto desde a perspectiva de quem procura ajuda, como da perspectiva das instituições e profissionais de saúde.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) (1948) define a saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades”. E define doença como ausência total de saúde. Nesta perspectiva a saúde passou, a ser mais um valor da comunidade que do indivíduo. É um direito fundamental da pessoa humana, que deve ser assegurado sem distinção de raça, de religião, ideologia política ou condição socioeconômica. A saúde não é um bem individual, de vez que nenhum indivíduo sentirá esse bem quando em seu meio sofrem muitos e isto se reflete no funcionamento da comunidade.

A saúde é, portanto, um valor coletivo, um bem de todos, devendo cada um gozá-la individualmente, sem prejuízo de outrem e, solidariamente, com todos. Já na Oitava Conferência Nacional de Saúde (CNS), (1986), o termo saúde ganhou uma concepção mais ampliada, sendo resultante das condições de alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, acesso à serviços de saúde, resultado de formas de organização social de produção, às quais podem gerar profundas desigualdades no acesso ao cuidado dos diferentes níveis de saúde e das condições de vida.

¹ Apresentamos aqui algumas ideias desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada: Concepção de saúde-doença-cuidado relacionada às práticas do candomblé em Boa Vista, defendida por Kristiane Alves Araújo sob orientação do Prof. Maxim Repetto, no Programa de Pós- graduação em Ciências da Saúde (PROCISA / UFRR, 2013).

Assumido o conceito da OMS, nenhum ser humano (ou população) será totalmente saudável ou totalmente doente. Ao longo de sua existência, viverá condições de saúde/doença, de acordo com suas potencialidades, suas condições de vida e sua interação com elas. Além disso, os enfoques segundo os quais a condição de saúde individual é determinada unicamente pela realidade social ou pela ação do poder público, tanto quanto a visão inversa, nem por isso menos determinista, que coloca todo peso no indivíduo, em sua herança genética e em seu empenho pessoal, precisam ser revisados.

No Brasil, na última década, vem se incorporando progressivamente, na vida social e na legislação, a concepção de que saúde é direito de todos e dever do Estado (Constituição de 1988). Entretanto, as políticas públicas e a ação concreta para o setor favorecem a ideia de que a saúde se concretiza mediante o acesso a serviços, particularmente ao tratamento médico. A implementação de modelos centrados em hospitais, em consultas médicas e no incentivo ao consumo abusivo de medicamentos vem resultando, historicamente, numa atenção à saúde baseada principalmente em ações curativas, desencadeadas apenas quando uma doença já está instalada, desatendendo a necessidade de prevenção e cuidados prévios e contínuos. Neste contexto infelizmente o modelo médico hegemônico se impõe e se desvincula dos modelos populares de cura, muitas vezes discriminando-os e não os aceitando como formas válidas de cuidados e de conhecimentos.

No entanto podemos considerar outras formas de classificar e compreender a saúde e a doença. Neste sentido Langdon (1994), seguindo a classificação proposta por Kleinman (1978, 1980), divide os sistemas de cuidados da saúde em três setores: Profissional, Popular e Familiar. O primeiro seria formado pelos sistemas médicos reconhecidos e organizados em categorias profissionais, com regulações próprias (biomedicina, acupuntura). Já o setor popular refere-se aos “especialistas de saúde que não formam grupos organizados e burocratizados, mas ao mesmo tempo são reconhecidos pelo grupo como desempenhando papéis de cura e caracterizados por um conhecimento especializado sobre algum aspecto de saúde” (Langdon, 1994:15), como os xamãs. Por último, o setor familiar seria aquele formado pela rede social que envolve o sujeito doente, tais como a família, a vizinhança e a comunidade onde ele se insere e cujos conhecimentos relacionados à saúde, adquiridos socialmente, são acionados nos primeiros momentos de identificação da doença.

Segundo Langdon (1996), doença é um processo subjetivo, construído através de contextos socioculturais e vivenciado pelos atores. A doença não é mais um conjunto de sintomas físicos universais observados numa realidade empírica, mas é um processo subjetivo no qual a experiência corporal é mediada pela cultura.

A doença é parte de um sistema de representações e funciona com lógicas construídas historicamente, mediadas pelas ações e as crenças. Nos casos em exame, uma vez fracassada a intervenção médica ou medicamentosa, os doentes passaram a explicar a doença utilizando recursos exteriores ao saber médico. Prova disto é o fato de que, a despeito dos equipamentos, da medicação e das técnicas cirúrgicas aplicadas no tratamento de doenças antes mortíferas, uma proporção considerável dos desarranjos e das doenças do corpo é, todavia, tratada fora dos hospitais e da competência médica (BORGES e VACONCELLOS, 2012).

Em Boa Vista os adeptos às religiões de origem africana ainda enfrentam o preconceito de ser uma religião de origem escrava e continuam invisibilizadas. Segundo o IBGE (2010), a população de Boa Vista é de 284.313 pessoas, sendo que desses 428 são praticantes da religião umbanda/candomblé, 86 praticantes somente de umbanda, 341 de candomblé e 3.915 espíritas. Embora através da ASSOCIACAO DE UMBANDA, AMERINDIOS E CULTOS AFRO-BRASILEIROS DE RORAIMA – ASUAER (fundada em 2012), podemos apreciar que os números podem ser bem maiores, uma vez que confirma um total de 110 terreiros no município de Boa Vista, embora estes sejam de diferentes origens, os que podem agregar diretamente mais de um milhão de pessoas, e indiretamente, muitos mais.

O processo e percurso em busca de cura é conhecido como itinerário terapêutico. E refere-se à procura e percurso por auxílio nos diferentes lugares ao alcance da pessoa. Assim percorre um caminho que vai sendo construído e alimentado por diferentes saberes, passa por vários setores, seja ele familiar ou profissional ou até mesmo outros tipos de medicina popular, para depois chegar ao terreiro de candomblé. Este foi o último lugar procurado por alguns de nossos entrevistados, no entanto muitas vezes mesmo conseguindo bons resultados precisavam voltar ao setor profissional para a confirmação da cura ou para realização de novos tratamentos, que somente se mostraram eficazes depois do procedimento espiritual.

Desse modo adota-se como definição de itinerários terapêuticos as diferentes práticas em saúde e os caminhos percorridos em busca de cuidado, nos quais se desenham múltiplas trajetórias (assistenciais ou não, incluindo diferentes sistemas de cuidado), em função das necessidades de saúde, das disponibilidades de recursos sociais existentes sob a forma de redes sociais formais e informais e da resolutividade obtida.

De acordo com Borges e Vasconcellos (2012), a experiência da doença, não obstante a preponderância do modelo biomédico, é também negociada em termos mágicos e religiosos, que perfazem variadas formas terapêuticas, muitas vezes como

único auxílio médico possível, invariavelmente modelado por diferentes itinerários de cura.

A representação etiológica das práticas de cura, ou seja, das causas de uma doença, dificilmente podem ser isoladas das condições sociais em que se inscrevem, tanto ao nível da interpretação etiológica da doença quanto da resposta terapêutica. (LAPLANTINE, 2004).

Os modos ocidentais de diagnosticar e tratar os problemas psicossociais podem ser inadequados se não consideram os diversos aspectos sociais e culturais das pessoas envolvidas (HELMAN, 2009). Estas podem preferir seus próprios curandeiros e remédios tradicionais, frequentemente em combinação com a medicina ocidental. Esses curandeiros populares podem fornecer um sentido maior de continuidade, bem como uma visão holística e espiritual do sofrimento humano, e talvez esse seja o motivo da eficácia de um tratamento pela medicina popular ou não científica.

Pela cura realiza-se o reordenamento do desequilíbrio produzido pela doença para tornar o corpo saudável, permitindo ao indivíduo operar convenientemente nas interações sociais e nas rotinas diárias. Porém, a experiência da doença, com todos os seus conteúdos de significância, impõe a necessidade de uma exegese, uma interpretação, para traduzir em termos dizíveis uma metalinguagem indizível. É necessário um interventor para cumprir a função de intermediário entre a doença e a cura, ou mais ainda: um discurso de referência para dar-lhe uma definição, e dar sentido a uma terapêutica da cura (BORGES; VASCONCELLOS, 2012).

Para o estabelecimento dessa integração, a posterior cura da doença é uma forma de recompor o equilíbrio do corpo por uma ordem de representações que espalham constelações de significados, inclusive com conotações religiosas (AUGÈ, 1994). Quando o equilíbrio desse sistema é abalado por doenças, infortúnios e morte, e a realidade torna-se angustiante e insuportável dada a impotência diante de fatos que escapam à completude dos padrões culturais, o indivíduo buscará dar-lhe significância, mobilizando em torno de si a gramática social de sua cultura (BORGES; VASCONCELLOS, 2012). E a partir desse momento dará significado ao termo “estar doente”, procurando de acordo com a sua cultura formas possíveis para solucionar o que está causando o desequilíbrio, seja físico, mental ou espiritual.

Isso aponta que qualquer que seja a resposta terapêutica, a doença é um fator manifesto de desequilíbrio, não somente para o corpo físico, mas também o corpo social, e explicações ser-lhe-ão dadas para localizá-la dentro de uma ordem de fatores fornecida pela cultura, chamada por Levi-Strauss (1975) de *consensus* coletivo.

Segundo Menendez (2009), nas sociedades européias e americanas atuais, existe toda uma variedade de saberes e formas de atenção aos padecimentos que utilizam diferentes indicadores e técnicas diagnósticas para a detecção de problemas de saúde, como variados tipos de tratamentos e ainda diferentes critérios de cura. Menéndez (2003), chama a atenção para o fato de que os sistemas biomédicos utilizados na medicina ocidental procuram diferenciar-se de outros sistemas com o argumento de que estes não são “científicos”, fato este que muitas vezes leva a uma concepção de que estas práticas podem representar “perigo” para a saúde dos usuários do sistema de saúde oficial. Para tanto, discorre sobre o conceito de auto-atenção, que se refere aos saberes produzidos pelos indivíduos para diagnosticar, explicar, controlar, aliviar, curar, solucionar e prevenir os processos que afetam a sua saúde sem que haja a intervenção direta dos “curadores profissionais”.

Contudo, a interpretação das doenças recorre a um contexto pluridimensional: natural, sobrenatural, psicossocial e sócio-econômico. A definição de saúde-doença não se refere apenas à origem de um mal, mas a uma imagem do mundo, do homem, da natureza e das relações sociais; enfim concepções criadas, transmitidas ou transformadas no decorrer da vida. Sendo que, o que define a causa de uma doença é o “julgamento subjetivo” do doente, parentes, amigos e especialistas incumbidos do tratamento. Esse fato direciona a escolha do itinerário terapêutico.

Segundo Minayo (1988), no caso da medicina oficial e da visão de grande parte dos médicos, há uma perda da dimensão subjetiva da doença em contra partida ao que acontece nos espaços envolvidos pela religiosidade. Adverte que:

O corpo humano é considerado na medicina acadêmica como uma máquina e cada órgão como uma peça. O papel do médico é de atacar a doença, isto é, de consertar os defeitos de um mecanismo enguiçado. Ao concentrar-se em elementos cada vez menores e divididos do corpo, o médico perde de vista o doente como um todo, o processo de inter-relação sócio-cultural, psicossocial, e espiritual que permeia qualquer doença (MINAYO, 1988, p. 10).

A conceitualização que se faz da doença a partir da biomedicina é produto de uma visão naturalizante e objetivante, que conclui serem as doenças entidades caracterizadas pelo menos por dois ou três critérios: um agente etiológico reconhecido, um grupo de sinais e sintomas identificáveis e alterações anatômicas consistentes (BONET, 2004).

Segundo Kleinman (1980), deve-se adotar o termo “biomedicina” em vez de “medicina científica” ou “medicina ocidental” para nos referirmos à medicina alo-

pática, no intuito de destacar sua posição dominante e estabelecida no mundo atual e seus princípios epistemológicos baseados no paradigma científico positivista, evitando assim a implicação de que outros modelos médicos não são ou não possam ser científicos. A biomedicina precisa ser relativizada, vista como um modelo médico entre vários outros, sejam estes dos chineses, hindus, indígenas ou afrodescendentes.

Para Langdon (2003), a biomedicina distingue-se dos outros por seu enfoque principal na biologia humana como processo físico/material e no dualismo entre corpo e mente, além de sua perspectiva etiológica como um processo único entre causa, patologia e tratamento. Esses conceitos explicam porque os profissionais de saúde estão afastados dos diversos aspectos que circulam em torno do processo saúde-doença, por priorizar ou somente acreditar que sua forma de tratamento é a única eficaz para resolução dos problemas, acreditando eles, que a causa do infortúnio se restringe tão somente à parte biológica do nosso corpo.

Os Itinerários Terapêuticos em um terreiro de Candomblé

Para desenvolver este estudo, focamos a pesquisa em uma comunidade religiosa de Candomblé localizada na cidade de Boa Vista, terreiro *Ilé Axé Yeye Olomin Olá*, junto do pai de santo Josenir de Oxum, localizado no bairro Nova Cidade. Foram também realizadas visitas, entrevistas e participação em eventos em mais três terreiros² do município de Boa Vista.

Segundo Ferretti (1988), os adeptos das religiões afro-brasileiras classificavam a doença em duas grandes categorias. A doença física (como erisipela, congestão), tratada por médico (medicina oficial) e pela medicina alternativa, exercida por muitas pessoas com funções religiosas, como padres, pastores, pais e mães de santo; e a doença espiritual, tratada no terreiro, que pode se manifestar por desmaios, insônia, dor de cabeça, paralisias, perdas de voz ou de visão, nervosismo, loucura, violência, alcoolismo, vadiagem, etc.

Algumas das doenças que integram essa categoria são, às vezes, tratadas pela medicina, psicologia, psicanálise, como neurose, psicose, depressão ou são encaradas pela sociedade mais ampla como criminalidade. As doenças interpretadas como manifestação mediúnica (encosto, quebranto, mau-olhado, malefício ou feitiço) são tratadas nos terreiros por rezadeiras, benzedadeiras, pajés ou curadores, que, muitas vezes, são também pais-de-santo.

² Terreiros: *Abassá Dangola Tata Bokulê* (pai de santo Bokulê), no bairro São Vicente; *Ilé Axé Obá Agodó* (mãe de santo Sílvia) no bairro Caraná; *Iwo-lé Dá Ori Obé Ti-niti Olorum* (mãe de santo Luciana), no bairro Jóquei Clube.

Como as doenças nunca são consideradas exclusivamente físicas ou espirituais, os doentes que procuram os terreiros de religiões afro-brasileiras podem ser tratados ao mesmo tempo por clínicos e por especialistas religiosos. Por essa razão, também os pais-de-santo e curadores ou pajés fazem uso de orações, benzimentos, passes e de remédios caseiros e, não raramente, de medicamentos produzidos pela indústria farmacêutica. Embora alguns pais-de-santo sejam formados em cursos da área biomédica ou trabalhem em instituições oficiais de saúde, a maioria tem grandes conhecimentos de medicina popular (fitoterápica, por exemplo) e percebem claramente a necessidade de articulação entre ambas formas de cuidado.

Apesar da existência de conflitos entre a medicina biomédica e a popular, nos terreiros as duas são geralmente encaradas como complementares. Não raramente os pais-de-santo, depois de cuidarem dos problemas espirituais e de receitarem ou prepararem algum remédio, encaminham os pacientes a médicos ou a postos de saúde. O caminho inverso, dificilmente acontece, mas de acordo com Ferretti (2003), embora com menor frequência, alguns médiuns informam que foram encaminhados a terreiros por médicos ou que foram apoiados por eles na sua decisão de procurar também tratamento espiritual para se libertarem de certas doenças e perturbações.

Os terreiros são instituições religiosas (casas de culto) e não instituições da área de saúde, embora os pais de santo e outros iniciados costumam atuar no campo da medicina popular ou alternativa, tal como ocorre com sacerdotes e pastores da igreja católica, de igrejas evangélicas e de outras, essa prática é comum, e ressalta a relação da medicina, saúde e religião.

Segundo Guimarães (2003), a tradição religiosa afro-brasileira é parte do legado deixado por homens e mulheres africanos e afro-brasileiros, que contribuíram de forma significativa para a construção do país em que vivemos. O saber do terreiro, mantido e recriado por gerações, é uma das matrizes do imaginário brasileiro. Esse saber, através de sua visão de mundo, propõe formas de lidar com a saúde física e psíquica, com a educação, com as relações sociais. Esses universais de matriz africana compõem categorias simbólicas que organizam o mundo, constroem e mantêm subjetividades.

Os terreiros, embora procurados para a cura de enfermidades muitas vezes tratadas por médicos, são considerados muito importantes na prevenção de doenças, uma vez que sabem como aumentar a proteção do “anjo de guarda” (protetor espiritual) das pessoas.

As terapias realizadas nos terreiros são muito variadas, pois, além dos problemas trazidos aos pais-de-santo serem muito diversos, as formas de diagnóstico e de

tratamento variam de uma tradição religiosa para outra. Muitos dos procedimentos terapêuticos utilizados nos terreiros envolvem não apenas uma ação física contra a doença, mas também ações no campo da espiritualidade, aumentando a autoconfiança da pessoa, ajudando no seu restabelecimento e possibilitando uma melhor resposta a tratamentos médicos.

A partir de nosso diálogo com os membros das casas de santo visitadas, compreendemos que o diagnóstico no candomblé é conduzido pelo *Babalorixá* ou sacerdote e se dá através do jogo de *búzios*, no qual um conjunto de 16 conchas marinhas são arremessadas sobre um tabuleiro ou mesa, sendo que dependendo da forma em que caem, abertos ou fechados, são interpretados como as respostas e orientações de *Orunmila*, o orixá da determinação, benfeitor dos homens e conselheiro. Ele estava presente na criação do mundo o que lhe permitiu ter conhecimento dos segredos do ser humano e da natureza, assim como ver de primeira mão o conhecimento acumulado pela humanidade. Dessa forma os *Oduns* falam por *Orunmilá* e manifestam o que deve ser realizado.

As interpretações dadas pelo *Babalorixá*, no candomblé, ou pelo *Babalaó*, no *Ifá* ou sistema divinatório regido por *Orunmilá*, são apresentados aos pacientes em forma de conselhos ou histórias. Cada paciente vai realizando perguntas e os *orixás* respondem, de forma que o paciente pode interpretar livremente os sinais que cada jogo apresenta e levar as conclusões para sua vida, interpretando segundo suas vivências e concepções. Dessa forma o diagnóstico e o tratamento são prescritos no jogo divinatório. É *Orunmilá* quem identifica o problema e a causa das mazelas e propõe o tratamento para a cura.

Posteriormente ao diagnóstico, as terapias realizadas nos terreiros são muito variadas, pois, além dos problemas trazidos aos pais-de-santo serem muito diversos, as formas de diagnóstico e de tratamento variam de uma tradição religiosa para outra e de terreiro para terreiro. É importante destacar que o mundo afro-brasileiro não é homogêneo, esta categoria genérica esconde uma diversidade de origens étnicas e geográficas na África, e por tanto, tradições diferentes no Brasil, embora mantenham aspectos comuns, registrados nos diferentes mitos dos *orixás*, os quais relatam problemas e formas de resolução dos mesmos em um tempo mítico, as quais servem de exemplo para vida atual na visão cíclica do mundo afroreligioso de origem *Yoruba*.

Embora muitos dos atendimentos realizados nos terreiros sejam feitos por encantados, isto é, por médiuns em transe, e cada um deles ou cada categoria de encantado tenha a sua forma tradicional de trabalhar, introduzem remédios novos. Alguns

encantados curam mais com passes ou vibrações, outros com banhos ou garrafadas (FERRETTI, 2003).

Ainda alguns *Orixas* têm incumbência específica e direta nos tratamentos de saúde. A saber, *Ossaim*, o *orixá* das plantas nas matas, das plantas medicinais, e *Obaluaiê*, *orixá* das doenças e da cura. Diferentes rituais e conjuntos de rezas e cantos são invocados nas cerimônias de tratamento, envolvendo comidas sagradas de preferência destes *orixás*, ofertados como oferendas ou agradados, assim como orientações e prescrições que devem ser guardadas pelos pacientes, num sentido sacrificial.

A preparação e aplicação dos tratamentos nos terreiros exige todo um ritual e carrega muita energia, e acredita-se que através de banhos de ervas (ervaterapia) o poder da cura pode ser potencializado, ficando horas no quarto de santo, submetidos a dieta especial, acompanhados de rezas ou cantos durante a sua preparação, buscando o *axé*, ou energia vital que restaurará o equilíbrio da saúde na pessoa. Os tratamentos realizados nos terreiros usualmente exigem alguma atividade posterior, como oferendas aos *orixás*, em retribuição pelo auxílio concedido, e ou resguardos, alimentícios e sexuais, os quais devem ser respeitados sob pena de retorno das aflições (FERRETTI, 1988).

Muito dos procedimentos terapêuticos utilizados nos terreiros não tem ação direta sobre o organismo, como é o caso das preces, das luzes acendidas para um santo ou anjo de guarda ou das obrigações dadas pelos médiuns aos donos de suas cabeças ou aos seus guias espirituais, dentre outros. Mas aumentam a autoconfiança do paciente, ajudam no seu restabelecimento e possibilitam uma melhor resposta a tratamentos da biomedicina, como maior absorção dos medicamentos, por exemplo (FERRETTI, 1988).

No terreiro *Ilê Axé Yeye Olomin Olá* são oferecidas diversas formas de tratamento não biomédicos a pacientes com as mais variadas patologias, principalmente depressão, alcoolismo e doenças de pele, mas apareceram também pacientes com câncer e hidrocefalia. Boa parte da clientela que buscava os serviços não se constituía em uma parcela populacional desprivilegiada economicamente ou sem acesso aos sistemas médicos oficiais, mas pessoas que buscaram vários profissionais da área biomédica e não conseguiam resultados. Muitos relatavam que nem conseguiam um diagnóstico claro, mas somente após o tratamento espiritual foi que tiveram sucesso no tratamento médico.

No terreiro *Abassá Dangola Tata Bokule* do Pai-de-Santo Bokulê, este nos explicava assim a relação entre saúde e doença:

Na verdade, não sei se eu tô errado: mente sã, corpo são. Se a mente está sã, a saúde do corpo deve gozar de perfeita saúde. Nós cremos num raio que nos rege. E esse raio, ele traz positividade e negatividade. Se você está propício à positividade, vem alegria, se você está propício à negatividade, vem tristeza. Oramos entre estas duas causas: entre a tristeza e a alegria. E nós cremos que as ervas em si, elas nos trazem uma positividade de alegria. Agora, quando a gente fala em saúde corporal, ela é real da parte médica. Pra isso foi criado o raio X, o eletrocardiograma, a tomografia, pra ver a parte corporal. Muitas vezes, nós já passamos por situações onde conseguimos, através da mediunidade, a parte espiritual, curar a parte corporal. Mas não descartamos que a necessidade médica é muito forte. É o diagnóstico. Talvez sejamos a cura, mas não somos os donos da verdade.

A religião também pode ser pensada enquanto sistema terapêutico, não em função de práticas específicas e intencionais definidas enquanto terapias, mas a partir do modo como os sujeitos as utilizam na busca por conforto e alívio para o sofrimento

A Mãe de santo Silvia de Xangô, que combina candomblé e umbanda, *orixás*, *caboclos* e *santos*, potencializa os tratamentos, num exercício de sincretismo religioso e cultural muito interessante, reflete sobre as doenças e seus tratamentos, que passam desde um diagnóstico mágico, no jogo de *búzios*, a *Ebós* ou banhos com ervas consideradas sagradas utilizadas para limpezas corporais e espirituais, banhos de descarrego, oferendas e trabalhos segundo a gravidade do assunto:

O Ebó é muito pela energia que a pessoa carrega... muitas vezes energia negativa... e na parte de Caboclos, de curadores, mestres de cura, já se faz os banhos, os banhos de descarga, as garrafadas com ervas, com raízes, sementes de plantas, mas [também] a cura propriamente da doença física, como problema no estômago, úlcera, gastrite, colesterol, diabetes, triglicérides e rins

Nesta perspectiva do candomblé e do sincretismo das religiões afro-brasileiras, podemos dizer que a saúde está associada a um equilíbrio, físico e espiritual, e que os desequilíbrios se originam por energias ruins, dos outros ou muitas vezes da gente mesma, que se canalizam de forma errada e viram um peso para a própria pessoa que os origina. Contudo todos os líderes espirituais ou pais e mães de santo destes terreiros insistiram, em que esta atenção à saúde não substitui o atendimento médico, mas bem o complementa. Assim, entre a atenção do espírito e do corpo se desenvolve a percepção do candomblé sobre saúde e doença, assim como seus diagnósticos e diversos percursos de tratamento.

Contudo, os tratamentos nos terreiros exigem uma série de cuidados e regras, para não quebrar os trabalhos realizados, resguardos, retiros espirituais, dietas especiais, proibição de bebidas e alguns alimentos, dependendo o processo de diag-

nóstico e a linha de cura seguida. São sistemas flexíveis na compreensão cultural do fenômeno social da doença, mas tem regras, algumas bem rígidas, pois exigem um compromisso espiritual do paciente, quem deve estar disposto a fazer sacrifícios para alcançar a cura.

Considerações finais

Como vimos, existem diversas formas de pensar o processo- saúde-doença-cuidado. Os terreiros são detentores de um saber no campo religioso e da saúde, recebido de ancestrais africanos e atualizado e reinventado pelas gerações afrodescendentes no Brasil a partir de diferentes sincretismos.

Em termos da reflexão no campo da antropologia da saúde é importante compreender os processos de manutenção dos conhecimentos e da língua *Yoruba*, assim como a pluralidade cultural existente entre os terreiros, uma vez que estas práticas são marginalizadas e estigmatizadas por amplos setores da sociedade, por exemplo quando os terreiros são associados a “macumba”, palavra que algumas vezes, dependendo de quem e como a pronuncie, desprezia e tergiversa o sentido da religião e da tradição destas religiões.

Desde o ponto de vista da biomedicina e do atendimento à saúde por parte dos profissionais e do sistema único de saúde, há uma necessidade de buscar o diálogo transcultural e transcientífico no entendimento das doenças e dos cuidados, no sentido de formar e sensibilizar os profissionais de saúde (DIAS; GONÇALVES, 2007).

Vimos nos terreiros como a busca por saúde pode levar às pessoas por diferentes itinerários terapêuticos, muitas vezes iniciando a busca junto do sistema biomédico e alternando com formas de medicina popular, como é a que oferecem os terreiros, onde se combinam a cura espiritual com o tratamento físico, em uma perspectiva de complementariedade.

Esse mesmo terreiro que se apresenta como espaço de afirmação, também oferece equilíbrio e proporciona saúde, demonstrando que a saúde não é feita somente nos espaços de domínio da medicina hegemônica.

Os terreiros podem ser grandes colaboradores do sistema oficial de saúde, divulgando informações científicas e adotando medidas preventivas orientadas pela medicina biomédica. Neste sentido percebemos a necessidade da articulação dos saberes biomédicos com os tradicionais ou populares para alcançar uma eficácia duradoura nos tratamentos.

Esta percepção de saúde, como um equilíbrio entre corpo e espírito, modela os caminhos de uma parcela da população na busca de atendimento, do médico ao pai do santo, dos banhos de ervas para os scanners computadorizados e os tratamentos alopáticos. As pessoas que buscam atendimento e os pais de santo se mostraram mais abertos a reconhecer a complementaridade de sistemas, do que os autores reconhecem no próprio sistema de saúde dominante em relação a sistemas alternativos ou populares.

Ficam assim colocadas algumas questões importantes para a reflexão acadêmica sobre os cuidados à saúde, para buscarmos compreender a experiência humana no sentido mais amplo possível, para não restringir a vida apenas a relações físicas de causa e efeito. Nesta procura por até ainda temos muito por aprender.

Referências bibliográficas

AUGÉ, Marc. **Por uma Antropologia dos mundos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

BONET, Octavio. **Saber e Sentir: uma etnografia da aprendizagem da biomedicina**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2004.

BORGES, Carlos Alberto da Silva; VASCONCELLOS, Maria da Penha. **Da doença ao milagre: etnografia de soluções terapêuticas entre evangélicos na cidade de Boa Vista, Roraima**, 2013.

DIAS, S; GONÇALVES, A. Migração e Saúde. **Revista do Observatório da Imigração**, Lisboa, 2007.

FERRETTI, Mundicarmo M.R. Religião afro-brasileira como resposta às aflições. **Caderno de Pesquisa**, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v.4, n.1, p.87-97, jan./jun.1988

FERRETTI, Mundicarmo M. R. Religiões afro-brasileiras e saúde: diversidade e semelhanças. In: Jose Marmo da Silva. **Religiões afro-brasileiras e saúde**. Projeto até-ire: centro de cultura negra do maranhão. São Luís, 2003

GUIMARÃES, M. A.C. Tradição religiosa afro-brasileira como espaço de equilíbrio. In: Jose Marmo da Silva. **Religiões afro-brasileiras e saúde**. Projeto até-ire: centro de cultura negra do maranhão. São Luís, 2003.

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KLEINMAN, A. M. **Writing at the Margin**: discourse between anthropology and medicine. Berkeley: University of California Press, 1995.

KLEINMAN, A. **Patients and healers in the context of culture**. Berkeley: University of California Press, 1980.

KLEINMAN, Arthur. 1978. "Concepts and a Model for the Comparison of Medical Systems". IN: **Social Science and Medicine**, V. 2: 85-93.

LANGDON, E. J. M. Introdução: Xamanismo - Velhas e novas perspectivas. In: **Xamanismo no Brasil**: Novas perspectivas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. p. 9-39.

LANGDON, E. Jean. 1994. "Breve histórico da Antropologia da Saúde". In: **A Negociação do Oculto**: Xamanismo, Família e Medicina entre os Siona no Contexto

LAPLANTINE, F. **Antropologia da doença**. São Paulo: Marins Fontes, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MENÉNDEZ, E. L. **Sujeitos, saberes e estruturas**: uma introdução ao enfoque relacional no estudo da saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2009.

MENÉNDEZ, E. Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 8, n. 1, p. 185-208, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1988.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: LCR, 2003.

ARTIGO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DOS EMPREGOS VERDES NO BRASIL

Resumo

Este artigo discute a relação entre desenvolvimento e meio ambiente com o intuito de definir e quantificar os Empregos Verdes no Brasil. Os argumentos foram fundamentados com a análise dos resultados da Agenda 21 Brasileira, documento oficial que iniciou a discussão da sustentabilidade econômica como prática de políticas governamentais no país. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o termo "Empregos Verdes" se refere às profissões que simultaneamente promovem o progresso econômico, contribuem com a restauração da qualidade do meio ambiente, minimizando os impactos sofridos pela natureza, além de pressupor o trabalho amparado nas conquistas pela proteção social do trabalho, com salários adequados, condições seguras e direitos trabalhistas assegurados. Os dados no Brasil foram extraídos da RAIS (Relação Anual das Informações Sociais). Abordou-se um panorama das formas de empregos verdes no mundo e no Brasil, tratando alternativas de oferta e investimentos em energia alternativa e repercussões nos setores produtivos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento

Sustentável; Sustentabilidade; Economia Ambiental; Empregos Verdes no Brasil; trabalho decente.

Abstract

This article discusses the relationship between development and the environment in order to define and quantify Green Jobs in Brazil. The arguments were based on the analysis of the results of the Brazilian Agenda 21, an official document that began the discussion of economic sustainability as a practice of government policies in the country. For the Organização Internacional do Trabalho (OIT), the term "Green Jobs" refers to occupations that simultaneously promote economic progress, contribute to restoring environmental quality, minimizing the impacts of nature, and Work based on the achievements of the social protection of labor, with adequate salaries, safe conditions and guaranteed labor rights. The data in Brazil were extracted from RAIS (Relação Anual das Informações Sociais). An overview was presented of the forms of green jobs in the world and in Brazil, dealing with alternatives of supply and investments in alternative energy and repercussions in the productive sectors.

Keywords: Sustainable Development; Sustainability; Environmental Economy; Green Jobs in Brazil; decent work.

* Mestre em Economia Política pela PUC-SP. E-mail: claudemir.ramos@coreconsp.org.br

Introdução

Com a reorganização mundial após a Segunda Guerra Mundial, os processos de descolonização e emancipação do Terceiro Mundo se acentuaram. A Guerra Fria bipolarizou politicamente o planeta e houve a emergência da Organização das Nações Unidas (ONU). A agenda global passou a ser norteadada pelo conceito de desenvolvimento identificado com a ideia de crescimento econômico (VEIGA, 2008, p.18).

Contextualizando, Kon e Sugahara (2010) articula diversos questionamentos: o conceito de desenvolvimento poderia, necessariamente, ser traduzido como melhor bem-estar social das nações em geral nos últimos 60 anos? Quais metas realmente visam o crescimento econômico e quais são possíveis de atingir? Qual a relação entre o crescimento econômico e a distribuição de renda? Quais os temas centrais para se obter justiça e equidade nos países em desenvolvimento? Uma nação e seus indivíduos, rigorosamente implicados em garantir seu crescimento econômico, poderiam interferir no meio-ambiente a ponto de minar suas reservas energéticas, de maneira que impedisse o contínuo crescimento visado e eliminando as condições capazes de garantir sua própria sobrevivência¹ e o eficaz desenvolvimento?

O documentário *The Corporation*² (2003) apresenta como os custos diretos e indiretos do desenvolvimento econômico tem sido repassados à sociedade. Neste panorama, Sugahara (2010) traz à tona questionamentos à tríade dos problemas econômicos fundamentais³: como produzir para o consumo imediato sem comprometer o futuro? Será possível gerar empregos que causem menos impactos ou que até favoreçam a manutenção do meio-ambiente? E empregos criados a um custo sustentável, que simultaneamente preservassem a integridade física, moral e econômica do trabalhador? São possíveis no Brasil?

Uma das respostas está na promoção dos Empregos Verdes, entendidos como empregos que reduzem o impacto ambiental das empresas e dos setores econômicos a índices sustentáveis.

¹ Para maiores informações acerca dos problemas ambientais, é indicado o Relatório Stern, oficialmente intitulado *The Economics of Climate Change*, coordenado pelo economista Nicholas Stern. O relatório encomendado pelo governo britânico trata dos efeitos na economia mundial considerando os impactos causados pelas alterações climáticas e foi apresentado em 2006.

² Baseado no livro *The Corporation: the pathological pursuit of profit and power* de Joel Bakan, este filme trata dos poderes das grandes corporações no mundo contemporâneo, trazendo depoimentos de Milton Friedman, Michael Moore e Noam Chomsky, dentre outros. Seguem a mesma temática os livros de David Korten, Quando as Corporações regem o mundo e *O mundo pós-corporativo*.

³ Os três problemas fundamentais da organização econômica são: Quais os bens a serem produzidos e em que quantidades? Como os bens serão produzidos? Para quem os bens serão produzidos?

O processo de transição para a Economia Verde encontra-se a caminho de transformações, desenvolvimento e inovação tecnológica. A discussão se ampliou para governos e entidades das mais diversas bases (econômica, política, social), as quais passaram a considerar o mutualismo entre desenvolvimento, ambiente e geração de emprego como o norte da sustentabilidade para o século XXI (RAMOS, MARTINS e FREIRE, 1997).

São objetivos desta pesquisa: descrever a construção histórica do desenvolvimento sustentável e da classificação de Empregos Verdes; mapear as principais atividades relacionadas ao meio ambiente; organizar informações sobre o contingente de trabalhadores alocados em áreas consideradas geradoras de Empregos Verdes no Brasil e no mundo; apontar potenciais oportunidades em profissões criadas a partir da égide da sustentabilidade socioambiental.

Foi realizada uma revisão bibliográfica para consolidar esta discussão. Os dados estatísticos específicos quanto à classificação de Empregos Verdes no Brasil são escassos. As bases de dados nacionais disponíveis para este estudo foram retiradas do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴ e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)⁵, ainda que não classifiquem oficialmente as ocupações como “profissões verdes”. Os dados no Brasil contemplarão o período compreendido entre 2006 a 2008⁶.

A contribuição oferecida com este estudo é o convite ao debate científico sobre a reflexão sobre os pressupostos que subjazem à economia e como as implicações ambientais e sociais são capazes de delinear importantes transformações nos padrões de produção e consumo hoje praticados.

Crescimento, Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável

Na década de 70, em *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado (1974, pp. 75-6) afirmou que a função do conceito de desenvolvimento é (i) desviar a atenção das necessidades fundamentais da coletividade e do avanço da ciência, ao mesmo tempo em que (ii) concentra a atenção em objetivos abstratos, como investimentos, exportações, crescimento econômico. Isto tornava aceitável à periferia sacrificar-se e justificava a necessidade de destruição do meio ambiente. Furtado já discernia

⁴ Instituída pelo decreto nº 76.900 de 2 de dezembro de 1975, disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>.

⁵ Criado pela Lei nº 4.923 de 23 de dezembro de 1965, disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>.

⁶ Considerando o último anuário da RAIS disponível para consulta, no momento da pesquisa.

uma visão quantitativa do desenvolvimento de uma visão qualitativa, por não existir desenvolvimento sem um projeto social subjacente ao crescimento. No entanto, não apontou uma solução possível.

Amartya Sen (Apud VEIGA, 2008, p. 33-47) constatou que a pobreza deveria ser vista como privação de capacidades básicas e não apenas da baixa renda. Analisou a expectativa de vida, a disponibilidade de alimentos e a subnutrição na Grã-Bretanha no período entre guerras. Embora a disponibilidade de alimentos tivesse caído, também diminuiu a subnutrição da população e aumentou a expectativa de vida dos cidadãos em geral mediante políticas públicas voltadas à manutenção da vida, mesmo durante um lento crescimento econômico.

Em Economia, produção “é a atividade social que visa adaptar a natureza para a criação de bens e serviços que permitam a satisfação das necessidades humanas” (GREMAUD; TONETO; VASCONCELLOS, 2007, p. 31). Do produto resultante determina-se o crescimento econômico de um país, quantificando o aumento (ou a diminuição) da produção em delimitado período.

Embora os conceitos de “Crescimento” e “Desenvolvimento” sejam próximos entre si, é importante esclarecer diferenças. O Crescimento diz respeito ao aumento de produção, de bens que atendam às necessidades humanas. O conceito de Desenvolvimento é ampliado e abrange, além da magnitude da expansão da produção, a natureza e a qualidade deste crescimento e como isto afeta positivamente as condições de vida dos habitantes de um país.

Em, 1990, a ONU criou o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – o qual é utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento para mensurar o desenvolvimento social dos países. O IDH é uma média aritmética composta por três indicadores: o indicador de riqueza (baseado no produto interno bruto, o PIB); o indicador da esperança de vida ao nascer e o indicador de escolaridade: considera o número de alfabetizados e de pessoas matriculadas em instituições de ensino.

Políticas de desenvolvimento que visam melhorias da qualidade de vida da população não são tangíveis com imediatismo. Com objetivos estruturados a médio e longo prazo, devem contribuir para a solução dos desafios de internacionalização e polarização social, dentro do que chamamos de desenvolvimento sustentado (SUNKEL, 2001, p. 288-94).

A noção de “sustentabilidade” ligada à noção de “desenvolvimento” implica numa mudança na visão pré-analítica da economia. A economia ecológica, dentro da discussão de economia sustentável, é redimensionada como subsistema do meio

ambiente (DALY, 2001). Isto requer uma série de práticas que envolvem ações integradas de todos os agentes sociais.

Para Sachs (2008), o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta a dimensão ambiental à dimensão da sustentabilidade social, vinculando estreitamente o desenvolvimento econômico com o do meio ambiente. Para ser compreendido na sua complexidade, necessita da contribuição dos diferentes campos do saber.

O desenvolvimento sustentável é impensável pelo enfoque econômico predominante, no qual certos agentes de produção (capital manufaturado, força de trabalho e renda) transformam um fluxo de recursos naturais em fluxo de produtos como resposta a demanda dinamizada pela valorização subjetiva dos diferentes bens e serviços. Esses processos geram um fluxo de remunerações que permitem adquirir bens e serviços, possibilitando a manutenção e o crescimento do processo produtivo, perfazendo-se, assim, o esquema básico circular da economia (CAVALCANTI, 2001, pp. 135-6).

O matemático e economista romeno Georgescu-Roegen (1971) contribuiu a esta discussão com a incorporação dos princípios biofísicos que seguem as leis de conservação de massa e energia e a lei da entropia aos modelos tradicionais da ciência econômica. Na economia predominante menosprezam-se bens e serviços ecossistêmicos, em princípio disponíveis gratuitamente, e tende à superexploração destes recursos. Denuncia a “falácia dos recursos infinitos”, exemplificando o oceano, que conteria energia para milênios de produção humana, porém indisponível (CLEVELAND e RUTH, 2001. pp. 140-2).

Sunkel (2001) vê dois tipos de políticas e ações como guias das diversas iniciativas de sustentabilidade. Espontâneas ou planejadas, devem ser urgentemente estabelecidas para evitar a deterioração irreparável dos ecossistemas:

- a) Reduzir, deter e prevenir a deterioração ambiental mediante a criação de estações de tratamento de água, instalação de filtros, adoção de tecnologias não-contaminadoras, aproveitamento de resíduos e subprodutos, melhoria de eficiência etc.
- b) Regenerar parcial ou totalmente e fortalecer as características dos ecossistemas mediante o reflorestamento, utilização de bacias e recursos hídricos, práticas de utilização de solos agrícolas e pastos, planificação de áreas urbanas e costeiras, preservação dos ecossistemas marinhos e da diversidade genéticas etc.

A Agenda 21

A Agenda 21 é “uma ferramenta útil para organizar os esforços da sociedade para alcançar o desenvolvimento sustentável” (TRINDADE, 2001). Mediante os

diálogos entre os *stakeholders*⁷, integra os agentes sociais em um processo decisório e participativo.

Da Agenda 21 Global originaram-se as Agendas 21 nacionais, as quais preconizam que cada país busque o consenso interno em todos os níveis de sociedade, identificando, segundo Trindade (2001):

“as demandas do desenvolvimento sustentável e oportunidades de investimento, das competências e capacidades institucionais necessárias, dos requerimentos científicos e tecnológicos, e do volume de recursos apropriados para ampliar o conhecimento e a gestão do meio ambiente integrada ao desenvolvimento” (pp. 264-5).

A Agenda 21 Brasileira (2000) é colocada como um instrumento que “permite definir e implementar políticas públicas com base em um planejamento participativo voltado às prioridades do desenvolvimento sustentável”. Composta por dois documentos distintos, o primeiro “estabelece os caminhos preferenciais na construção da sustentabilidade brasileira”; e o segundo “apresenta em detalhes o processo de construção da Agenda 21 Brasileira e as diferentes propostas resultantes dos debates estaduais” (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2000, p. 4).

A “Plataforma das 21 Ações Prioritárias” da Agenda 21 Brasileira é sistematizada em cinco grandes temas⁸. Neste programa, busca-se a construção de uma democracia participativa no Brasil, aliando o fortalecimento da sociedade e do poder local de modo descentralizado mediante participação dos cidadãos. O paradigma do desenvolvimento é proposto como ferramenta capaz de suplantar o individualismo predatório em busca de um equilíbrio global e coletivo, numa sociedade calcada em valores éticos partilhados (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2000, pp. 84-5).

Empregos Verdes

Os Empregos Verdes e decentes resultam da intersecção do conjunto de atividades ambientalmente sustentáveis com o conjunto formado por postos de trabalhos impreterivelmente decentes, os quais satisfazem demandas e metas do movimento trabalhista. Estão excluídos trabalhos que explorem a mão-de-obra e que deixem o

⁷ *Stakeholders* “são partes interessadas em situações onde há conflitos inerentes. Por exemplo, no transporte público os *stakeholders* relevantes são os usuários, os transportadores, os fabricantes de veículos, os fornecedores de combustível, e o agente regulador” (*Ibid.*, p. 261).

⁸ A economia da poupança na sociedade do conhecimento; Inclusão social para uma sociedade solidária; Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural; Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas; Governança e ética para a promoção da sustentabilidade (AGENDA 21).

trabalhador em condição de semi-escravidão, submetido a condições degradantes (EMPREGOS VERDES, 2008).

Abrangem atividades profissionais da construção civil à agricultura, do mercado energético à reciclagem, da educação básica às mudanças de legislação. Concretizam-se na adoção de políticas públicas que incentivem a sustentabilidade, o aumento da produção e o uso de produtos ecológicos que diminuam a necessidade de energia e de matérias primas nas diversas atividades econômicas mundiais. Embora não haja parâmetros reconhecidos internacionalmente para comprovar que fazer negócios sustentáveis seja mais rentável, existem vários estudos e indícios concretos de que a “economia verde” vem sendo a responsável pelo crescimento dos empregos verdes (GREEN JOBS, 2008).

Para a OIT, o conceito de “empregos verdes” resume a transformação das economias, das empresas, dos ambientes de trabalho e dos mercados laborais em direção a uma economia sustentável que proporcione trabalho decente com baixo consumo de carbono. Segundo estudo realizado pela OIT, no Brasil já existiam 2.653.059 empregos formais nessa área. A meta é reduzir em 20% a emissão de carbono até 2030. (EMPREGOS VERDES NO BRASIL, 2009).

A adesão a essa proposta pode ser estratégica para combater a crise econômica mundial. Quaisquer mudanças futuras ocorridas em direção ao “esverdeamento” na transição para uma economia ambientalmente sustentável dependem de novos padrões de consumo e produção (DOWBOR e SACHS, 2007).

Existem empregos diretos nos setores que produzem bens e serviços mais verdes, empregos indiretos em suas cadeias de fornecimento e empregos induzidos, quando as poupanças de energia e matéria-prima se transformam em outros bens e serviços de maior intensividade de mão-de-obra. O potencial de gerar “empregos verdes” existe em todos os países e é maior nos países em desenvolvimento.

O relatório Empregos Verdes (2008) descreve o papel governamental nesse processo: incentivo fiscal a empresas que produzam projetos ambientalmente sustentáveis, a criação de uma legislação trabalhista ambientalmente correta e responsável e disponibilizar créditos às empresas para que invistam em tecnologias verdes e empreguem trabalhadores de maneira decente.

Empresas privadas podem tanto inovar tecnologias para diminuir o impacto da produção sobre o meio ambiente como também criar metas e estratégias para a redução das emissões dentro da empresa. Há Leis que ampliam a responsabilidade das empresas em relação ao ciclo de seus produtos e obrigam-nas a recolher os produtos no fim da vida útil, como pneus e pilhas alcalinas (EMPREGOS VERDES, 2008).

Panorama mundial dos Empregos Verdes

No relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Empregos Verdes: Trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono” (2008), os setores que mais apresentam oportunidades de crescimento em Empregos Verdes são: oferta de energia, edifícios, transporte, indústria de base, alimentos, agricultura e silvicultura.

As fontes de energia disponíveis se dividem basicamente em renováveis (obtidas nos mananciais de energia abundantes) ou esgotáveis / não-renováveis (como combustíveis fósseis originados de processos de decomposição de matéria orgânica que demoram milhões de anos) (SANTOS E MOTHÉ, 2007/2008).

São fontes alternativas de energia: a eletricidade eólica, células fotovoltaicas (FV) solares, energia térmica solar, biomassa, energia hidráulica e energia geotérmica. Estas fontes, além de redução no impacto ambiental, possuem maior capacidade de criação de empregos do que as não renováveis ao gerar mais empregos por unidade de capacidade instalada, por unidade de energia gerada e por dinheiro investido. No setor, foram criados mais de 2,3 milhões postos de trabalhos nos últimos anos. Contudo, fornecem apenas 2% da energia mundial. (EMPREGOS VERDES, 2008, p. 20).

Os biocombustíveis surgiram com a necessidade de substituir o petróleo, principal fonte energética no mundo contemporâneo. O Brasil e os EUA se destacam como os grandes produtores mundiais, principalmente, do etanol, atualmente produzido a partir de diversas fontes (milho, soja, cana-de-açúcar, dendê, mamona).

Com mão-de-obra intensiva, emprega grande quantidade de trabalhadores com baixa remuneração e qualificação. As vagas de emprego no setor envolvem desde atividades agrícolas até processamento industrial. Estima-se que quase 1,2 milhões de trabalhadores estejam concentrados no campo da geração de energia a partir da biomassa. É esperado aumento significativo no número de empregos na Espanha, França e Nigéria. Com a determinação da Colômbia de misturar álcool à gasolina será possível originar aproximadamente 170.000 empregos no setor do etanol.

Cerca de 40% do consumo de energia, das emissões de gases de efeito estufa⁹ e da produção de lixo são realizados dentro dos edifícios residenciais ou comerciais. Conforme o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2007), o potencial de redução de poluentes dos edifícios pode chegar a quase 30%,

⁹ O aquecimento excessivo da Terra é provocado por aumento da taxa de CO₂ na atmosfera e conseqüente retenção do calor gerado pela luz do sol que atinge a superfície do planeta.

seja por meio da construção de edifícios verdes ou pela redução do desperdício de energia e recursos.

Os Empregos Verdes na área de edifícios tendem a expandir mundialmente, tanto na construção de novos prédios verdes quanto no retro-ajuste¹⁰, importante empregador nos Estados Unidos, Alemanha, França e Japão. Os empregos criados incluem vagas de auditores, engenheiros, gerentes de projetos e encanadores, serralheiros e eletricistas para a construção civil.

Os edifícios verdes foram concebidos a partir do desenvolvimento de materiais e técnicas para reduzir o consumo de energia, com baixo custo adicional e menor impacto ambiental possível. Durante a construção, o uso racional dos materiais leva à economia energética, inclusive no transporte do material da fábrica até o canteiro de obras. Na fase de funcionamento, a eficiência dos edifícios verdes é amplificada com o uso de um sistema integrado que conecta calefação, refrigeração, iluminação e abastecimento de água.

Uma interessante iniciativa brasileira é o Programa Minha Casa, Minha Vida, realizado pelo governo federal em parceria com Estados, municípios, empresas e movimentos sociais. A Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão dos recursos financeiros do programa, estabeleceu quarenta e seis critérios de avaliação da sustentabilidade ambiental, dos quais doze são obrigatórios aos candidatos ao financiamento. Alguns equipamentos utilizados na redução do consumo de energia e de água podem ser incluídos no financiamento do imóvel. O cumprimento das exigências implica em adoção de práticas de construção sustentável e origina novos Empregos Verdes.

Todas as redes de transporte participam na emissão de gases causadores do efeito estufa (terrestre, marítimo e aéreo). Entretanto, os transportes terrestres respondem por 75% das emissões de poluentes atmosféricos nos grandes centros. De acordo com os dados da United Nations News Service¹¹, as emissões de carbono no setor de transportes cresceram 30% no período de 1990 a 2010.

O desenvolvimento de tecnologias no setor automotivo visa mitigar o nível de poluição com investimento em desenvolvimento de combustíveis alternativos, veículos movidos a combustíveis híbridos e veículos elétricos do tipo plug-in¹². A produção de autopeças também contribui com o “esverdeamento” do setor ao adotar

¹⁰ Ou *retrofitting*, entendido como renovação ou adaptação de edifícios para eficiência energética, com redução de emissão de poluentes.

¹¹ www.un.org/News/

¹² Sistema semelhante ao veículo híbrido convencional, ex. gasolina & elétrico, cuja bateria pode ser recarregada conectando-se a energia elétrica residencial comum.

um sistema em que as peças sejam feitas em bases mais sustentáveis, diminuindo os índices de população e desperdício de energia.

Melhorar a utilização dos meios de transportes públicos auxilia na redução dos impactos ambientais e aumenta os índices de emprego. Também são potenciais criadores de Empregos Verdes o planejamento urbanístico e a manutenção de veículos.

No setor de ferrovias, os impactos ambientais são bem mais reduzidos do que nos outros transportes terrestres. Trens emitem menos carbono do que caminhões ou aviões. Entretanto, em detrimento desta vantagem ambiental, os trens não recebem, hoje em dia, elevados níveis de investimento.

O setor da aviação apresenta alto nível de queima de combustível em vôos de curta distância. A indústria aeroespacial produzirá até 2023 mais de 17.000 aviões regionais. No entanto, a empregabilidade e criação de Empregos Verdes no setor são bastante restritas, com espaço para criação de vagas em desenvolvimento de energias propulsoras mais limpas (CHAVE, 2005).

Os principais setores que compõem a indústria de base são a indústria de cimento, papel e celulose, alumínio e aço. Devido ao uso intensivo de energia, faz-se necessário criar mecanismos de proteção ambiental e sustentabilidade.

Os Empregos Verdes nessas indústrias são limitados devido ao alto grau de tecnologia e mecanização do processo produtivo. Segundo o relatório “Empregos Verdes” da OIT (2008), o setor da indústria do aço responde por, aproximadamente, 6 a 7 milhões de empregos formais. A reciclagem é a maior fonte de Empregos Verdes, porém os números completos não estão disponíveis. Também há potencial de crescimento nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias.

Uma área importante de geração de Empregos Verdes na área de papel e celulose está na adequação das fábricas para atingir as metas de redução dos índices de poluição ambiental. Em regiões pobres do globo, a reciclagem de papel e papelão por meio de cooperativas de catadores de material se destaca como importante fonte de empregos. As cooperativas procuram aprimorar os níveis de remuneração e os padrões de trabalhos, incentivando o aumento de taxa de reciclagem e a qualidade desses empregos. Porém, ainda há muitos trabalhadores envolvidos em atividades sujas, perigosas e mal remuneradas.

Com a revolução verde, os meios de produção agrícola foram modernizados e o campo foi, definitivamente, integrado ao sistema capitalista de produção. Os agricultores passaram a definir a localização de suas fazendas tendo em vista os preços da terra e a facilidade de escoamento da produção para os mercados consumidores.

As principais oportunidades de Empregos Verdes neste setor estão na agricultura orgânica, mais intensiva em mão-de-obra que a mecanizada, desde o produtor até a venda no varejo ao consumidor final. Na Conferência Internacional sobre Agricultura Orgânica e Segurança Alimentar de 2007¹³ foram apresentados estudos sugerindo ser uma opção de desenvolvimento sustentável de âmbito mundial com potencial empregador de jovens escolarizados em áreas rurais.

Em 2009, o IPCC divulgou um estudo com resultados que afirmavam o desmatamento florestal aumentava os índices de emissão de gases de efeito estufa que os setores de agricultura e transporte.

A força de trabalho empregada na silvicultura costuma ser local. Pode ser sazonal, de subsistência em atividades de pesca e agrícola ou ainda encontrar empregos informais em setores ligados à extração de toras, com remuneração variável de acordo com o tipo de emprego, local e empregador. Adultos jovens são recrutados sem muita formação técnica, intensiva em mão-de-obra. Essa informalidade ocasiona taxas elevadas de acidentes e de óbitos. Muitos dos postos de trabalho, devido à grande degradação física causada ao trabalhador, não são considerados verdes.

A OIT Brasil e a Promoção dos Empregos Verdes

O conceito de Empregos Verdes utilizado nessa pesquisa fundamenta-se em dados levantados até este momento e está sujeito a alterações a qualquer momento. Sem consenso entre os especialistas quanto à metodologia de avaliação, a própria mensuração do PIB atual pode ser questionada e levar à busca de outras fórmulas capazes de classificar os aspectos sócio-ambientais adequadamente.

A RAIS compila em categorias as informações mais detalhadas sobre a situação do emprego formal fornecidas diretamente pelos empregadores, como um recenseamento dos contratos formais de trabalho mantidos pelas empresas no mês de dezembro de cada ano.

¹³ Organizada pela Food and Agriculture Organization (FAO).

Tabela: Empregos Verdes Formais em 31 de Dezembro de 2006/2007/2008

CLASSES DE ATIVIDADES AGRUPADAS	2006	2007	Var. %	2008	Var. %
Produção e manejo florestal	133.313	145.955	9,48	139.768	- 4,24
Geração e distribuição de Energias Renováveis	480.497	505.675	5,24	547.569	8,28
Saneamento, gestão de resíduos e de riscos ambientais	276.736	292.164	5,57	303.210	3,78
Manutenção, reparação e recuperação de produtos e materiais	361.819	407.029	12,50	435.737	7,05
Transportes coletivos e alternativos ao rodoviário e aeroviário	735.641	760.384	3,36	797.249	4,85
Telecomunicações e tele-atendimento	305.499	373.592	22,29	429.526	14,97
Totais anuais de empregos verdes (E.V.)	2.293.505	2.484.799	8,34	2.653.059	6,77
Estoques anuais de empregos formais (E.F.)	35.155.249	37.607.430	6,98	39.441.566	4,88
Diferenças entre as taxas de crescimento dos E.V. e dos E.F.			1,37		1,89
Participação dos E. V. nos estoques anuais de E.F. (%)	6,52	6,61	1,28	6,73	1,81

Fonte: RAIS, 2006, 2007, 2008.

Elaboração: OIT Brasil.

A CNAE 2.0¹⁴ não distingue postos de trabalhos verdes gerados pela necessidade de melhorar os meios de produção ajustados a novos modelos de uso e conservação dos recursos naturais. Também não se inserem nesse quadro nenhum dos empregos gerados para minimizar os impactos ambientais gerados pelas empresas, cujas atividades de compensação ambiental são previstas por lei. As preocupações com a gestão dos resíduos são bastante difundidas entre as empresas brasileiras, mas a quantificação dos novos Empregos Verdes é imprecisa.

O número de Empregos Verdes existentes na economia vai além da quantidade de postos de trabalho. Entretanto são estimativas. Embora os quatro grandes grupos de atividades econômicas baseadas na exploração de recursos naturais apresentados na RAIS sejam grandes geradores de novos Empregos Verdes, não são considerados totalmente “verdes”. Mesmo propondo formas de “esverdeamento”, são grandes

¹⁴ A CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas – do IBGE estabelece as categorias que são usadas como referência pelas estatísticas relativas aos setores de atividade econômica no Brasil. Ela constitui o nível mais aprofundado de desagregação das informações da RAIS 2008.

emissores de carbono com alto consumo de energia e de recursos ambientais nem sempre renováveis.

Perspectivas para a Geração de Empregos Verdes no Brasil

Algumas iniciativas contemporâneas podem acelerar a geração de empregos, impulsionando o “esverdeamento” da economia brasileira: a redução de IPI para eletrodomésticos da linha branca, a inspeção veicular para controle de emissões, a regularização fundiária de propriedades rurais na Amazônia e a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Considerações finais

Parece haver uma consciência global de que não há mais condições de se buscar o Desenvolvimento Econômico como no século XX. A degradação constante dos recursos naturais cria pauta sobre questões sociais, políticas e, sobretudo, econômicas. Atualmente, em virtude da conscientização da avaria à natureza e do tempo necessário para reposição das fontes energéticas para o bem estar humano, buscam-se formas de reaver parte do que foi destruído e de conservar o que ainda não está totalmente degradado.

As transformações no mercado de trabalho, associadas às mudanças de mentalidade acerca da sustentabilidade do Planeta, fizeram surgir uma vasta gama de setores que desenvolveram tecnologias, postos de trabalho e mercado para produtos ambientalmente sustentáveis. A sustentabilidade é construída economicamente como uma via de mão-dupla: a produção é sustentável na mesma medida em que o consumo também o é, não sendo possível formar uma mentalidade de economia sustentável de outra maneira, já que a sustentabilidade advém das mudanças sociais. Esta conquista deve estar pautada na participação de agentes em todos os aspectos e níveis. Mais importante do que apresentar dados é perceber a mudança acelerada da realidade em prol da conservação da natureza sem que, com isto, as nações deixem de crescer.

Os Empregos Verdes Decentes demonstram mudanças na mentalidade do cidadão comum, das empresas e dos governos. A cada dia aumenta o número de empresas que busca produzir de acordo com as metas de redução de carbono. Concomitantemente, é crescente número de consumidores que dão preferência a produtos de empresas as quais demonstram maior consciência ambiental, da produção até seu

produto final. A tendência aponta o início de mudança de hábitos e compromisso sócio-ambiental. Quando esta atitude refletir, definitivamente, o comportamento dos produtores e consumidores finais, terão salvaguardados os aspectos de uma sociedade comprometida com a própria sustentabilidade.

Simultaneamente, é preciso introduzir novos padrões de produção de bens de consumo e de serviços a fim de diminuir o desperdício de consumo de energia e melhorar o uso dos recursos naturais. A geração de empregos verdes é, portanto, parte essencial no processo de transição para uma economia sustentável.

Dados da RAIS, publicados pela OIT Brasil, corroboram com o “esverdeamento” da economia e comprovam o aumento dos empregos verdes, quando comparados aos aumentos de empregos formais. No entanto, a base de dados nacional disponível mostra-se insatisfatória para o eficiente mapeamento dos Empregos Verdes. As variáveis ainda não são classificadas apropriadamente e isto pode induzir a dois tipos de erros: a) considerar empregos, que não deveriam constar como verdes; e b) não considerar empregos, que deveriam ser.

Embora a produção acadêmica disponível seja escassa, agravada pela disponibilidade de estatísticas diluídas em variáveis não específicas, ao reconhecer a relevância do assunto, propôs-se uma reflexão mais consistente sobre o tema. Com disposição para debater sobre a necessidade de entender o mundo do trabalho mediante uma nova óptica, nesta pesquisa procurou-se salientar dados e informações com maior confiabilidade no panorama econômico do Brasil e do mundo. Muito há para ser estudado e complementado nesse campo fértil em oportunidades, tanto sobre a criação de novos Empregos Verdes quanto para fomentar outras pesquisas neste caminho.

Referências bibliográficas

AGENDA 21 Brasileira: bases para discussão. Brasília, DF: MMA/PNUD, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>. Acesso em: 20 out. 2015.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cor-tez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 21-40.

CHAVE, Z. **Air travel slowly Recovering**, Instituto Worldwatch, Vital Signs, 2005.

CLEVELAND, C.J.; RUTH, M. Capital humano, capital natural e limites biofísicos no processo econômico. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 131-164.

DALY, H. E. Políticas para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 179-192.

DOWBOR, L.; SACHS, I. Mudança do modelo energético exige outro padrão de consumo. **Revista Carta Maior**, São Paulo, 23 mar. 2007. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiamostrarmateria_id=13777 Acesso em: 18 nov. 2015.

EMPREGOS VERDES NO BRASIL: quantos são, onde estão e como evoluirão nos próximos anos. Brasil: OIT, 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/256>. Acesso em: 11 fev. 2015.

EMPREGOS VERDES: trabalho decente em um mundo sustentável e com baixas emissões de carbono. PNUMA/OIT/OIE/CSI, set. 2008. Disponível em: http://www.unep.org/civil_society/publications/index.asp . Acesso em: 11 fev. 2015.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro. Círculo do Livro, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Massachusetts, London; Harvard University Press, 1971.

GREEN JOBS: towards decent work in a sustainable, low-carbon world. UNEP/ILO/IOE/ITUC, set. 2008. Disponível em: http://www.unep.org/labour_environment/features/greenjobs.asp . Acesso em: 07 set. 2015.

GREMAUD, A.P.; TONETO Jr., R.; VASCONCELLOS, M.A.S. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo, Editora Atlas, 2007.

IPCC. Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. **Relatório: Novos Cenários Climáticos**. 2007. Disponível em: <http://www.ecolatina.com.br/pdf/IPCC-COMPLETO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

KON, A.; SUGAHARA, C. R. S. **Sustentabilidade e empregos verdes no Brasil**. Curitiba: Appris, 2012.

OIT. **Programa empregos verdes**. [Brasília, DF]: OIT, [2008]. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/topic/green_job/doc/cartilha_empregos_verdes_15.pdf . Acesso em: 11 out. 2015.

RAMOS, T.B.; MARTINS, A.; FREIRE, I. Os Empregos Verdes e a Política de Emprego. **Coleção Caderno de Emprego**. Lisboa. 1997.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, M.G.R.S. e MOTHE, C.G. Fontes Alternativas de Energia. **Revista Analytica**, Dezembro 2007/Janeiro 2008, nº32

SUGAHARA, C.R.S. **Desenvolvimento sustentável e empregos verdes no Brasil**. 2010, 98 p. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo.

SUNKEL, O. A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina. In **Razões e ficções do desenvolvimento**. Arbx, Glauco (org.), São Paulo, Edusp, 2001.

THE CORPORATION. Direção: Mark Achbar e Jennifer Abbott. Produção: Mark Achbar e Bart Simpson. Roteiro: Joel Bacan. Canadá: Big Picture Media Corporation, 2003. DVD duplo (145 min).

TRINDADE, S.C. Agenda 21: estratégia de desenvolvimento sustentável apoiada em processos de decisão participativa. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, pp. 260-70.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ARTIGO

INVENTÁRIO TURÍSTICO: SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BOA VISTA/RR

Resumo

O artigo aborda a importância do inventário turístico para o desenvolvimento do local da capital Boa Vista/RR e a necessidade de avançar na perspectiva da regionalização do turismo, considerando alguns dados estatísticos levantados pela FETEC - Superintendência de turismo de Boa Vista/RR, realizado por meio de formulários turísticos disponibilizados pelo Ministério do turismo. É uma pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo com levantamento de banco de dados. Os procedimentos metodológicos estão organizados em três etapas: a fase exploratória, a fase da coleta de dados e a fase de análise e interpretação. O levantamento da oferta turística do município de Boa Vista e sua análise, sobre a visão e expectativas do inventário pode ajudar a compor formas e instrumentos que contribuem para o desenvolvimento local a partir da oferta turística existente no município.

Palavras-Chave: Inventário turístico; regionalização do turismo; desenvolvimento local.

Abstract

The article discusses the importance of the tourist inventory for the development of the capital Boa Vista / RR, and the need to move ahead with the regionalization of tourism, considering some statistical data collected by FETEC - Tourism Superintendence of Boa Vista / RR. Tourist forms provided by the Ministry of Tourism. It is a qualitative research, with exploratory and descriptive approach with survey of database. The methodological procedures are organized in three stages: the exploratory phase, the data collection phase and the analysis and interpretation phase. The survey of the tourist offer of the municipality of Boa Vista and its analysis on the vision and expectations of the inventory can help to compose forms and instruments that contribute to the local development from the existing tourist offer in the municipality.

Keywords: *Tourist inventory; Regionalization of tourism; Development.*

* Professora no Centro Universitário Estácio da Amazônia. E-mail: jordanacavalcante@hotmail.com

1. *Introdução*

A importância do inventário turístico para o desenvolvimento local dos municípios de Boa Vista é mostrado a partir das informações obtidas em banco de dados. O inventário realizado trará subsídios para análise do mesmo, onde poderemos de forma sucinta fazer um levantamento da oferta turística do município.

A implantação do Programa do Inventário da Oferta Turística no município de Boa Vista é uma prática realizada desde 2005, onde foi realizada pela FEETEC superintendência de Turismo da prefeitura municipal de Boa Vista. Em 2009 foi realizado o primeiro inventário junto a parceria com o Ministério do Turismo e a prefeitura. O Departamento de turismo realizou o inventário no município de Boa Vista, porém os dados coletados foram superficiais, sendo o da prefeitura mais detalhado.

O inventário turístico descreve o potencial de uma região, que através do levantamento de dados ocorre a identificação. Esse registra a oferta turística na qual ajuda a ter mais um instrumento de análise de informações sobre a localidade a fim de realizar novos projetos e planejamento e gestão das atividades turísticas realizadas pelo município. Assim, o inventário irá auxiliar a converter a realidade local usufruído da oferta turística para auto-organização dos sistemas locais de produção.

Desse modo, será feita uma análise do inventário realizado pela superintendência, considerando as oferta turística oferecida a partir dos resultados alcançados conforme o que já está sendo realizado e o que há de novo, avaliando as atividades existentes.

Por fim, busca-se analisar a importância do inventário como instrumento de desenvolvimento local sob a ótica do que o município oferece ao turista que aqui chega.

2. *Turismo: região e regionalização do turismo*

Segundo Oliveira (2009) região é uma área do espaço geográfico, constituído por um conjunto de lugares vizinhos e similares entre si ou relacionados uns como os outros. A região seria um espaço vivido de reconhecimento coletivo, marcado pelas relações dos homens com o seu ambiente, por intermédio dos laços culturais, o que promoveria uma espécie de coesão simbólica como afirma Frémont (1980).

Para compreender o conceito de região, faz-se necessário entender primeiramente o território, sendo assim:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) e, qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente... O ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 45).

Essa perspectiva apontada por Raffestin (1993), torna-se essencial para compreensão das discussões contemporâneas acerca da regionalização.

A região e regionalização estão diretamente relacionadas aos interesses dos agentes envolvidos nos estudos regionais, sendo esses interesses difusões em decorrência da concepção teórica que orienta o trabalho. Dessa forma, entra o conceito de regionalização em turismo que surge como proposta de política pública de turismo onde significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada.

Propõe assim, um olhar a região, e não mais o município isolado. Dessa maneira busca-se um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam designar classes e oportunidades para mostrar-se e estruturar novos destinos turísticos, distintos, competitivos e de qualidade.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo (BRASIL, 2004). Dessa forma, adotou-se o conceito de região turística como referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos.

Assim, a partir dessa compreensão sobre região e regionalização do turismo, constatou-se que a integração de municípios em uma região turística seria a melhor forma de incluir no processo de desenvolvimento os municípios que sempre ficaram à margem da implementação de políticas públicas.

Portanto, por meio do desenvolvimento local, esses municípios podem se beneficiar do turismo e suas respectivas localidades. Dentro desses conceitos, para usufruir do turismo como alternativa de desenvolvimento local, junto as ações do Programa de Regionalização do Turismo, há o Projeto de Inventário da Oferta Turística que surge para melhor mapearmos esse potencial turístico existente em cada canto do país.

3. Inventário da oferta turística no Brasil

O inventário turístico é um importante componente do planejamento do turismo, assim sendo, ao realizá-lo, devem-se descrever os atrativos, seu estado de conservação, o que oferecem categorias entre outro, tendo como objetivo registrar

os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, sua infraestrutura, servindo assim como base de apoio para o planejamento e gestão da atividade turística em uma localidade.

Conforme se lê em Embratur (2011), o inventário da Oferta Turística pode ser entendido como o resultado do levantamento, da identificação e do registro dos atrativos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao segmento. Tem a finalidade de servir como instrumento solidificador das informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

O processo de inventariação turística foi iniciado na década de 1960, quando, oficialmente, o espaço territorial do país recebeu seu primeiro mapeamento turístico, tendo como base experiência internacionais. Em 1979, a Embratur trabalha a Identificação do Espaço Turístico Nacional, Em 1980 começa os estudos para elaborar metodologia do processo de inventariação turística. Então três documentos são intitulados “Inventário da Oferta turística”, em 1980, 1984 e 1993, no qual realizaram inventário em várias partes do país.

A chegada do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em meados da década de 1990, traz novas propostas de metodologia para a inventariação. Em 2001, a Embratur oferece, ainda, cursos para a capacitação de coordenadores nacionais e estaduais com o objetivo de implementar o processo de inventariação no País.

Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, detecta-se a necessidade de readequar as estratégias de inventariação da oferta turística vigente até então ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo no país (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

No período do ano de 2005 a 2007, o Ministério do Turismo, em parceria com 10 instituições de ensino do Turismo no Rio Grande do Sul, implantou o Projeto-piloto de Inventariação Turística, tendo como cenário alguns municípios do Estado, no ano de 2007 essa metodologia começou a ser respondida pelo País.

Em 2007, o Ministério do turismo cria o Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007 a 2010, onde se insere-se no programa a inventariação da oferta turística que compreende levantamento, identificação e registro dos atrativos, dos serviços e equipamentos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade. O projeto embasa-se em uma metodologia oficial para inventariar a oferta turística no País, constituindo um banco de dados de abrangência nacional.

O Projeto Inventário da Oferta Turística já está sendo implementado no País e, inicialmente, desenvolve ações em regiões e roteiros turísticos priorizados. Propõe-se reunir todas as informações em um único banco de dados e disponibilizá-las a todos os interessados.

Assim, foi desenvolvido o INVTUR (Sistema de Inventariação da Oferta Turística), que visa ao armazenamento e à organização dessas informações, constituindo um banco de dados de abrangência nacional (BRASIL, 2004).

Em 2008, foi realizada uma parceria com a Universidade Federal do Paraná para a realização do Projeto “Capacitação para realização do Inventário da Oferta Turística Nacional” (que contemplou universidades e faculdades de turismo e afins das 27 UFs). Uma nova aplicação do material foi feita em 2010, por meio do convênio firmado com o Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade – IDEIAS, no estado do Rio de Janeiro (Petrópolis, Armação dos Búzios e Parati), desta vez aportando contribuições de outras metodologias aplicadas no país.

Em 2011, após o 6º Salão do Turismo e foram substituídos os materiais do Inventário da Oferta Turística, e está com uma nova metodologia. Sendo assim, com a criação do inventário da Oferta Turística como forma sistemática de coleta de dados gerais, esse apontam estratégias para o dimensionamento da oferta turística, tanto no que diz respeito à sua infraestrutura, quanto na segmentação da oferta turística. Fatores esses, de fundamental importância para o planejamento do turismo de maneira que o norteia para identificar as potencialidades de uma localidade para o desenvolvimento do turismo em uma região.

Assim, o Plano Nacional de Turismo incentiva os municípios a criarem políticas de descentralização, fomentando atividades turísticas para o desenvolvimento local e regional.

No entanto, para que tais atividades turísticas possam ser executadas, os inventariantes e envolvidos, precisam dispor de informações que embasem confiabilidade e assegurem o um bom processo de planejamento.

4. Breve histórico do inventário de Boa Vista/RR

O primeiro inventário realizado no município de Boa Vista/RR ocorreu em meados de 2002, realizado junto ao Departamento de Turismo do Estado de Roraima com a consultoria da Doutora e professora Doris Ruschmann, porém não há registros físicos sobre o mesmo.

O Departamento de Turismo do Estado continuou catalogando e inventariando os municípios do Estado, porém o foco do estudo é descrever e analisar o inventário turístico do município de Boa Vista/RR, realizado pela Superintendência de Turismo da Prefeitura de Boa Vista a partir de 2009 quando oficialmente começou a ser realizado o inventário da oferta turística com o Ministério do Turismo e sua metodologia.

Antes disso, a Prefeitura Municipal de Boa Vista, especificamente a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista realizaram o primeiro inventário do município de Boa Vista no ano de 2005, quando contrataram a consultoria da empresa Indústrias Criativas.

O segundo inventário foi atualizado no ano de 2007 pela mesma empresa, para realizar futuros planejamento de marketing para divulgar o município em todas as partes do país, principalmente em feira e eventos do turismo que foi realizado em várias partes do país.

No entanto, o primeiro inventário realizado oficialmente pelo ministério do turismo juntamente com o Estado e município, começou no ano de 2009 quando o governo Federal implantou todo o projeto de inventário da oferta turística em todos os Estados do país. O inventário da oferta turística do município de Boa Vista/RR catalogado no de 2009 foi atualizado no ano de 2011, esse será analisado nessa pesquisa. Já no ano de 2012, até o início do segundo semestre ainda houve atualização do mesmo.

5. Oferta turística do município de Boa Vista/RR

O inventário da oferta turística como foi descrito anteriormente, é um processo de levantamento, identificação e registro de atrativos turísticos, dos serviços, equipamentos turísticos, e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística de uma localidade, sendo esse importante instrumento de desenvolvimento local.

A classificação da oferta turística segundo Ministério do Turismo (2011), estão organizadas de acordo com três componentes: Infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos, esse divididos em tipos e subtipos, no qual facilita a inventariação turística.

5.1 *Infraestrutura de apoio ao turismo*

O módulo “A” que vai do formulário 01 ao 07, para a Embratur (2011), representa a infraestrutura de apoio do turismo, que é discriminada no conjunto de obras, de estrutura física e serviços, que proporciona boas condições de vida para a comunidade e dá base pra o desenvolvimento das atividades turística: sistema de transporte, energia elétricas, serviços de abastecimento de água, arruamento, sistema de comunicação, sistema educacional etc.

No município de Boa Vista/RR, os dados levantados estão intrinsecamente inseridos em levantamentos realizados pelo o IBGE. Sendo que o município não realizou a catalogação desses dados diretamente. Dessa maneira, os dados analisados nesse artigo serão realizados a partir de dados fornecidos pelos órgãos acima citado.

No município de Boa Vista, conforme o Ibge (2010), o número de domicílio permanentes, por existência de água canalizada e forma de abastecimento de água, afirma que 98,42% possuem água e apenas 1,58% não possuem.

Os domicílios permanentes que possuem existência de telefones mostra que 93,52% dos domicílios possuem telefones, porém 1,59% possuem somente telefone fixo; 62,5 % somente celular; 29,43% possuem telefone fixo e celular e 6,48% não tinham.

Quanto aos domicílios particulares permanentes que tinham energia elétrica de companhia distribuidora, por existência de medidor do consumo de energia elétrica 93,86% possuem e 6,14% não possuem.

Os domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação e o tipo de esgotamento sanitário, na rede geral de esgoto ou pluvial do município mostra que 18,68% possuem; sendo que 36,7% tem fossa séptica; 42,14% fossa rudimentar; 0,36% vala; 0,02% rio, lago ou mar; 1,31% outro tipo e 0,79% não tem.

Percebe-se que as características de infraestrutura básica em termos estatístico são de grande importância, pois apresentam em sua maior porcentagem, dados positivos que atentam a necessidade básica de infraestrutura para o receptivo no município.

5.2 *Serviços e equipamento turísticos*

No inventário realizado pela prefeitura no módulo “B” que segue dos formulários 08 ao 14 aborda serviços e equipamento turístico, que fala acerca da área num conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, para eventos, de lazer e entretenimento e etc.

A indústria hoteleira é um dos elementos básicos das infraestruturas turísticas e constitui um fator essencial para o desenvolvimento local e turístico de um município.

O regulamento geral de meios de hospedagem define empresa hoteleira no art. 2º:

Art. 2º - Considera-se empresa hoteleira a pessoa jurídica, constituída na forma de sociedade anônima ou sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explore ou administre meio de hospedagem e que tenha em seus objetivos sociais o exercício de atividade hoteleira.

No formulário 08, descrito na categoria B1, estão subdivididos e catalogados e segundo o manual de inventário do Ministério do Turismo do ano de 2006, esse pertence as categoria de hospedagem, subdivido em hotéis, motéis e pousadas.

Segundo Fetec (2011), há inventariados 18 (dezoito) hotéis, 2 (duas) pousadas e 6 (seis) motéis. Esse número é um demonstrativo médio hoteleiro no município uma vez que há um grande número de empresa hoteleira que abrem e fecham regularmente e outras não são cadastradas no sistema, pois não atendem o pré-requisito do inventário.

Já no formulário 09, descrito na categoria B2, relata o quantitativo de serviços e equipamentos para gastronomia, onde segundo a Fetec (2011) há 61 (sessenta e um) estabelecimentos registrados no sistema. Estão definidos nos subtipo como em “alimentação” como serviços remunerados prestados por estabelecimento que oferecem ao turista refeições, lanches ou bebidas e demais serviço complementares, diferenciados entre: restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, cervejarias, quiosques, barracas, sorveterias, casas de suco e outros (INVTUR, 2011).

Do mesmo modo que foi analisado nos meios de hospedagem há mais estabelecimentos gastronômicos, porém muitos não atendem ao critério estabelecido pelo formulário ou não quiseram dá entrevista.

Dessa forma, o serviço de alimentação faz parte da oferta turística de um município, proporcionando ao turista mais uma alternativa para se deslocar até determinada localidade. Pois, o valor cultural da culinária local e pratos típicos, desperta a curiosidade do turista. Equivale em turismo um dos valores intangíveis de uma determinada localidade.

No formulário 10, descrito na categoria B3, relata os serviços e equipamentos de agenciamento de um município.

As agências de viagens são definidas por Acerenza *apud* Dantas (2002, p. 31):

Empresa que se dedica a realização de acordos para viagens e a venda de serviços avulsos, ou organizados em forma de pacotes, em caráter intermediário entre as empresas chamadas a prestar os serviços e o usuário final, para fins turísticos, comerciais ou de qualquer outra índole.

A legislação em vigor, ditada pela Embratur na Lei 6.505/75 e no Decreto 84.934/80, regulamenta no país dois tipos de Agências: as agências de viagens e agências de viagens e turismo, tal legislação as diferencia da seguinte forma:

As Agências de Viagens podem operar (planejar, organizar e executar) excursão Nacional (aéreo e rodoviário) e para a América do Sul; e as Agências de Viagens e Turismo podem operar para qualquer parte do mundo.

Para Tovar *apud* Dantas (2002, p. 37) “as Agências de Viagens são empresas que se dedicam profissionalmente e comercialmente à mediação e à organização de serviços turísticos”.

Em Boa Vista há 19 (dezenove) agências de viagens, sendo 11 (onze) emissivas, 7 (sete) trabalham com o serviço de emissivo e receptivo, e 1 (uma) é exclusivamente receptiva (FETEC, 2011).

Essas se enquadram no conceito de agenciamento que segundo Invtur (2011), são serviços remunerados prestados por estabelecimentos comerciais, constituídos com o objetivo de desenvolver, com exclusividade, as atividades de produzir, vender ou intermediar a venda e as reservas de transporte, hospedagem, alimentação, eventos para fins comerciais turísticos, sob a forma de excursões, pacotes ou em separado, subdivididas em duas categorias agência de viagem e agência de viagem e turismo.

Percebe-se que a contribuição das agências para o desenvolvimento do local é indiscutíveis, uma vez catalogadas, traz subsídios para compreender a continuidade de vender novos produtos turísticos, sendo assim, de grande importância para mediação entre o prestador de serviços turístico e o consumidor final, nesse caso o turista.

Além do equipamento de hospedagem e alimentação há os serviços e equipamentos para transporte, esses descritos no formulário 11 e categoria B4 onde apresentam, inventariados 4 (quatro) transportadoras de turismo, 10 (dez) locadoras de veículos, 1 (um) sindicato e 2 (duas) cooperativas de táxi.

Equipamentos de transportes, segundo a o Invtur (2011), são meios de locomoção, que podem ser terrestres (ferroviários e rodoviários), aquaviários ou aéreos. São serviços e equipamentos prestados para promover o deslocamento de pessoas, por via terrestre e hidrovía. Os serviços de equipamentos de transporte turístico têm a finalidade específica de realizar excursões, traslados e outras programações turísticas, em veículos terrestres ou embarcações, e há as locadoras, táxis entre outro, serviços que atendam a demanda turística.

O transporte turístico é o constituído por equipamentos que são regulamentados com o objetivo exclusivo para o turismo, esse transporte especializado é formado de equipamentos dos quatro meios de transporte existentes: rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.

As atividades de transporte turístico são regulamentadas pelo Decreto nº 87.348/82, de 29 de junho de 1982, pela Resolução Normativa nº 32, de 21 de maio de 1998, e também pela Deliberação Normativa nº 246, de 03 de outubro de 1988, ambas do Conselho Nacional de Turismo, do Ministério da Indústria e do Comércio (EMBRATUR, 2006).

No âmbito do transporte turístico, a Embratur apresenta regulamentação específica de transporte de superfície. Define-as como “excursão”, passeio”, “traslado” e “transporte especial”, podendo ser por veículos terrestres ou embarcação.

Nota-se, portanto a importância dos equipamentos de transporte turístico para o desenvolvimento da local. Tendo-o como suporte básico nos serviços turísticos numa determinada localidade.

Dando continuidade, o formulário 12 na categoria B5 do inventário da oferta turística catalogam, os equipamentos para eventos, onde apresentam sua infraestrutura e serviços específicos pra a realização de congressos, convenções, exposições, feiras, shows e outros, onde estão subdivididos em centros de convenções/congressos, parques/pavilhões de exposições, auditório/salões de convenções, empresas organizadoras/promotoras de eventos e outros serviços ou equipamentos especializados (INVTUR, 2011).

Assim, para Fetec (2011), foi inventariados auditórios, salas e salões de convenções e 1 (um) Parque de exposição, precisamente os salões e auditórios que se encontram em suas dependências. Foram, no total, catalogados 25 (vinte e cinco)

auditórios, contabilizando aproximadamente 3.039 (três mil e trinta e nove) lugares, 10 (dez) salas para palestras e 4 (quatro) espaços para eventos, entre espaços públicos e privados, além de 3 (três) empresas organizadoras e/ou promotoras de eventos.

Em turismo, há o segmento de turismo de evento que ajuda a movimentar o turismo nas baixas sazonalidades, quando é apresentado um baixo fluxo de turista em um determinado local.

Para Ignarra (2000, p.37), viagem é fruto de mais uma motivação. Sendo o evento uma dessas. Assim, o segmento de turismo de eventos é uma das soluções para o aumento do fluxo de turismo num determinado, ajudando a ampliação nos atendimentos nas agências, hotéis e restaurantes, promovendo, a divulgação de vários atrativos da localidade, aumentando a renda desses empreendimentos nas baixas temporadas.

A inventariação desse equipamento torna-se importante para escolher e alocar os tipos de eventos realizados no município, de maneira que atenda a necessidade e demanda que usufrui desse serviço.

A catalogação da continuidade com o formulário 13 na categoria B6. Abrange o tema serviços e equipamentos de lazer e entretenimento. São inseridos o conjunto de instituição educacional de um município, responsáveis pelo nível de instrução da população residente e pela qualidade da mão de obra disponível para prestação dos serviços turísticos.

Portanto, inclui-se os parques temáticos, praças, clubes, associações, pistas de bicicross e motocross, estádios, ginásios e quadras, autódromos e kartódromos, boates, casas de espetáculos, cinemas, pistas de boliche, parques agropecuários ou de vaquejadas e outras instalações onde seja possível a prática de atividades desportivas e/ou recreacionais abertas ao público em geral. Esse número segundo o inventário realizado há 39 (trinta e nove) equipamentos de lazer e entretenimento Fetec (2011).

Para Camargo (1989) define lazer como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica: “um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos”.

Assim, lazer e entretenimento possibilitam, nas férias divididas durante o ano, a busca pelo lazer e entretenimento, pois contribui para o bem estar da população, tanto para o receptivo quanto para o visitante que se desloca a uma determinada localidade. Tendo também nos centros de entretenimento e lazer mais uma opção de

geração de emprego e renda, gerando divisas para localidade onde estão inseridas essas atividades.

Para finalizar, há o formulário 07 na categoria outros serviços e equipamentos turísticos, que é definido como serviços e equipamento utilizados como informação, entidades e associações de prestadores de serviços turísticos, guiam de turismo, cadastrado no órgão oficial de turismo, condutores de visitantes, piloteiros, etc. Quaisquer outros serviços, equipamentos e estabelecimentos não contemplados nos itens anteriores e que sejam utilizados para fins turísticos (INVTUR, 2011).

Segundo os dados levantados, há 12 (doze) registros distribuídos entre Associações ligadas ao turismo, centro de informação ao turista e guias de turismo (FETEC, 2011).

Esses representam os recursos humanos registrados oficialmente no cadastro. Porém, sabe-se que há muito mais mão de obra, porém não são regularizados.

5.3 *Atrativos turísticos*

No último módulo “C”, foi realizado levantamento da oferta turística a respeito dos atrativos naturais, culturais, atividades econômicas, técnicas, científicas ou artísticas e eventos permanentes.

O início do módulo “C” dá continuidade dos formulários a partir do formulário 15 na categoria C1, onde aborda atrativos naturais, como elementos da natureza que, ao serem utilizadas para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora e fauna). Para Fetec (2011), foram identificados, 9 (nove) atrativos entre praias, balneários e bosque.

No formulário 16 na categoria C2, foram catalogadas as informações sobre atrativos culturais:

São bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré histórias à época atual, como testemunho de uma cultura, representados por suas formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetivos, os documentos, as edificações e demais espaços arqueológicos, paleontológicos, ecológico e científico.

As manifestações culturais são as criações culturais de natureza imaterial que, ao serem apropriadas pelo turismo, passam a ser chamadas “atrativos”, como festas, celebrações, rituais, folguedos, jogos. Saberes e fazeres e seus produtos, músicas, dança, práticas culturais coletivas concentradas em determinados espaços, funda-

mentadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social (...) (INVTUR, 2011).

Desses, foram inseridos 10 (dez), atrativos culturais existentes no município de Boa Vista. Muito importante para divulgação e manifestação dos bens culturais da cidade.

Segundo os dados coletados pela Fetec (2011), os formulários 17 e 18 categorias C3 e C4 – atividades econômicas e atrações técnicas, científicas ou artísticas respectivamente, não possuem registro.

E para concluir análise dos formulários, o formulário 19, categoria C5: eventos permanentes é conceituado com eventos realizado que é realizado apenas na localidade e esteja pelo menos com a sua 3ª edição agendada. Assim sendo, foram identificados 5 (cinco) eventos permanentes, distribuídos entre feiras, exposições e eventos culturais.

6. Metodologia

O estudo contempla a pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo de banco de dados, que analisa a importância do inventário da oferta turística para o desenvolvimento local de Boa Vista/RR, dialogando com a realidade local, de forma contextualizada, retratando e descrevendo de forma sistêmica a importância do inventário para o município.

Neste trabalho, foi utilizada quanto aos fins, a pesquisa descritiva e quantitativa, quanto aos meios, a documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica e a documental e direta através do projeto inventário da oferta turística do município de Boa Vista, no ano de 2009 a 2011.

Para Dencker (1998), a metodologia descritiva é de grande proveito para as pesquisas quantitativas, uma vez que foca em resumir, descrever e apresentar dados de outros bancos de dados existentes complementados com as pesquisas ou consulta a entidades de classes, empresas e órgãos nacionais e internacionais.

O instrumento de coleta de dados de fontes de dados secundários. Conforme afirma Mattar (2007), são aquelas que já foram coletadas, tabuladas, ordenadas e algumas vezes analisados. Especificamente falando, são chamadas de dados secundários internos, uma vez que foram coletados e catalogados com outros objetivos e estão disponíveis para consulta.

A pesquisa foi dividida em três etapas: a exploratória, a da coleta de dados e a de análise e interpretação.

Na primeira etapa foram levantados os dados do projeto inventário da oferta turística das entrevistas realizadas com responsáveis pelo conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda a infraestrutura de apoio ao turismo de Boa Vista. Essa é exploratória do estudo, diz respeito às leituras de fontes primárias, que compreendem a pesquisa bibliográfica e documental referentes aos formulários estruturados que foi retirada dos bancos de dados de pesquisa já existentes foram aplicadas através de formulário cedido pelo Ministério do Turismo, por meio da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), através da Prefeitura de Boa Vista.

A segunda fase da pesquisa é a coleta de dados, onde uma das fontes secundárias é o conjunto de inventários da oferta turística do município de Boa Vista Inventariado. Tal fonte amplia a descrição, explicação e compreensão dos municípios.

Assim, possibilita a interpretação dos dados coletados e analisados na terceira fase, por meio do levantamento realizado.

7. Considerações finais

O desenvolvimento do local no município de Boa Vista/RR, depende da análise criteriosa do inventário realizado e de um planejamento integrado entre o trade turístico. Os dados obtidos do município de Boa Vista/RR indica o potencial turístico, apontados nos atrativos naturais, culturais, eventos programados.

Os inventários realizados são fontes de pesquisas e de subsídios para o planejamento local e regional. Arrecada informações e abre portas para a possibilidade de construção de indicadores de desenvolvimento local turístico e o acompanhamento do desenvolvimento do turismo nesses locais, a partir do monitoramento da oferta. Ainda muito incipiente, o município não demonstra informações suficientes sobre alguns dados de grande relevância para a análise.

Entretanto, é perceptível a evolução da aplicação do inventário no município uma vez que começou com consultoria e logo após foi iniciada com aplicabilidade da nova metodologia fornecida pelo Ministério do Turismo. Constata-se que o município demonstra interesse em utilizar o turismo como alternativa de desenvolvimento local. Porém, verifica-se a carências nos serviços e equipamentos turísticos, começando pela rede hoteleira, agências de viagens que trabalham com receptivo, equipamentos para eventos e serviços de transporte.

Em números, o quantitativo desses serviços é pequeno para a capital de um Estado. Tal carência ainda não foi suprimida, pois dispõem de uma infraestrutura turística pouco diversificada em relação a outros equipamentos o públicos.

Percebe-se que a participação do setor privado ainda é elementar no município. Talvez porque o setor privado espere obter um retorno muito rápido dos investimentos do governo em infraestrutura de acesso. Assim, é preciso realizar um trabalho forte de sensibilização dos empreendedores para ampliarem seus empreendimento e enxergar o crescimento do turismo no município.

A regionalização do turismo depende do forte potencial do município para realizar a integração com outros municípios, assim propõem-se planejamentos que visem o desenvolvimento local do município de Boa Vista/RR e outros municípios do Estado.

Mas para que tal processo seja realizado é necessário oferece a infraestrutura e serviço básico na capital, para que assim possa ser calcada a integração entre os outros municípios.

Até o presente momento, os resultados obtidos compilados pelo inventário aponta um forte potencial turístico para região, porém com algumas carências, sugere-se ampliação no processo de planejamento e organização do turismo local para uma futura integração regional entre os municípios do Estado.

Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007**: Programa de Regionalização do Turismo. Brasília – DF, 2004.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

DANTAS, Jose Carlos de Souza. **Qualidade do atendimento nas agências de viagens**: uma questão de gestão estratégica. São Paulo: Roca, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Inventário da oferta turística (INVTUR)**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.38p.

EMBRATUR (2006). **Movimento de passageiros, segundo os transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, no Município do Rio de Janeiro**.

FRÉMONT, A. **A região como espaço vivido**. Portugal: Livraria Coimbra, 1980.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA-FETEC. **Relatório da Oferta Turística do Município de Boa Vista**. Boa Vista: [s.n], 2011.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**. Ano I, no. 1. 1999. p. 15-39. (Revista Eletrônica). Disponível em: <www.uff.br/etc> Acesso em: 20 de jul 2012.

IBGE. **Banco de Dados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2011.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, Pioneira, 2000.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2007.

Ministério do turismo. **Conceito de meios de hospedagem**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/legislacao/downloads_legislacao/Regulamento_geral_meios_hospedagem.pdf>. Acesso: em 23 de jul. 2012.

Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística – Estratégia de Gestão**. Brasília, MTur, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ARTIGO

DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE IMIGRANTES EM ESCOLAS DE REGIÕES FRONTEIRIÇAS

Resumo

O presente artigo busca refletir como a diversidade, o distanciamento entre a cultura acadêmica e a realidade educacional affigem a prática pedagógica dos professores no século XXI, exigindo que os mesmos tenham que se apropriar de uma formação diferenciada para atender as novas demandas que surgem no interior da escola. Em ambientes multiculturais e de minoria linguística, como as regiões de fronteira, essas situações são ainda mais significativas. Para elucidar alguns dos impasses e desafios que os educadores enfrentam nestes contextos, apresentaremos duas pesquisas que retratam a inclusão de imigrantes em escolas públicas de duas fronteiras brasileiras, uma ao norte, na cidade de Bonfim/ Roraima e outra ao Sul, em Foz do Iguaçu/PR. Ambas apontam para uma realidade velada, principalmente no que tange à formação de professores para aquela região e a falta de políticas que reconheçam pluralidade em nosso país, fomentando o processo de exclusão.

Palavras-Chave: inclusão; formação do professor; políticas educacionais.

Abstract

This paper analyzes how cultural diversity, and the distance between academic culture and educational reality afflict teaching practices this century, demanding teachers to search for differentiated formation in order to face insurgent demands within schools. Considering multicultural environments associated to linguistic minorities, such as border regions, those demands are even more meaningful. Intending to describe some of the impasses and challenges educators face in those contexts, this paper present main frameworks and results from two researches that portrait the inclusion of immigrants in public schools from two Brazilian borders, one in the North, in the city of Bonfim (State Roraima), and another one in the South border, in the city of Foz do Iguaçu (State Paraná). Both cases indicate a veiled reality, mostly related to the formation of teachers specifically for those regions, and to the absence of policies recognizing Brazilian plurality, both fomenting social exclusion.

Keywords: *inclusion; teacher's formation; educational policies*

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: janwan91@ig.com.br

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: senna@senna.pro.br

Introdução

A demanda por políticas inclusivas de imigrantes nas escolas brasileiras é um ramo absolutamente escasso na Educação, tendo em vista que quando se fala em inclusão no Brasil, prioriza-se discussões sobre portadores de necessidades especiais ou alunos com baixo rendimento socioeconômico. A ausência de pessoas que realmente estejam pensando sobre a política de inclusão para essa parcela da sociedade, que tende a aumentar e não pode ser desprezada, é fato preocupante.

A imigração é uma tendência a se multiplicar no Brasil e no mundo, já que o mercado de trabalho tem sido a motivação para a presença deles. É inegável que nações como a nossa demandem mão de obra e que a presença de imigrantes seja primordial para manter o país funcionando, contudo, é fato que se não houver medidas que viabilizem uma estada minimamente digna, corre-se o risco de acentuarmos a questão da xenofobia e criarmos bolsões de pobreza, agravando ainda mais problemas crônicos como a violência em nosso país.

Uma das formas de reflexão sobre essa nova realidade foi anunciada nacionalmente via exame Enem 2012, quando propuseram aos estudantes uma redação cuja temática era “Os Movimentos Imigratórios para o Brasil no século XXI”. Desde então, essa situação efetiva, porém velada, passou a fazer parte das discussões legítimas em alguns espaços de nosso território. No ano de 2014, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentou dados significativos sobre a presença de estrangeiros nas provas do Enem. Segundo o Portal Brasil (2014), 6.155 estrangeiros foram considerados aptos a participarem do processo, fato que corrobora a existência de imigrantes em nosso país.

A legislação brasileira também passa por um movimento de reconhecimento da imigração como um processo lícito, visto que o Conselho Nacional de Imigração (CNI) aprovou, no fim de 2014, uma proposta que concilia interesses apresentados nas áreas de emprego, segurança pública, sistema de vistos, direitos humanos e acesso à cidadania, desenvolvimento social e econômico, entre outros, a ser debatida no âmbito do governo federal. Esse Projeto visa revogar o atual estatuto do estrangeiro considerado retrógrado e discriminatório em relação aos imigrantes que são recebidos no Brasil.

Todo esse contexto genuíno e quase consolidado pelas leis brasileiras, ao que tange a aspectos da cidadania, negligencia uma discussão central relacionada ao acesso dos imigrantes nas instituições de ensino. Aranha (2004) aponta que “o processo de inclusão é um tema bastante complexo, trata-se da garantia de acesso de todos a

todas as oportunidades, sejam quais forem as peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”. Para tanto, cabe uma reflexão sobre a posição das escolas e dos educadores no século XXI que lidam com essa realidade, já que pensar em inclusão educacional como direito humano para esses novos sujeitos, é entender que as garantias devem ir além do ato da matrícula. Compete à escola propiciar meios necessários para que eles garantam sua presença de forma efetiva dentro do espaço escolar. Mas será que o modelo de escola de que dispomos é apropriado para o tipo de ensino que devemos ofertar a essa nova demanda?

Pensar sobre o papel das instituições que não cuide desses alunos como fantasmas e nem dos professores como videntes nesse contexto será a questão central desse estudo. Refletir sobre a formação do professor que recebe essa clientela e não é preparado para lidar com a diversidade será de fundamental importância para suscitar reflexões e contribuir para políticas de inclusão no Brasil.

A função da escola e a formação do professor no contexto pós-moderno

A construção identitária de uma escola para o século XXI passa ser um dos grandes desafios dos profissionais de Educação no Brasil. A necessidade de reverter a imagem de uma instituição semelhante a máquina de reproduzir que se constitui por sujeitos homogêneos, faz com que tenhamos de repensar perspectivas para uma educação inclusiva que privilegie demandas reais e deem condições de trabalho aos profissionais que nelas atuam.

A escola, durante séculos, esteve ligada a uma parte da sociedade que detinha o poder. As atribuições dadas a ela variavam ao longo dos anos, porém, nunca deixaram de se desvincular de um movimento de ajuste social, que visava a manutenção das classes dominantes. O seu surgimento não se deu a partir da aceitação das ideias e dos ideais vislumbrados por filósofos e pedagogos, mas como resultado das necessidades econômicas e sociais das classes dominantes. O conhecimento sempre ocupou um lugar secundário, ficando a transmissão de valores morais e religiosos em primeiro plano, predominando, ainda, o papel da escola como instrumento de solidificação da ordem social (Deval,1998).

Doutrinar, preservar valores de uma determinada camada da sociedade, moldar o homem desprovido de uma educação familiar, formar o operariado e prepará-lo para o mercado de trabalho foram algumas das questões fundamentais para que as pessoas enxergassem a escola como algo indispensável à sociedade. Evidenciando que, ainda é esta a imagem com a qual trabalhamos até os dias atuais - uma escola

pública, concebida como espaço de integração social, que visa construir um homem para sociedade (Senna, 2015).

Essa mesma sociedade perpetua a crença positivista de que a escola deve formar o indivíduo para absorver e reproduzir experiências que sirvam para o progresso da humanidade e que seja capaz de ensinar tudo a todos, ao mesmo tempo, como se os alunos fossem seres desprovidos de mente, como uma tábula rasa. Esse modo impositivo e normatizador que se estabeleceu para educação nunca deixou de ser de cunho teológico, o que provocou muitas consequências para nossa realidade.

Diante das mazelas provocadas ao longo do tempo, parte das pesquisas em Educação voltaram-se para descrever essa máquina-escola e discutir sobre algumas questões que (re)produzem o processo de exclusão.

Para iniciarmos essa reflexão sobre o papel que a escola e o professor exercem na atualidade, partiremos de alguns questionamentos que estarão implícitos ao longo do texto. Que relações sociais sustentam nossas escolas? Será que é verdade que nossas disciplinas escolares formam pessoas cognitivamente? Os cursos de formação profissional estarão de acordo com a realidade educacional? Como o professor pode dispor sobre o ensino se ele não aprendeu a constituir uma outra forma de ensinar?

Vivemos num paradoxo formado por um modelo de educação uniforme, numa sociedade instável, que se modifica o tempo todo e que tem aprendido a pensar através da transitoriedade causada pelo acúmulo de informações e tecnologias. Infelizmente, a instituição-escola continua ser o modelo de estabilidade que as pessoas têm, o lugar onde acredita-se que o indivíduo precisa frequentar por algum tempo até “virar gente”.

Esse modelo que perpassa ao longo dos anos, deixa de levar em conta as particularidades do sujeito pós-moderno – um indivíduo eclético, aberto a novas possibilidades de aprendizagem e que possui uma mescla de saberes adquiridos em outros espaços. Embora a escola tenha se constituído no Brasil no século XVI, não podemos dizer que houve uma reformulação significativa na forma de apresentar as áreas do saber aos alunos, fato que deveria ser repensado, tendo em vista que estamos diante um mundo que é um hipertexto, conforme diz Moita Lopes (2006):

Está ocorrendo na produção do conhecimento a compreensão de que uma única disciplina ou área de investigação não pode dar conta de um mundo fluido e globalizado para alguns, localizado para outros, e contingente, complexo e contraditório para todos. (p.99)

Precisamos suspeitar dessa realidade educacional que grita por mudanças, que não apresenta resultados satisfatórios que façam sustentar a antiga prática. Estamos

impregnados de um discurso que diz que temos que absorver minorias sociais, que devemos reconhecer nossos alunos como sujeitos, mas que não conseguimos fazê-lo, apesar de possuímos algum amparo das políticas públicas. E então, o que será que ainda nos falta? Responder a essa pergunta, com tranquilidade, seria desprezar a Teoria de Berticelli (2004), a qual nos aponta que:

A educação é, acima de tudo, comunicação entre os seres educáveis, interação, auto-hétero-organização complexa, uma ação/atividade que, como todo processo cognitivo, comporta sombras, zonas cegas, buracos negros, caos. (p.488)

Discutir essas questões é ter que abrir espaço para o professor “sentar-se à mesa”, conforme declara o autor, para rever os contratos sociais que foram firmados ao longo do tempo na área da Educação. É querer enxergar que a escola muda de significação nos vários tempos e espaços sociais e que, precisamos ter convicção de que necessitamos, com urgência, vivenciar abordagens transversais, abrir diálogos entre diferentes tendências e teorias que contribuam para nossa formação. É entender que precisamos reformular o pensamento dos profissionais envolvidos com o processo ensino-aprendizagem.

Estamos inseridos numa era em que a transmissão de informação não é privilégio da escola, como acontecia há algum tempo. Agora não cabe ao professor apenas a transmissão dos conteúdos programáticos, como originariamente era feito. Ele precisa possuir alguns requisitos para conduzir esse processo, que a cada dia tem se tornado mais complexo, ainda mais que, atualmente, temos um grande concorrente: a tecnologia. A escola hoje tem uma função maior, ela precisa ensinar o aluno a refletir em face do mundo diverso em que vivemos, a acreditar que a educação está para além dos conteúdos, até porque segundo Senna (2008) “a escola há muito deixou de ser a fonte mais confiável de saber [...] Os saberes que povoam a escola hoje tornaram-se circunstanciais”.

O professor necessita de alguns requisitos para conduzir esse processo, que a cada dia tem se tornado mais complexo. Becker (1993), Tardif (2002), Senna (2008) e Libâneo (2013) endossam essa questão quando nos induzem a reflexões sobre o papel do professor como um sujeito que dá significados às práticas educacionais. Para eles o professor é o agente da escola, aquele que precisa ser um pesquisador de sua própria prática e quem deve saber o que fazer e, por essa importância, deve enfrentar as mudanças se apropriando simultaneamente do saber prático e teórico.

Os objetivos e as funções da escola já não são as mesmas do século XVIII (Senna, 2008). O autor aponta que o ensino através de uma metodologia acrítica se

mostra inadequado para os dias de hoje, mas também questiona qual função do educador nessa mudança de paradigma. “Se hoje o professor não mais é formado para reproduzir metodologias inócuas, como ele passou a se organizar para ensinar aquilo que ainda é sua obrigação ensinar como agente de educação básica?” A realidade de nossas escolas nos induz a acreditar que a falta de resposta para tal questionamento fez com que o professor tenha se tornado uma pessoa extremamente consciente e crítico de seu papel social, porém, algumas vezes despreparado para intervir na qualidade de agente de educação formal do ensino básico.

Becker (1993) ressalta a importância de o professor associar sua prática às teorias bem fundadas epistemologicamente, a fim de que ele possa articular novas ideias e não negar sem conseguir reestruturá-las.

Muitos professores, mergulhados na sua prática docente, emergem dela insatisfeitos, esbravejam contra ela, dizem palavrões, ironizam, chegam, às vezes, ao sarcasmo. Mas não conseguem reestruturá-las em nível de seu desejo, de sua vontade política. Por quê? Nossa hipótese é que lhes falta, fundamentalmente a teoria capaz de re-significar sua prática, e, a partir dessa re-significação, re-estruturá-la. (p.161)

Sabemos que o professor lida com um plural de coisas que convivem complexamente com o mundo real. Que cada aluno é uma realidade diferente e que, por vezes, exige dele uma posição de questionamento. Sobre essa posição, Piaget (1973, p.85) traz contribuições quando considera que “pensar é agir sobre o objeto e transformá-lo”. Com esse pensamento, observa-se que as características apontadas pelo autor afinam-se às do professor, um ser essencialmente ativo e reflexivo, que por vezes, adota uma postura quase de inconsciência epistêmica diante de sua prática.

Muitas vezes essas práticas pedagógicas que ocorrem de maneira inconsciente são as verdadeiras responsáveis por produzir políticas dentro das escolas, o que nos mostra o quanto o docente tem procurado resolver os problemas educativos partindo dos saberes práticos que ele adquire. Essa abordagem sugere que é viável repensar sobre o que os profissionais da educação aprendem nos cursos de formação acadêmica e o que se pratica no chão da escola, para que assim consigam transitar entre o conhecimento teórico e o prático, já que em princípio, deveriam ser indissociáveis para o desenvolvimento profissional de qualidade.

A relação teoria-prática é defendida por Libâneo (2013), ao afirmar que:

De fato, não é verdade que basta uma boa teoria para que um profissional tenha êxito na prática. Mas, também, não é verdade que a prática se basta por si mesma. Nem toda prática pode ser justificada como adequada, assim como não é possível qualquer reflexão sobre

a prática se não há da parte do professor um domínio sólido dos saberes profissionais, incluída aí uma boa cultura geral. (p.38)

Para Mantoan (2008, p.83) existe uma disparidade entre a formação do professor e sua atuação. De acordo com a autora, levar a universidade a considerar esse distanciamento é complexo, pois “pensar nas diferenças em sala de aula é uma coisa muito difícil, porque o aluno continua a ser, para a universidade, aquele ser ideal, que é fruto do que a teoria nos mostrou a respeito dos seres humanos”.

Parece claro que essa dicotomia ação-reflexão permitirá ao professor ser agente da prática educativa, evitando assim utilizar apriorismos (Becker, 1993), ainda mais no contexto “Brasil” - um país cuja complexidade está intrínseca em nossas características. Porém, essa mudança não se faz da noite para o dia, muito menos num passe de mágica, e por isso exige que todas as esferas políticas-educacionais voltem seus olhares para essa realidade que se faz presente em nossas escolas.

A realidade do professor em contextos interculturais e de minoria linguística

Algumas situações descritas a seguir, servirão para demonstrar porque a ausência ou insuficiência do conhecimento teórico pode provocar insegurança na prática de professores que estão inseridos em contextos interculturais e de minoria linguística. Os relatos são recortes de duas pesquisas realizadas nas últimas décadas por PIRES-SANTOS (2004) e SOUZA (2014), em duas fronteiras brasileira, uma ao sul, em Foz do Iguaçu/PR e outra ao norte, no município de Bonfim/RR.

A pesquisa de Pires-Santos (2004) teve como foco investigativo o conflito linguístico entre o português e o espanhol na fronteira em escolas de Foz de Iguaçu. Mediante todo o contexto apresentado pela autora, daremos enfoque à parte da pesquisa que situa a prática do professor, para entendermos como ele se depara com situações que interferem na aprendizagem de alunos chamados brasiguaios.

Segundo Pires-Santos, o que se percebe naquelas escolas é que os professores têm uma atitude de impotência perante a situação de ensinar aos “brasiguaios”, sentindo-se incapacitados de dar atendimento a eles, o que contribui, junto com outros fatores, para o fracasso e evasão escolar. Fica explícito, em um dos apontamentos da autora, que quanto mais o professor se torna reflexivo de sua realidade, melhor ele conduz essa dificuldade e que, para tanto, existe a necessidade de haver formação adequada e contínua a fim de que possa enfrentar essas situações peculiares.

É interessante notar que, quanto maior a formação do professor, mais positiva sua atitude em relação à interlíngua do aluno e melhores as soluções para auxiliá-lo, porque o professor compreende que essa fase de mistura de línguas é natural e transitória. Sua tolerância também é maior em relação aos dialetos da mesma língua. Desta maneira, encontra soluções individualizadas para tratar o problema, obtendo melhores e mais rápidos resultados. (p.153)

Uma década após a da pesquisa de Pires-Santos (2004), percebe-se através do estudo de Souza (2014) que a situação não evoluiu o quanto se esperava em relação à formação de profissionais que lidam com minorias em nosso país.

Os relatos a seguir fazem parte da pesquisa realizada por SOUZA (2014) que enfoca o posicionamento dos professores de Língua Portuguesa e Inglesa sobre o bilinguismo em escolas da fronteira Brasil/Guiana Inglesa, já que aquela região recebe, constantemente, alunos que não têm como língua materna o português, fato comum ao da pesquisa apresentada anteriormente. Os depoimentos representam a realidade de grande parte dos profissionais inseridos na pesquisa, os quais relataram a sensação de despreparo para atuarem nesse contexto.

“Eu não tenho formação para trabalhar essa questão do inglês e português. Eu ainda não fiz nenhum curso de capacitação, mas pretendo fazer daqui uns dias. Já conheço as palavras deles. Devido ao convívio a gente acaba pegando uma coisa ou outra. Devido a essa questão de não ter a formação, a gente tem muita dificuldade de trabalhar com eles. Eu nunca ia imaginar que eu ia parar numa fronteira”! (p.76)

“Olha, eu vou ser bem sincero aqui. Eu como professor de inglês não estou preparado para, mas eu faço tudo que tiver que ao meu alcance, porque falar fluentemente com meus alunos, assim, eu tenho essa dificuldade. Eu sei o inglês básico. Converso normal, um diálogo assim simples, agora, por exemplo, explicar um assunto na língua inglesa já se torna uma dificuldade muito grande”. (p.77)

Esses tipos de relatos são de extrema relevância para demonstrar que professores estão inseridos em vários contextos sociais e linguísticos diferentes, com tantas singularidades, para as quais muitas vezes não foram preparados academicamente. A fala sobre a necessidade de disporem de formação que os subsidiem em suas práticas é recorrente, o que demonstra a insatisfação sobre situações com as quais convivem e que, muitas vezes, ultrapassam a sua formação. O ideal para eles naquele contexto, seria que houvesse uma escola com:

“[...] professores realmente habilitados na sua área específica, sendo que o foco seria a língua inglesa e a portuguesa. Seria um projeto piloto na nossa região, no nosso estado, e por isso precisaríamos de profissionais competentes, especialistas, para idealizar e montar

essa escola. Pensar na estrutura que ela teria que ter, pensar qual o público-alvo, que tipo de professor eu preciso ter na escola”. (p.84)

“[...] professor em formação continuada buscando novos conhecimentos, se preparando para depois colocar em prática tudo aquilo que vem adquirindo durante seus estudos. O ponto chave seria a preparação dos professores”. (p.84)

Observa-se que a formação interfere ativamente no trabalho que os docentes realizam nestas escolas, e que os depoimentos giram em torno da inexistência ou insuficiência de uma formação para as questões bilíngues da fronteira, sobretudo para profissionais que atuam com o ensino de línguas nessa região. O bilinguismo é fator considerado natural tanto no município de Bonfim/RR quanto no de Foz de Iguaçu/PR, porém parece haver dentro dessas instituições uma dificuldade muito grande em conciliar essa naturalidade legitimada fora dos muros da escola com a realidade da sala de aula, a fim de que ela se efetive e transforme em prática educacional.

A partir dessas duas realidades apresentadas há de se considerar numa formação profissional para os educadores dessa região, seja ela universitária ou contínua, que se alimente da necessidade de compreender esses contextos de minoria linguística. Uma formação que fuja do usual, que percorra um caminho didático inverso ao apresentado tradicionalmente pelas universidades, conforme propõe Becker (1993).

Isto sugere um caminho didático para formação de professores: refletir, primeiramente, sobre a prática pedagógica da qual o docente é sujeito. Apenas, então, apropriar-se de teoria capaz de desmontar a prática conservadora e apontar para as construções futuras. Em geral, a formação de professores segue o caminho (currículo) inverso: apropriar-se da teoria e, em seguida, impô-la à prática, através de receituários didáticos, independentemente de sua pertinência a esta mesma prática. (p.332)

A reflexão teoria-prática para contextos de minoria linguística ainda não alcançou o patamar que deveria no Brasil. Infelizmente essa discussão é lenta, o que torna possível que ainda hoje alguns profissionais sejam formados sem essa reflexão crítica sobre a realidade que encontrarão em diferentes ambientes.

Alguns autores como Cavalcanti (1999), Coracini (2007), e Moita Lopes (1996) confirmam, por meio de pesquisas, que ainda há muito a se fazer, particularmente em relação ao despreparo tanto das universidades quanto das escolas, incluindo aí seus professores.

Cavalcanti (1999) alerta para o despreparo dos professores em lidar com contextos multiculturais e bilíngues, quando cita que os cursos de Magistério e de Letras não formam profissionais para enfrentar este tipo de realidade. A autora mostra que

o foco desses cursos está muito mais no conteúdo, deixando o componente pedagógico para os últimos semestres. Disciplinas que seriam essenciais ao curso não fazem parte do currículo, como, por exemplo, Linguística Aplicada, Sociolinguística Educacional, Interação em Sala de Aula. Essas disciplinas poderiam, dependendo de como fossem ministradas, sensibilizar os futuros professores para o complexo contexto sociolinguístico que os espera em muitos dos lugares onde exercerão sua prática docente.

Para Coracini (2007, p.126), a heterogeneidade e a falta de uma política linguística adequada para a realidade fronteiriça dificultam a tarefa do professor em contextos multilíngues. Ressalta, ainda, que o docente “precisa estar preparado para lidar com os conflitos em sala de aula” e que estes conflitos, juntamente com a falta de preparo do professor, acabam gerando estigmas e preconceitos que são vivenciados pelos alunos, interferindo na (re)construção de suas identidades. Esta autora aponta a necessidade de uma formação específica para professores de escolas de fronteira, já que essas regiões são reconhecidas como laboratórios linguísticos naturais devido à sua formação étnico-linguística, resultante do fluxo migratório. Ela cita também a necessidade de se obter um material didático específico para as escolas de fronteira, que trate da realidade dessas regiões, um material que aborde a cultura e a história dos países fronteiriços, sem que haja uma visão nacionalista que gere preconceitos.

Ainda sobre a formação de professores, Moita Lopes (1996, p. 179) ressalta a visão dogmática e a tecnicidade que marcam os cursos de Letras, quando diz que

[e]mbora os cursos de formação de professores de línguas variem no que se refere à ênfase que colocam em um tipo de competência ou em outra devido a uma série de fatos (estafe especializado disponível, carga horária dos cursos, etc.), igualmente se ressentem de uma base teórica explícita sobre os processos de uso da linguagem dentro e fora de sala de aula. Ou seja, a formação que professores recebem não lhes permite fazer escolhas sobre o quê, e como e o porquê ensinar que sejam informadas teoricamente. [...] Isso quer dizer que são treinados a partir de certos modismos sobre como ensinar línguas, isto é, recebem sua formação pautada em dogmas.

Acerca dessas questões, podemos inferir que a formação docente negligencia o ensino como domínio de investigação, não promovendo o estudo teórico sobre as condições de aprendizagem em contextos cujos sujeitos apresentam modelos cognitivos diferentes ou que sejam provenientes de cultura diversa. Verifica-se uma carência entre a realidade do professor e a proposta de formação universitária. Não se trata de criar apenas disciplinas no currículo que deem conta da heterogeneidade,

mas compreender que a formação deve propiciar práticas pedagógicas singulares para esses contextos e não se reduzir apenas a receituários.

Essa dicotomia também é discutida por Mantoan (2008, p.85) ao afirmar que “a universidade anda com o peso do passo do elefante, mas no passinho da formiga”. Segundo a autora, as questões que realmente têm afligido a educação, passam muito longe das discussões acadêmicas, as quais privilegiam questões teóricas e muito pouco a relação teoria-prática. Ela cita que os avanços nas questões educacionais “estão ocorrendo muito mais no interior da escola do que fora delas, porque os meninos estão lá. Sem eles, nada aconteceria”.

É fato que todas mudanças ocorridas na escola devem partir da necessidade do aluno, afinal ele é o sujeito central do processo, no entanto seria viável que, aliadas a essas mudanças, os condutores do processo, que são os professores, recebessem uma formação acadêmica mais consistente, nas quais envolvessem questões entre a teoria e a prática, com intuito de fortalecer suas ações em ambientes desafiadores.

Nesse sentido, tomemos como exemplo a realidade dos alunos e dos professores dessas duas fronteiras brasileira, para tornar explícito o distanciamento que há entre o chão da escola e a universidade, fazendo com que o direito à aprendizagem e o respeito às diferenças sejam violados. Evidenciar essa situação é torná-la real, é lançar luz àqueles que precisam repensar no processo de formação de professores no Brasil, que é um país de múltiplas fronteiras geográficas e sociais.

Conclusão

“Eu não estou preparado(a) para...”, resume uma das ideias centrais desse artigo que procurou evidenciar a prática de professores inseridos em contextos de diversidade. Para incitarmos a gravidade dessa situação, convido-lhes a imaginar esse mesmo resultado sendo apontado em uma pesquisa com outros profissionais que lidam diretamente com a vida humana e, você, na condição de dependência deles, tivesse que ouvir isso. Provavelmente, agora, sentiria na pele, o que é ser um sujeito conduzido por alguém que não tem a formação necessária diante do problema, o apoio e a segurança do que e como fazer.

Essa analogia, embora seja relativa, nos induz a pensar de maneira brusca sobre a realidade de diversos profissionais, que por diferentes necessidades, se veem diante de um nó que precisa ser desatado no campo da educação. E, desatar esse nó significa suscitar reflexões e ações sobre o processo formativo do professor que foi

impregnado por uma formação voltada para ambientes considerados padrão, tendo dificuldades, portanto, em lidar com qualquer proposta desafiadora.

Reproduzir o pensamento de Mantoan (2008, p.87), com relação à formação dos professores, é um meio para refletirmos sobre que ambiente educacional nós queremos. “Se é desafiador ou restritivo. Isso é fundamental para nós pensarmos efetivamente num projeto pedagógico de universidade que queira se dedicar a uma formação de professores”. Para ela a definição sobre o processo formador dentro das universidades, ou seja, a ideologia a ser seguida, é essencial para dar continuidade ao processo de mudança e a continuidade dessa discussão.

Nesse sentido, verificamos que principalmente aqueles professores inseridos em contextos de minorias, formam-se em ambientes com propostas restritivas, porém, tendem desempenhar atividades inovadoras. Na prática educacional, essas questões acabam por gerar uma exclusão em via de mão dupla, ou seja, a academia exclui a realidade da escola, e, a escola, na figura do professor, exclui o aluno, por motivos diversos.

É interessante ressaltar que esse aluno que chega a sala de aula em um contexto como o apresentado é um aluno duplamente excluído. A primeira forma de exclusão se dá através do processo de migração, que não acontece, na maioria das vezes, por questões de vontade, mas sim, pela necessidade; e, a segunda forma se desencadeia pela posição da escola e do professor, que contribuem com a legitimação da cultura dominante conduzindo os alunos a um processo de silenciamento cultural e linguístico.

Tendo em vista toda reflexão empreendida nesse artigo, podemos inferir que a educação brasileira não está repousada em berço esplêndido há tempo e que a exclusão aqui reside, apesar de estarmos na atual bandeira da “Pátria Educadora” que acolhe a todos que precisam. Precisamos de fato dar voz a singularidade que faz com que nosso país seja considerado de muitas faces, porque só assim poderemos interpretar essa nova realidade a fim de provocar mudanças no quadro complexo apresentado.

Referências bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: transformação social ou retórica?. In: OMOTE, S. **Inclusão**: intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe Publicações, 2004.

BECKER, Fernando. **A Epistemologia do Professor**: o cotidiano da escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BERTICELLI, Ireno Antônio. **A origem normativa da prática educacional na linguagem**. Ijuí: Ed.Inijuí, 2004.

CAVALCANTI, Marilda C. Estudos sobre educação bilíngüe e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. **D.E.L.T.A.** São Paulo, vol.15, n. Especial, p.385-417. 1999.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **A Celebração do Outro**: arquivo, memória e identidade - línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

DELVAL, Juan. **Crescer e Pensar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria prática. 6.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Heccus Editora, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Ultrapassar Barreiras e Avançar na Inclusão Escolar. In: **Avanços e desafios na construção de uma sociedade inclusiva**. Rosa Maria Corrêa (Org) - Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva/PUC-MG, 2008.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da antigüidade aos novos dias. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MOITA-LOPES, Luis Paulo. **Oficina de lingüística aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

_____. A nova ordem mundial, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de inglês no Brasil: a base intelectual para uma ação política. In: BARBARA, L & RAMOS, R. C. G. **Reflexão e ações no ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 29 a 57.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: Editora Unesco, 1973.

PIRES-SANTOS, Maria Elena. **O cenário multilíngüe/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social**. Tese de Doutorado. UNICAMP. 2004

SENNA, Luis Antônio Gomes. Formação Docente e Educação Inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**. vol.38 no.133 São Paulo. Jan/abril 2008

_____. **Anotações de aula/Tópicos Especiais**: Epistemologia da Ciência da Educação e Diversidade. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

SOUZA, Janaína Moreira Pacheco de. **Representações sociais de professores de língua portuguesa e inglesa sobre o bilinguismo em escolas no município de Bonfim – fronteira Brasil/Guiana Inglesa**. Dissertação, 2014. (Mestrado em Educação) Universidade Estácio de Sá.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/mais-de-6-mil-estrangeiros-se-inscreveram-para-o-enem> - acesso em: 15 de agosto de 2015.

<http://portal.mte.gov.br/cni/cnig-aprova-proposta-de-projeto-de-lei-sobre-migracoes.htm> - acesso em: 15 de agosto de 2015.

ARTIGO

LABOR ACADÊMICO, UNIVERSIDADE E CONTRAOFENSIVA DO CAPITAL

Resumo

O referido trabalho busca empreender uma análise acerca do labor acadêmico, bem como das condicionalidades empreendidas pelo sistema metabólico do capital em tempos de ofensiva neoliberal para a universidade e conseqüentemente para a categoria de trabalhadores em tela. Optamos pelo método de análise dialético, logo se trata de um método que busca apreender o objeto a partir das suas múltiplas determinações que o constituem, ou seja, busca apreender o objeto em sua totalidade. Assim, constatamos que o labor acadêmico sob o jugo do capital é realizado de forma pragmática e fragmentado, o que engendra um processo de estranhamento.

Palavras-Chave: Labor acadêmico; Universidade; Capital.

Abstract

This work seeks to undertake an analysis of the academic work as well as the conditionalities undertaken by the metabolic system of capital in neoliberal offensive of times for the university and consequently for the category of screen workers. We chose as analysis method - the dialectical method, then it is a method that attempts to grasp the object from multiple determinations that constitute it, that is, attempts to grasp the object in its entirety. Thus, we find that the academic labor under capital the yoke is conducted in a pragmatic and fragmented way, which engenders an estrangement process.

Keywords: *Academic Labor; University; Capital.*

* Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Integrante do Grupo de Pesquisas em Trabalho, Práxis, Política e Educação (GTPPE). E-mail: alisson.slider@yahoo.com

Introdução

São vastos os impactos direcionados sobre os docentes das instituições de ensino superior no Brasil da reforma universitária ainda implementada pelo regime civil-militar, peculiarmente, no que toca o parco financiamento, bem como a expansão das instituições localizadas na esfera privada. Desgraçadamente este cenário se repete, ainda com mediações novas, logo, trata-se de um cenário econômico distinto que outrora era efetivado nacionalmente, o cenário atual se trata do neoliberalismo, que é empreendido pela lógica do capital, atingindo diretamente os trabalhadores, em especial, os docentes do ensino superior.

Destarte, procuraremos empreender uma análise acerca do labor acadêmico¹ e das condicionalidades empreendidas pelo sistema metabólico do capital em tempos de ofensiva neoliberal para a universidade e conseqüentemente para a categoria de trabalhadores em tela.

Optamos por discorrer sobre algumas políticas para o ensino superior que, em grandes proporções, possuem imbuído essencialmente um caráter mercantil, pois, parece-nos que o ensino superior é identificado pelos setores hegemônicos como um nicho mercadológico para extração lucrativa para a burguesia nacional e internacional.

Portanto, o presente trabalho está sistematizado em quatro sessões: i) busca analisar da crise estrutural do capital e o movimento realizado para elidir o panorama catastrófico do modo de produção capitalista; ii) examinaremos como se expressa a forma do capitalismo dependente na atual fase do capitalismo monopolista-financeiro; iii) nos debruçaremos em investigar a lógica do labor acadêmico, não perdendo de vista os nexos com as seções precedentes.

A crise do sistema capitalista e as novas expressões imperialistas decorrentes

A teoria marxiana doravante algumas passagens² faz breves referências as crises do sistema sociometabólico do capital de cunho cíclico, estas crises eram engendradas a partir da deflagração do processo de superprodução, pois se tratava de uma

¹ Faremos uso da expressão “labor acadêmico” ao invés da tradição na área que é “trabalho docente”, logo, consideramos labor acadêmico uma expressão que melhor caracteriza o lado negativo do trabalho empreendido pelo professor universitário.

² Esclarecemos que Marx não tratou especificamente e de forma aprofundada da categoria das crises do modo de produção capitalista. Todavia, é possível constatar em Marx passagens acerca das crises sofridas pelo capitalismo naquele período histórico, isto é, as crises cíclicas que afetavam a processualidade da produção e consumo das mercadorias.

expressão fenomênica inevitável do dinamismo deste sistema econômico-social. Contudo, para poder obter aproximações reais no reconhecimento do caráter das crises, é premente apreender a lógica de atividade do modo de produção capitalista. Dessa forma, entendemos que este modo de produção distinguisse, dentre outros elementos, a partir da autonomização do valor no tocante a seu conteúdo material, isto é, o valor de uso. Este paradoxo entre valor e valor de uso, é inerente ao modo mais básico de expressão da sociedade em que rege o modo de produção capitalista, a mercadoria, complexifica-se com o crescimento do capitalismo até o ponto em que a entrada impetuosa das crises restaura sua unidade dialética, para a decorrente ação do sistema.

Na década de 1970, a crise do sistema produtor de mercadorias expôs contornos diferentes das crises precedentes. Mézáros considera esta crise como uma corrosão sistêmica do capital (2002). Os elementos de novidades são conforme o autor: “caráter universal; alcance global; temporalidade permanente [...]; e modo de desdobramento rastejante” (Idem, p. 796). A processualidade desta crise de novo tipo é efetivada a partir da supressão dos direitos sociais, bem como na flexibilização dos direitos do trabalho, na exploração violenta dos recursos naturais, tudo isso, na busca incessante de recompor as taxas de lucro do sistema de capital.

Nishimura esclarece que,

Com o agravamento da crise, os capitalistas lançam mecanismos para tentar recompor as taxas de lucro do capital, como a reestruturação produtiva e as contrarreformas do Estado. No âmbito da produção, a tendência é a mudança do taylorismo/fordismo, que atingiu abrangência mundial com a produção em massa, ao toyotismo (caracterizado como sistema de organização flexível), iniciado nas fábricas japonesas. No âmbito das reformas, a crise move os ideários do capital a buscarem a implementação das políticas neoliberais, promovendo mudanças na configuração do Estado. (2014, p. 50, **grifos do autor**).

Perry Anderson analisa o essencial da agenda neoliberal, como apontamentos para resolução da crise, a saber:

[...] disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais, e a restauração de uma chamada “taxa natural” de desemprego, potencializando a exploração dos trabalhadores a partir do engrossamento das fileiras do “exército de reserva” (ANDERSON, 1995, p. 11).

Com isso, a partir da deflagração desta crise do capital, é empreendido um movimento interno para dissimular o verdadeiro caráter da crise com a justificativa de que a crise é decorrente do vasto crescimento dos gastos em intervenções sociais

realizados pelo Estado, ainda, canalizando culpa aos sindicatos com o subterfúgio de promoverem embates por aumentos de salários, como também outros direitos trabalhistas.

A partir de Wood (2003), destacam-se, enquanto determinantes no modo de como se realiza o imperialismo atual, a existência dos organismos multilaterais. Ainda que o padrão de acumulação por despossessão esteja sendo realizado essencialmente por meios econômicos, a apropriação do capital necessita a repressão extra-econômica do Estado (BARRETO; LEHER, 2008). Dessa forma, para que os setores dominantes burgueses internacionais possam atuar mediante um sistema de Estados é preciso à participação de organismos “[...] capazes de articular esse sistema e de agir em nome de seu núcleo dirigente (o G-7). Daí a atuação dos organismos internacionais (BM, FMI, OMC) como intelectuais coletivos e operadores do novo imperialismo” (Idem, 430).

Nesse sentido, compreendemos que com a deflagração da crise estrutural do capital, grandes transformações foram executadas em escala mundial e em todos os setores. Dessa forma, como apregoado pelos autores efetivou-se e ainda está em andamento a vingança do capital sobre o trabalho³.

Capitalismo dependente e educação superior brasileira

Floresta efetiva uma análise acerca de como no Brasil a cooperação dos setores intermediários em formação com as oligarquias terá enquanto ênfase garantir e aprofundar as regalias das camadas hegemônicas que se amoldaram aos anseios socioeconômicos solicitados pelo capitalismo monopolista – atualmente capitalismo monopolista-financeiro –, compondo um modelo heterogêneo de preeminência da burguesia, resultado do capitalismo dependente (FERNANDES, 1975). A proeminência imperialista lança assim uma particularização das nações subalternas, garantir, por intermédio deste modelo de hegemonia, a espoliação pública dos excedentes econômicos, tendo como direção política a burguesia nacional. Este acordo político entre burguesia nacional e capital internacional acolhendo, ainda, os anseios mais retrógrafos de algumas frações de classe e a procura da conformidade passiva das massas populares, não se trata de uma expressão fenomênica historicamente datada, porém um aspecto intrínseco à ação das burguesias dos países subalternos.

³ O sistema metabólico de capital empreende uma grande ofensiva contra os trabalhadores – corroendo seus direitos trabalhistas historicamente conquistados fruto de vastas mobilizações, bem como o próprio desemprego crônico que impeli o atual modo de acumulação capitalista.

Levando a cabo que o capitalismo dependente e o imperialismo são à base da legitimação da análise do modelo de educação superior dependente, salientamos a relevância da educação escolar expressa por Florestan na constituição de um projeto de desenvolvimento nacional que possua concepção política direcionada para a ruptura com o capitalismo dependente, e o autor expõe um conjunto de reflexões acerca da escola pública, e também em relação à universidade do país, identificada enquanto um conjunto de instituições públicas e privadas de ensino superior.

A partir de uma análise acerca da história da educação superior no Brasil, compreendemos que foi realizada uma transferência de conhecimentos e de modelos de universidades europeias. Este processo é caracterizado por três níveis de empobrecimento consoante Lima (2005):

i) como não foram transplantados em bloco, mas fragmentados, o que ocorre, de fato, é a implantação de unidades isoladas, diferenciadas das universidades europeias da época; ii) apesar de servir para caracterizar um processo de “modernização” e “progresso cultural”, realizado através de saltos históricos, estas “universidades conglomeradas” limitava-se a absorção de conhecimentos e valores produzidos pelos países centrais e, iii), o que a escola superior precisava formar era um letrado com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais. Este processo evidencia que o “novo” na educação superior brasileira já nascia completamente “arcaico” (p. 05).

Estes aspectos teóricos denotam a viabilidade de constituição de um imperialismo acerca da questão educacional, ou seja, a existência de um modelo de educação superior dependente. Tais alusões deixam explícito que, em países subalternos e dependentes como o Brasil, o tema acerca da dívida pública adquire uma característica impar, ao passo em que

[...] o controle externo dos ‘negócios de exportação e de importação’, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundavam num processo de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico como consequência da integração dependente na economia capitalista mundial (Fernandes, 1968, p.46).

A negação da centralidade do “labor acadêmico”

O labor acadêmico a partir da análise de Kuenzer e Caldas (2009) que alegam que está inserido na totalidade da atividade laborativa no capitalismo, imbuído de contradições, bem como marcado pela dupla face dessa práxis. De acordo com Sampaio, Novaes e Lima (2012, p. 2) “A relação dialética entre valor de uso e valor de

troca faz da atividade humana, trabalho, algo que pode levar a autorrealização, à humanização e ao prazer ou à desumanização, a não realização e ao sofrimento”.

Ao nos referir acerca da precarização do labor acadêmico, é possível identificar como um fenômeno que se desenvolveu e se desenvolve desde as últimas décadas no Brasil, bem como na América Latina (OLIVEIRA, 2007), todavia, somente para se obter uma compreensão coerente com a realidade é premente apreender o contexto da precarização do trabalho em geral, ainda que haja algumas distinções das que reestruturam o trabalho diretamente articulado a produção. Tais considerações são cruciais para que não se perca de vista e leve a conclusões acerca do labor acadêmico desarticulada da lógica do trabalho em geral, logo, partimos das categorias do método: totalidade e mediação; assim, possibilitando a apreensão das determinações da precarização do trabalho do docente atualmente.

Silva (2012) ressalta que o processo de privatização do ensino superior do país expande também a dimensão da precarização do labor acadêmico. Tal quadro é expresso nas instituições privadas, onde

A exploração da força de trabalho é idêntica aos outros espaços de produção capitalista; em diversas ocasiões presenciamos situações que expressam esta realidade: a rigidez no cumprimento de horários, a sobrecarga de trabalho, a realização de atividades docentes não remuneradas – como as orientações acadêmicas. Além da instabilidade nos empregos como ‘desabafam’ os colegas de trabalho: “nosso emprego é de seis meses, tem prazo de validade e nunca sabemos se será renovado ou não”. (CARVALHO, 2009, p. 120-121, **grifos do autor**).

Consoante Bosí (2011) o fenômeno da precarização do labor acadêmico não se limita somente às instituições privadas de ensino superior que tiveram uma vasta expansão no decorrer dos governos Cardoso e Lula da Silva, todavia, atinge o trabalho do docente das instituições públicas de ensino superior seja sua dimensão municipal, estadual ou federal.

Deste modo, fazemos alusão ao programa REUNI, este programa foi instituído no governo Lula da Silva, e especificamente se trata de um programa em que de forma severa e dura atingiu o trabalho dos docentes das universidades federais do país. A rigor, é possível alegar que as condições de seu trabalho foram alteradas de forma negativa ao passo em que, através do REUNI, houve um vasto imenso da relação alunoXprofessor nos cursos de graduação (18x1). A efetivação dessa meta canalizou uma grande sobrecarga e intensificação sobre o ritmo de trabalho do docente, bem como “desgaste de um cotidiano sem sentido, pois marcado pelo insucesso de estudantes que aprendem mal” (MANCEBO, 2011, p. 58).

Vale realçar que, como visto anteriormente, o RREUNI busca expandir as matrículas na graduação. Assim, é ignorada a compreensão do eixo articulador indissociável (ensino-pesquisa-extensão) núcleo da educação superior. Em verdade, se trata de ignorar a pesquisa enquanto pilar definidor da universidade pública, pois, é este pilar que necessita de maiores canalizações de investimentos orçamentários. “A sobrecarga de trabalho no ensino de graduação colocará fortes impeditivos no desenvolvimento de projetos de pesquisas por parte dos professores contratados a partir da vigência do Programa” (LOPES, 2009, p. 7).

O estudo acerca do labor acadêmico elaborado por Sampaio, Novaes e Lima (2012) trazem um panorama do Brasil a partir do Censo 2010 na exposição da quantidade dos docentes em exercício na esfera pública e na privada e outros indicadores:

O Brasil, de acordo com o Censo 2010, tem 345.335 funções docentes em exercício. Desse total, 130.789 estão no setor público e 214.546 no setor privado. O perfil docente tendo como referência o regime de trabalho e a titulação assim se expressa: No setor público, 80,2% possuem regime de trabalho de tempo integral; 12,9% em tempo parcial; e 6,8% são horistas. O setor privado concentra o maior número de professores em regime de trabalho horista, 48%; em tempo parcial são 28% dos docentes; e 24% trabalham em tempo parcial. Quanto a titulação, o Brasil tem, no setor público 49,9% de doutores, 28,9% de mestres e na categoria “com até especialização”, 21,2%. No quadro de titulação do setor privado, 43,1% têm mestrado; na categoria “com até especialização”, 41,5%; e com doutorado apenas 15,4%. (p. 05).

O estudo desenvolvido pelos autores supracitados denota que o labor acadêmico se dá em um contexto de precarização do trabalho, bem como

[...] perda de autonomia intelectual, adoecimento docente (estresse, burnout, depressão), invasão do tempo da vida privada dos docentes, baixos salários, jornada de trabalho ampliada, evasão do magistério, subsunção do trabalho intelectual à lógica da produtividade com sistema de avaliação de desempenho utilizado como critério de premiação e/ou punição, contratos temporários. (Ibidem, **grifos dos autores**).

Assim como o trabalho em geral, o labor acadêmico sob o jugo do capital é realizado de forma pragmática e fragmentado, o que engendra um processo de estranhamento⁴. O professor perde a autonomia do seu trabalho, além do processo de intensificação do trabalho a partir do acúmulo de atividades e a execução de

⁴ Nos baseamos na definição de Antunes (2010) acerca do trabalho estranhado quando o autor assevera: “Utilizamos a expressão o trabalho estranhado (*die entfremdete Arbeit*) e estranhamento (*Entfremdung*) e não alienação (*Entäusserung*), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação, o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana”. (p. 152).

demasiados serviços concomitantemente. Na lógica da dupla natureza do trabalho situamos o a matriz negativa do labor acadêmico, pois o que era pra ser atividade essencial para humanização do ser se torna uma atividade efetivada com a finalidade de obter resultados, funcionalidade e, sobretudo, produtividade.

Há duas formas de intensificar o trabalho, conforme Mancebo (2011): i) através da inserção de modificações de cunho técnico; ii) através de mudanças de caráter organizacional no processo de trabalho. A autora lista diversas formas que adotam essa intensificação do labor acadêmico⁵: executar atividades que outrora eram realizadas por um grupo de pessoas maior, ampliação de serviços sem contratação premente de mais funcionários; reposição do quadro de docentes aposentados não realizado; efetivação de diversos serviços ao mesmo tempo, etc.

Com as implicações da corrosão do labor acadêmico acarretam danos à saúde deste sujeito. A pesquisa realizada por Landini (2008) denota que a saúde dos docentes do Brasil se encontra em grande risco em virtude de diversos fatores que auxiliam o agravamento deste quadro, por exemplo, o tipo de atividade realizada, a grande intensidade de trabalho, e a perda da autonomia.

Vários são os tipos de sintomas que evidenciam problemas de saúde desenvolvidos pelos professores pelo excesso de trabalho – psicossomáticos e defensivos – que desencadeiam a evasão da docência. Esse cenário é prejudicial aos docentes, mas também aos discentes que perdem a colaboração que estes profissionais podem oferecer (SAMPAIO; NOVAES; LIMA, 2012, p. 07).

A intensificação do trabalho do docente reitera Mancebo (2011), vem sendo a responsável pelo adoecimento dos professores, pelo padecimento emocional e físico engendrando implicações avultadas na categoria que se situa em um vendaval de atividades, bem como metas.

À guisa de conclusão

Ainda que não seja um fenômeno com tom de novidade, a precarização do trabalho ganha novas roupagens, se tornando, dessa forma, de acordo com Lima e Ferreira (2013, p. 9) “a problemática do século XX”. Nesse sentido, o labor acadêmico não foge da lógica da precarização, que está imbuída nas instituições privadas e públicas de ensino superior de forma patente. Com efeito, esta precarização se

⁵ Mancebo (2011) ressalta que as TIC's auxiliam de forma expressiva esse processo possibilitando a ampliação da jornada de trabalho, ultrapassando, assim, a jornada regular.

expressa na forma jurídica⁶, bem como na flexibilização e intensificação do trabalho, e por meio da execução de uma lógica produtivista.

Podemos considerar que a intensificação do labor acadêmico, bem como a redefinição de suas atribuições

[...] – tanto em sua forma como em seu conteúdo –, a divisão estabelecida pela crescente contratação de professores substitutos como tática para ampliação do ensino superior nas instituições públicas são estratégias para desarticulação da carreira docente – uma conquista histórica – e do projeto de universidade em que pesquisa, ensino e extensão são indissociáveis. Mudam os atores em cena, muda a cena, e novos atores são formados, adaptados ao novo cenário. A diferença básica entre um docente-pesquisador e um empreiteiro não está, no entanto, restrita à quantidade e à velocidade do trabalho realizado ou às modificações nas relações de trabalho: como assinalado, é um outro *ethos* acadêmico (o capitalismo acadêmico periférico). (LOPES, 2009, p. 21, **grifos dos autores**).

Nessa acepção, seguindo com o raciocínio dos autores, “a lógica do capital modifica o docente-pesquisador em empreiteiro” quando ele adapta a sua produção intelectual em um peculiar valor avaliado de uma forma determinada, assim, conformando “[...] o seu labor a padrões possíveis, restringindo os temas e a epistemologia aos marcos do pensamento único”. (*Ibid.*)

Portanto, as políticas de educação superior que essencialmente possuem um cunho mercantilista agem como empecilhos ao labor acadêmico, como também à sua autonomia, sujeitando o docente a uma processualidade de contradição entre as postas e as concretas condições de trabalho.

Referências bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2010.

BARRETO, R. G.; LEHER, R. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, p. 423-436, 2008.

⁶ A forma jurídica à qual se expressa a precarização do labor acadêmico das instituições de ensino superior se trata dos contratos de trabalho.

BOSI, Antônio. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

CARVALHO, Clarisse da Costa. **Serviço Social e privatização do ensino: a precarização do trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior na Zona da Mata Mineira**. Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Feral de Juiz de Fora. 2009.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. RJ: Zahar, 1968.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª. Ed. RJ: Zahar Editores, 1975.

KUENZER, A.; CALDAS, A. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO, F.; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, N. L. R. (Orgs.): **A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividades**. Campinas, SP: Papirus, 2009.

LANDINI, S. R. Significado e sentido do trabalho docente: as contradições no trabalho e sua relação com os quadros de adoecimento psíquico. In: MONFREDINI, I. (Org.). **Políticas educacionais, trabalho e profissão docente**. São Paulo: Xamã, 2008.

LIMA, K. **Universidades Federais e Programa Reuni: alterações nas funções da universidade pública brasileira**. Advir (ASDUERJ), v. 23, p. 20-26, 2005.

LIMA, K. R. R.; FERREIRA, E. L. Crise do Capitalismo, Contrarreforma do estado e Trabalho Docente: intensidade, intensificação e precarização. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2013.

LOPES, C. M. L. O REUNI e a intensificação do trabalho docente. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

MANCEBO, D. Intensidade do trabalho docente: um debate necessário. In: SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M.; MENEGHEL, S. M. (Orgs.). **A cultura da universidade pública**. São Paulo: Xamã, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NISHIMURA, S. P. **A precarização do trabalho docente como necessidade do capital: um estudo sobre o REUNI na UFRGS**. Universidade e Sociedade, Brasília, ano 23, n. 53, p. 48-59, 2014.

SAMPAIO, F. R.; NOVAES, M. A. B.; LIMA, K. R. R. Trabalho Docente no Capitalismo Contemporâneo e o Cotidiano do Professor. In: **IV Fórum Internacional de Pedagogia**. Paranaíba: Universidade Estadual do Piauí, 2012.

OLIVEIRA, J. F. As influências da reforma da educação superior no Brasil e na União Europeia nos papéis sociais das universidades. In: _____ (Org.). **O campo universitário no Brasil**: políticas e processos de reconfiguração. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

SILVA, M. E. P. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior**: entre o público e o mercantil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012

WOOD, E. M. **El império del capital**. Espanha: El Viejo Topo, 2003.

ARTIGO

UMA BREVE HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO POLÍTICA
REPRESENTATIVA DE OTTOMAR DE SOUSA PINTO EM
RORAIMA NOS PRIMEIROS ANOS DO GOVERNO DO
ESTADO (1991-1994)

Resumo

O presente trabalho analisa as representações da política populista por trás do governo de Ottomar de Sousa Pinto, durante o primeiro governo do Estado de Roraima (1991-1994). É percebido que essas representações permaneceram na memória da população que vivenciou o seu governo, também, devido aos artigos dos jornais, a seu favor, que escreveram suas ações e discursos, e transmitem a imagem representativa que o mesmo desejava passar. Destarte, pode-se evidenciar a multiplicidade de perspectivas adotadas por cada um sobre o governo de Ottomar. Alguns construíram a imagem representada pelos jornais ao seu favor do “homem do povo”, do “líder carismático”, outros o acusam de populista, manipulador, autoritário e nepotista; e os terceiros, por sua vez, estão divididos entre estas duas vertentes, isto é, de que ele era carismático e “bom”, porém utilizava-se da manipulação e do poder em algumas ocasiões para se beneficiar.

Palavras-Chave: Representações; Política Populista; Governo de Ottomar.

Abstract

The present work analyzes the representations of the populist politics behind the government of Ottomar de Sousa Pinto, during the first government of the State of Roraima (1991-1994). It is perceived that these representations remained in the memory of the population that experienced their government, also, due to the articles of the newspapers, in their favor, that wrote their actions and speeches, and transmit the representative image that the same wished to pass. From this, it is possible to show the multiplicity of perspectives adopted by each one on the government of Ottomar. Some have constructed the image represented by the newspapers in their favor of the “man of the people”, the “charismatic leader”, others accuse him of populist, manipulative, authoritarian and nepotistic, and the third, in turn, are divided between these two strands. That is, that he was charismatic and “good”, but he used manipulation and power in some occasions to benefit.

Keywords: Representations; Populist policy; Government of Ottomar.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Roraima (2010-2014). Mestranda em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia (2014-). E-mail: elenpatsn@gmail.com

Ottomar de S. Pinto na história e na historiografia de Roraima

Talvez por se tratar ainda de um tema relativamente novo ou pela proposta da maioria das pesquisas serem abrangentes, analisando décadas e até mesmo séculos da história de Roraima, poucas são as obras que discutem o governo de Ottomar; e as que o fazem são voltadas mais para a sua administração do período do território (1979-1983) do que para o governo pesquisado (1991-1994), que é tratado nos trabalhos de maneira superficial e incompleta.

Ao fazer uma leitura crítica dessas poucas obras – sendo elas: duas teses de doutorado, uma dissertação de mestrado e um artigo – pode-se compreender como os discursos e ações de Ottomar Pinto, junto com a recepção da imprensa, conseguiram traçar uma representação popular desse líder, o que legitimou sua imagem de “homem do povo” e até mesmo consolidou sua importância política-cultural para a história do Estado, já que permanece na memória e, por isso, muitos tentam ser seus herdeiros políticos como será mencionado por Elói Senhoras (2010) mais na frente. Isso é possível ao pensarmos essas fontes, discursos e jornais, conforme o pensamento de Le Goff, em que ele afirma que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (1990, p. 548).

Desta forma, pode-se concluir a impossibilidade de qualquer documento ser neutro, pois o grupo ou indivíduo que o produziu pertencia a uma classe, logo há um interesse, uma subjetividade mesmo que de forma inconsciente por parte de quem o escreveu. Destarte, a leitura e interpretação desse documento também sofre influência e manipulação por parte do historiador, assumindo ou não o seu papel subjetivo na análise e escrita da história. Tendo isso em mente, passemos para a análise histórica de nosso personagem.

Aos 47 anos de idade, o ex-comandante da COMARA – Comissão de Aeroportos da Amazônia em Belém-PA – entrou na história de Roraima, acompanhado de sua mulher Maria Marluce Moreira Pinto, que também faz parte do grupo político da região. O pernambucano, Brigadeiro da aeronáutica, Ottomar de Sousa Pinto foi um dos governadores biônicos nomeados do Território Federal de Roraima no período

do regime militar (1964-1985) a ocupar o Palácio 31 de Março¹, sede do Governo em Boa Vista. Ele governou de forma peculiar em relação aos que o antecederam por sempre tentar conciliar os grupos em conflitos políticos, em principal destaque as elites locais (SANTOS, 2004). O que Lobo Jr. também retrata quando fala que,

Ottomar instalou uma política diferente de todos os seus antecessores, ficou conhecido como o “governador da paz”, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado as lideranças locais. De forma estratégica formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixada por Pereira. [O seu antecessor] (2008, p. 32).

Essa ideia representativa de conciliação além de estar presente no discurso militar da época, lembrando que o referente era militar e ocupou o cargo de governador do território nos anos de 1979 a 1983, faz parte da experiência histórica brasileira. De acordo com Castro Rocha (1998), a conciliação é a busca da conservação dos códigos definidores da estrutura social, podendo ocorrer em uma sociedade dominada por homens cordiais, o que se aplica às representações políticas e, no caso deste estudo, ao de Ottomar Pinto.

O primeiro cargo político de Ottomar ocorreu em Roraima. Pelo menos não há nenhum registro de que isso já tivesse ocorrido anteriormente. Na edição do dia 15 de abril de 1979 do *Jornal Boa Vista* está escrito um relatório das funções já exercidas pelo Brigadeiro junto de sua formação acadêmica:

O Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto pertence atualmente ao quadro de oficiais engenheiros da Força Aérea Brasileira e tem 47 anos de idade. Além de todos os cursos da FAB, formou-se em engenharia civil, com mestrado na Universidade de Berkeley, na Califórnia, Estados Unidos. Completou sua formação concluindo os cursos de engenharia rodoviária, elétrica e economia. Formou-se ainda em medicina, direito e economia. Na sua vida profissional foi responsável entre outros trabalhos, pela construção e melhoramentos de mais de vinte pistas de pousos nas regiões Norte e Nordeste do país, inclusive em Roraima.

Em nenhuma das edições do jornal daquele ano consta ou faz menção quanto às intenções do mesmo em se tornar um político, apesar do cargo. Conquanto, toda carreira em geral, assim como a carreira política, pressupõe um desenvolvimento. A formação do profissional passa por fases de aprendizagem e contínuo aperfeiçoamento. Contudo, o personagem analisado parece ter pulado várias etapas, visto

¹ Sua construção iniciou nos governos de José Maria Barbosa e Dilermando Cunha da Rocha, e terminou no governo de Hélio Campos, que o batizou como Palácio 31 de Março em homenagem ao Golpe Militar brasileiro que se deu em 31 de março de 1964. Posteriormente, o nome foi substituído para Palácio da Fronteira, e por fim, para Palácio Senador Hélio Campos.

que começou já de cima. Parece até que já tinha tempos na política partidária; pois, não é simplesmente se candidatar para o maior cargo do Estado e já ser eleito, pelo contrário, há um processo antes e durante as eleições. Por exemplo, no tempo que as antecedem, são os partidos que escolhem dentre os filiados os candidatos, e essas seleções dependem muito do relacionamento dos candidatos com os membros da direção do partido. O êxito da eleição do candidato na maioria das vezes dependerá do apoio dessa cúpula e do seu patrimônio e/ou investimento.

Geralmente os candidatos políticos eleitos já possuem algum histórico de passagem por cargo político ou público, parentesco com outros parlamentares, ou o mais comum: pertencem a uma família tradicional local. A ausência de qualquer um desses requisitos, praticamente exclui a probabilidade de um novato ser bem sucedido politicamente, porque em suma, a atividade política é como um negócio, passado de geração a geração; como se pode perceber ao analisar a história dos políticos eleitos no nosso país e até mesmo em outras regiões do mundo.

Ottomar antagonicamente não possuía nenhum histórico de passagem por cargo político, não tinha parentesco algum com os parlamentares e nem pertencia a família tradicionais do local, pelo contrário, veio de outra região brasileira. Então como foi que ele conseguiu se manter no poder mesmo após o retorno da democracia, com eleições diretas? A resposta é que ele aproveitou o momento político da ditadura militar, com seu objetivo de “preencher os espaços vazios” para proteger as fronteiras brasileiras. Neste período houve um investimento por parte do governo federal ao regional, muitas verbas foram enviadas para trazer pessoas de outras regiões e para modernização; e como o então governante estava na frente da administração do território e após do Estado, quando ainda havia incentivo para migrações, a “glória” ficou para ele, que construiu sua base eleitoral principalmente nesses migrantes de camadas populares (além do mais desde o princípio ele optou pelo assistencialismo, concedendo cestas básicas, presentes, empregos, terrenos, e etc. aos necessitados).

Neste mirante, podemos afirmar que o sucesso de Ottomar em Roraima foi um caso especial, pois não surgiu do processo tradicional da política examinada em outras regiões do Brasil. Porém, cabe ressaltar, que embora tenha sido um caso especial, não foi o único, visto que tivemos casos parecidos em Rondônia com Jorge Teixeira, no Pará com Joaquim de Magalhães Barata, e Gilberto Mestrinho e Plínio Coelho no Amazonas. Especificamente no caso do referenciado, o que houve foi uma combinação de três fatores: primeiro, uma sociedade política local fraca, sem liderança; segundo, a Ditadura Militar brasileira que o inseriu no Governo local; e por último, e não menos essencial, o seu carisma pessoal. Esses três pontos lembram

bastante a análise formal do populismo feito pela revista nacionalista “*Cadernos do Nosso Tempo*”² (1954), onde primeiro há uma massificação provocada pela proletarização (não consciente) de amplas camadas da sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne em “massa”; segundo, há uma perda da ‘representatividade’ da ‘classe dirigente’, e por último ocorre a presença de um líder dotado de carisma pelas massas.

Entretanto, este é um caso especial de populismo por essa região analisada ter suas particularidades que a diferenciam dos Estados do Sudeste e Sul brasileiro onde foram focalizados este caso de política populista. Lá (no sul e sudeste) a modernização, por meio de indústrias, ocorreu bem antes que aqui – no caso do estado do Amazonas, que faz fronteira com Roraima, já existe indústrias e seus “proletariados”, todavia, em Roraima a situação ainda é precária, sendo que a maioria das coisas vem de fora, e a principal mão de obra ou classes sociais são compostas pelos agricultores, pecuaristas, servidores públicos, autônomos, a elite tradicional e a política, fazendeiros, garimpeiros, tribos indígenas e os empresários e trabalhadores dos comércios e empresas de pequenos portes, se comparado com as grandes indústrias de São Paulo, e etc. –.

Nos anos em destaque houve um grande contingente migratório em Roraima, isto é, a grande maioria da mão-de-obra do Estado, denominada de “massas” pelos marxistas por serem manipuladas, foi provocada principalmente por este fator e não pelo proletariado das indústrias analisada pela revista “*Cadernos do Nosso Tempo*”. Como eles vieram de vários municípios do nordeste e outras regiões, podemos também afirmar que eles foram desvinculados de seus quadros sociais de origem (em vários casos) e manipulados pela política assistencialista de Ottomar, por isso, foram reunidos como algo que poderíamos chamar ao equivalente de “massa”, guardadas as devidas proporções da situação da população local. Em suma, acredito que pode-se fazer uma analogia coerente entre o possível populismo dessa região com as demais.

Retornando para as duas últimas características destacadas pela revista em foco, temos: a perda da ‘representatividade’ da ‘classe dirigente’, que também pode ser observado em Roraima no período da primeira eleição para governador do constituído Estado, isto devido as intervenções do governo federal na Região desde épocas remotas até por fim o período da Ditadura Militar que auxiliou em grande medida

² Os *Cadernos de nosso tempo* começou a ser publicados pelo Grupo de Itatiaia em 1953, por ocasião da fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) pelo mesmo grupo. Participaram da revista intelectuais como Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe.

o surgimento do líder político Ottomar Pinto. Por último a presença de um líder dotado de carisma pelas massas.

Destarte, a qualificação de Ottomar, no primeiro ano de seu governo, não foi fruto do prévio exercício da política, pois, sua entrada no mundo político de Roraima ocorreu de cima para baixo, isto é, fora um ato institucional de um regime ditatorial. O mérito não consistiu em entrar, mas sim de construir alianças que viabilizaram a sua permanência.

Sua forma de governar, conforme Lobo Jr. (2008), surpreendeu até mesmo seus aliados por sua característica populista/assistencialista que o fez um governador adorado pelo povo; e cuja popularidade crescia com o enorme fluxo migratório estabelecido em seu governo reforçando o seu contingente eleitoral.

Analogamente, Elói Senhoras (2010) afirma que Ottomar destacou-se na política por seu estilo paternalista desenvolvido na máquina administrativa local, que perdurou por mais de três décadas. Um exemplo disso foi o legado deixado por ocorrência da redemocratização e o início da década de 1990: as alianças políticas que são desenvolvidas ao redor da imagem política de Ottomar Pinto, desde sua eleição para governador do recém-criado estado de Roraima, nos anos de 1991 a 1994, até as eleições de 2010. “As diferentes chapas políticas buscam se promover e tirar proveito em alguma medida como herdeiros deste passado político recente” (SENHORAS, 2010, p. 12).

Segundo a Folha de São Paulo (11 dez. 2007), que sumarizou sua biografia após seu falecimento:

Brigadeiro da Aeronáutica, Ottomar de Sousa Pinto nasceu em 19 de janeiro de 1931, em Petrolina (PE). Iniciou a carreira militar na Escola de Aeronáutica de Campos dos Afonsos (1948), no Rio de Janeiro [...] saindo coronel aos 42 anos. Durante a carreira militar, realizou cursos de nível superior: Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia. [...] Em 1979, foi nomeado governador do então Território Federal de Roraima, no início do governo do presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, permanecendo no cargo até abril de 1983. [...] Foi deputado federal constituinte (1986-1990), com sua mulher, Marluce Pinto. Em 1990, candidatou-se a governador de Roraima – foi o primeiro governador eleito do Estado (1991-1994). [...] Em 1996, foi eleito prefeito de Boa Vista. O segundo mandato do governador Ottomar Pinto teve início em 10 de novembro de 2004, quando ganhou no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em Brasília, o direito de assumir o governo em substituição a Francisco Flamarion Portela, cassado por crime eleitoral durante a campanha de 2002. Em 2006, ele foi reeleito com cerca de 62% dos votos.

Ottomar foi quatro vezes Governador de Roraima, uma vez Prefeito de Boa Vista e em 1988 Deputado Federal Constituinte. Conforme Lobo Jr. (2008), Freitas (1993) e Santos (2004) Ottomar ao longo de sua carreira passou por vários partidos, dentre eles, ARENA, PDS, PTB, e PSDB. Entre suas perdas estão: a derrota em 1985 para “Aliança Democrática” constituída pelo PFL e PMDB, que elegeu o advogado Silvio de Castro Leite para Prefeito de Boa Vista; em 1989 quando perdeu a eleição novamente para Prefeito de Boa Vista, para Barac Bento, e a de Governador para o Engenheiro Neudo Campos em 1998; e em 2002 nas eleições para Governador perdeu para Flamarion Portela, Vice-Governador de Neudo Campos. Retornou para a cena política do poder em 2004 como chefe do executivo, depois da cassação de Flamarion por “crime eleitoral”, continuando o mandato em 2006 após derrotar o Senador Romero Jucá no primeiro turno. Lobo Jr. aborda que Ottomar não só criou sua base eleitoral da política migratória, governando de forma assistencialista, como também apoiou os pecuaristas quando ocorreu a demarcação de áreas indígenas.

Neste sentido, após a síntese do histórico de Ottomar, podemos afirmar que sua eleição para governador do constituído Estado de Roraima em 1990 se deu graças a sua base política construída no seu primeiro governo no Território (1979-1983) e por ter continuado na cena política da região roraimense, buscando emergir no poder local, o que foi concretizado. Ele, junto com seu vice Airton Dias (1991-1994), aprimoraram a sua política assistencialista desenvolvida no seu governo anterior mesmo com as mudanças na estrutura política impostas pela Constituição de 1988.

Como esses acontecimentos são ainda recentes, parte da população e algumas figuras políticas atuais conviveram com Ottomar e, por isso, resquícios desta história ainda estão presentes em homenagens, não faltando elogios ao seu governo e polêmicas sobre a sua forma de governar. No Estado há quadra esportiva, hospital (no município de Rorainópolis), quartel geral da polícia militar, monumentos, e outras obras com o seu nome, além de bairro e ginásio conhecidos mais por seus apelidos do que pelos nomes atuais. Como por exemplo o bairro São Bento que é conhecido mais por brigadeiro (um dos nomes que o chamavam), os bairros Pintolândia I e II (referência ao seu sobrenome “Pinto”, que ainda mantém o nome em sua homenagem) e o ginásio poliesportivo Vicente Ítalo Feola, onde o governante costumava usar para entregar presentes em datas comemorativas, que é conhecido mais por “Totozão”, outro apelido dado a Ottomar por pessoas próximas.

Para compreender melhor o governo roraimense é necessário analisar o contexto político nacional responsável pela transformação do Território de Roraima em

Estado da União, período subsequente a eleição que tornou Ottomar o primeiro governante do constituído Estado.

Vamos retornar ao ano de 1979, momento em que o Presidente da República, General Ernesto Geisel, estava empenhado em fazer a transição política da “Ditadura” para a democracia, e por isso, concentrava seus esforços em criar as condições políticas necessárias para que seu sucessor, no caso o General Figueiredo, procedesse a volta do país ao regime democrático.

No âmbito nacional se vivia em clima de abertura política. Já em Roraima, o que se via era uma realidade política de subordinação administrativa à União, onde interesses locais conflitavam com o Governo Central. Sendo que a questão maior entre os pares era relativo ao setor agrário. No caso local, o problema se acentuava mais ainda devido os diferentes grupos indígenas e a Igreja Católica.

Com a visível proximidade da abertura política e consequente fim da ditadura os grupos locais estavam eufóricos com a possibilidade da tomada de poder político do Estado. Esses grupos eram constituídos por famílias tradicionais, fazendeiros, garimpeiros e políticos. Eram representantes de uma elite que veio sendo construída no território desde o início da colonização das terras do Rio Branco pelos Portugueses no século XVIII. Neste contexto o governador nomeado da época, Ottomar:

(...) tratou de pacificar os ânimos entre os grupos dominantes locais, divididos entre os que apoiavam Ramos Pereira, a minoria, e as outras lideranças, como os membros da família Brasil. Formou um secretariado tendo por base as forças locais, como Getúlio Cruz, Mozarildo Cavalcanti e Francisco Chagas Duarte, todos roraimenses ex-estudantes em Belém – PA, patrocinados pelos governos anteriores. Os três se notabilizariam, após projeção como Administradores, como líderes políticos (SANTOS, 2004, p. 142).

Após duas décadas de Regime Militar (1964-1985) finalmente ocorreu a abertura política com novas eleições democráticas. Três anos depois foi aprovada a Constituição Federal de 1988 que reorientou o poder nacional em suas diferentes esferas. A Carta Magna que compreende 9 títulos e 33 capítulos passou a condicionar e orientar a aplicabilidade de todas as suas normas, assim como as atividades legislativas, executivas e judiciárias enunciadas em um total de 250 artigos (OLIVEIRA, 2003). Dentre estes artigos está o responsável por transformar o Território Federal de Roraima em Estado da União.

O Território Federal de Roraima foi transformado em Estado Federado através do parágrafo primeiro do artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988, referentes às mudanças geopolíticas:

Art. 14. Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

§ 1º A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos Governadores eleitos em 1990.

§ 2º Aplicam-se à transformação e instalação dos Estados de Roraima e Amapá as normas e os critérios seguidos na criação do Estado de Rondônia, respeitado o disposto na Constituição e neste Ato.

§ 3º O Presidente da República, até quarenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, encaminhará à apreciação do Senado Federal os nomes dos Governadores dos Estados de Roraima e do Amapá que exercerão o Poder Executivo até a instalação dos novos Estados com a posse dos Governadores eleitos.

§ 4º Enquanto não concretizada a transformação em Estados, nos termos deste artigo, os Territórios Federais de Roraima e do Amapá serão beneficiados pela transferência de recursos prevista nos art. 159, I, a, da Constituição, e 34, § 2º, II, deste Ato. (BRASIL, 1999, p. 41)

De acordo com Santos (2004, p. 69) “a Constituição de 1988 teve um papel estruturante no novo mapa do poder regional e local, pois entre outras medidas, garantiu o repasse de recursos aos estados e municípios (...)”. A nova Carta era a principal orientadora para a atuação dos governantes, tanto de Roraima quanto do Brasil. Os estados passaram a ter autonomia, assim como os municípios que agora seriam fiscalizados pelo Poder Legislativo Municipal. Os planos políticos do governador eleito a partir de agora deveriam passar pela Assembleia Legislativa para serem ou não aprovados. Dentro deste novo contexto é que se insere o personagem central do governo pesquisado.

A história e principalmente a memória de Ottomar Pinto no Estado de Roraima se dão pela perpetuação das representações produzidas por ele a partir dos seus discursos recepcionados na imprensa, do líder popular, do homem do povo que lutava pela causa dos pobres e pela conciliação dos grupos políticos do Estado, que ia pessoalmente cumprimentar cada pessoa e entregar presentes e benesses a população. Esse modo de agir de tratar individualmente cada pessoa nos traz a memória outra característica utilizada por Weffort em que ele afirma que “(...) no populismo as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos” (1980, p. 74).

Considerações finais

O primeiro Governo do Estado de Roraima (1991-1994) utilizou-se do assistencialismo como principal método político administrativo. Estas ações em conjunto com outras características, até mesmo particulares a personalidade de Ottomar de

Sousa Pinto, convergem para um pensamento de ter havido um caso de populismo em Roraima. Ressalve que essa análise é construída tendo por prisma as particularidades regionais.

Diferente das regiões sul e sudeste do Brasil, onde existem grandes indústrias, proletariado e, portanto, maiores lutas de classes, além de grupos políticos já amadurecidos, Roraima possuía nos anos em destaque uma economia de pequeno porte. Ela se baseava principalmente no serviço público, na agricultura, na pecuária e no garimpo, sendo que o último estava com ordem de extinção pelo Governo Federal após 1988. Quanto a política era a primeira vez que ocorria eleições democráticas, ou seja, os grupos políticos partidários estavam sendo formados a fim de lutar por uma emersão no poder local. Uma nova elite se estabelecia, vindo de fora como a família Pinto e a Jucá que participaram de cargos no território e permaneceram, como ainda hoje se observa.

Quando esta região foi transformada em Território Federal do Rio Branco, no ano de 1943 durante o Estado Novo, os constituídos governantes tinham grande dificuldades em lidar com as principais famílias que formavam a elite local, que outrora detinham o poder econômico e administrativo. Mas, com o tempo essa classe, mesmo em meio a intrigas, acabou se adaptando e misturando-se com a nova administração, principalmente durante o governo de Ottomar nos anos de 1979 a 1983; pois, conforme a literatura estudada ele governou de forma peculiar em relação aos que o antecederam por sempre tentar conciliar os grupos em conflitos políticos, em principal destaque as elites locais.

Do período do território ao primeiro governo do Estado um outro grupo foi sendo formado, o dos migrantes, principalmente nordestinos, que vinham sendo apoiados por Ottomar desde a sua primeira administração já mencionada. Essa população possuía baixa renda e era auxiliada pelo Governo do Estado que utilizava-se do assistencialismo como método político administrativo. E juntamente com outros grupos carentes já residentes em Roraima, tais como indígenas, pequenos agricultores, pescadores, autônomos e etc. tanto da cidade, em principal destaque a periferia que estava crescendo com a migração, quanto dos interiores, formavam o seu pleito eleitoral. E não só isso, tornaram-se, em sua maioria, seguidores, admiradores e até mesmo defensores de seu governo. Vale salientar, que tudo isso foi aperfeiçoando no governo de 1991 a 1994.

Uma característica peculiar ao líder populista, segundo a visão Weberiana, é o carisma e isso o chefe do executivo Ottomar Pinto demonstrava ter, através de suas ações. Por sempre estar presente nos programas sociais destinado a qualquer classe

da sociedade roraimense, seja para entregar carros aos funcionários do Tribunal de Justiça, seja para entregar sementes aos agricultores ou cestas básicas à população carente, ele acabou exercendo grande influência sobre o povo. Através do contato direto com a população, ao entregar presentes, produtos variados ou em construções particulares, como residências; ou públicas, como escolas, hospitais e rodovias, ele mantinha ligações diretas com o seu eleitorado.

As atitudes do mencionado governador, consideradas paternalistas, lhes proporcionava em troca, por estar à frente, prestígio e gratidão, por parte dos beneficiados. Nos períodos festivos como Natal, dia dos pais, dia das mães, ou das crianças, dentre outros, ele unia grande parte da população de diferentes ofícios em um único grupo. O que confirma o pensamento de Weffort quanto ao populismo quando diz que nele as relações entre as classes sociais se manifestam de preferência como relação entre indivíduos.

Um ponto relevante destacado por Weffort, é que nas formas espontâneas do populismo a população vê no líder o projeto do Estado. Ou seja, tudo é posto no seu nome mesmo quando ele não é o único a pensar no programa ou na solução de algum problema. Quem se responsabiliza por esse engrandecimento pessoal são os meios de comunicações, controlados pelo governante que os utiliza como elemento chave de sua “manipulação popular” para ser aceito como legítimo mantenedor do poder pelos trabalhadores e população em geral.

O brigadeiro Ottomar Pinto continuou com as ações de seu primeiro governo no período do território (1978-1983), consideradas como populistas por algumas literaturas. Um homem cuja personalidade se comenta até hoje, mesmo após sua morte em 2007, por ter participado de grandes e importantes construções do Estado e principalmente pela sua forma direta de agir com a população carente e com as demais camadas da sociedade, de forma a transcender as fronteiras sociais e subordinar as instituições por meio de seu carisma.

O chefe do executivo desse período foi um líder carismático capaz de conciliar as classes, de manter uma ligação direta com o seu eleitorado, de produzir prazer em seus discursos e ações e por tais alcançar um grande número de seguidores. Pelos meios de comunicação conseguiu tornar-se legítimo e aceito pela população em geral, além de ter personalizado o poder com a sua imagem. Por meio de “manipulações” sempre conciliava o seu nome com os projetos do Estado, fato este que na verdade tornou-se, anos antes, uma característica da política brasileira e não apenas de Roraima. Neste mirante, denota-se em Roraima no Governo de Ottomar de Sousa Pinto, nos anos de 1991 a 1994, um caso de populismo. Todavia, um popu-

lismo mais regional e não abrangente como os casos nacionais, justamente por suas particularidades como se observou.

Referências bibliográficas

BIOGRAFIA de Ottomar de Souza Pinto. **Folha de São Paulo online**. São Paulo, 11 dez. 2007. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u353864.shtml>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LOBO JR, MANOEL RIBEIRO. **Formação e reorganização dos grupos políticos do estado de Roraima**: de 1943 a 1988. Trabalho de Conclusão da especialização - UFRR: Programa de Pós-graduação em História Regional, 2008.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima**. São Paulo, 2003. 378 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Universidade do Estado de São Paulo.

RORAIMA. Constituição (1991). **Constituição do Estado de Roraima**: promulgada em 31 de dezembro de 1991. Brasília, DF: Senado, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder**: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Belém, 2004. 271 f. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA.

SENHORAS, Elói Martins. Desafios políticos e eleições em Roraima. In: **From the Selected Works of**, January 2010. Disponível em: <<http://works.bepress.com/eloi/180>>. Acesso em 28 de julho de 2013.

SILVA, Angela Maria Moreira. **Normas para apresentação dos trabalhos técnicos-científicos da UFRR**: baseados nas normas da ABNT. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Literatura e cordialidade**: o público e o privado na cultura brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. In: H. H. Gerth; C. Wright Mills (org). Tradução DUTRA, Waltensir. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ARTIGO

IMPRESSÕES AMAZÔNICAS: A RELAÇÃO COMUNICACIONAL
DO IMAGINÁRIO ROMANTIZADO COM FRAGMENTOS DA
REALIDADE

Resumo

O artigo analisa aspectos do processo histórico de ocupação da Amazônia, para compreender como se moldou o imaginário sobre a região. O objetivo é verificar o caráter ecossistêmico comunicacional, ou seja, a complexa rede de significados propagada pelas relações entre os sistemas político-econômico, sociocultural e ambiental. O trabalho é apoiado em autores como PROUS (2007), GONDIM (2007), BENCHIMOL (2009) e PIZARRO (2012).

Palavras-Chave: Amazônia; imaginário; história; ecossistemas comunicacionais.

Abstract

This paper analyzes historical periods of occupation of the Amazon, to understand the formation of the regional imaginary. Intends to verify the communication network propagated meanings for relations between the political and economic systems, socio-cultural and ecological. The text is based on PROUS (2007), GONDIM (2007), BENCHIMOL (2009) and PIZARRO (2012).

Keywords: *Amazon; imaginary; history; communicational ecosystems.*

* Mestrando no Programa de Ciências da Comunicação, da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista Capes.
E-mail: rafaflopes@bol.com.br

Introdução

Desde menino sempre quis conhecer a Amazônia. No interior do Rio Grande do Sul, eu olhava para o norte imaginando as paisagens da selva, com árvores gigantes, povoada por índios e animais monstruosos, cheia de mistérios e lendas. Mais que uma região geográfica, uma imagem mítica me fascinava, pois minha concepção era baseada em filmes de aventura, telenovelas, livros didáticos de história e geografia, e nas reportagens sobre “o pulmão do mundo” ou o “último paraíso do planeta”. E pensava: será que esse lugar realmente existe? Será que um dia vou conhecê-lo?

Porém, as ilusões do senso comum, começaram a ir pela correnteza do rio, assim que desembarquei pela primeira vez em Manaus, no início da minha carreira como repórter, em 2002. Com o tempo, conforme fui conhecendo lugares do interior do Amazonas, assim como municípios de Roraima, Rondônia e Pará, as “decepções” sobre o “mundo fantástico” aumentaram. Não encontrei o que esperava, mas descobri outras realidades, tão diversas e ricas que me obrigaram a admitir as limitações da minha visão.

Devido ao exercício da profissão, conheci comunidades indígenas e ribeirinhas, porém, com uma dimensão cultural que não cabia no meu modelo padronizado. Passei a enxergar uma paleta de cores além do vermelho-urucum, na mistura entre brancos-amarelados, azulados-ribeirinhos, açáis-caboclos e outros tons. Percebi o preconceito que os próprios amazônidas têm nas suas “diferenças” e como a “raça” ainda cria barreiras.

Desbravei parte de uma belíssima floresta, cheia de animais silvestres, insetos e plantas, mas não fui atacado por monstros. Achei curiosa e fascinante a circulação pelos rios, que são como artérias a transportar gente e mercadorias. Ouvi sonoridades, experimentei sabores, aromas e fui levado por corredeiras e labirintos de igarapés.

Também notei que os problemas ambientais são muito mais complexos do que eu supunha e me choquei mais ainda com os problemas sociais. Encontrei cidades asfaltadas com edifícios moderníssimos, periferias e favelas de palafitas, vilarejos em ruínas, indústrias de alta tecnologia, sítios arqueológicos, exploração de minérios, expansão do agronegócio, turismo ecológico, tráfico de drogas e pessoas. Enfim, uma Amazônia que mesmo repleta de lendas e tradições, não é um universo exótico perdido no tempo e sua população sobrevive sem a “ação de rituais mágicos”.

Na contramão, sempre fui questionado sobre o cotidiano no sul do país. E até hoje, algumas pessoas do norte me perguntam se todos os gaúchos moram em

fazendas e trabalham na lavoura. Se nos pampas o transporte é feito a cavalo. Se os homens usam bombachas e botas e as mulheres longos vestidos rodados. Se o lazer é se reunir ao redor de uma fogueira, tocar sanfona (que chamamos de gaita), dançar o vanerão, comer churrasco, tomar chimarrão...

Esses contrapontos desconcertantes, talvez não sejam diferentes de um norte-americano que imagina o Brasil ou de iraniano concebendo um esquimó. Possivelmente, ninguém seja capaz de ter uma noção clara sobre as demais culturas, afinal, se já é difícil conceber a própria aldeia, quem dirá o mundo ao redor.

Diante disso, instigado pelo processo da construção de imagens representativas de povos ou lugares, e de como elas se disseminam, se perpetuam e moldam o nosso pensamento, me ocorreu a ideia deste trabalho. A proposta acabou se afinando com o perfil do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Universidade Federal do Amazonas, cuja área de concentração é Ecossistemas Comunicacionais, que busca compreender os fenômenos comunicativos a partir de uma complexa teia de relações.

Portanto, minha opção metodológica foi trabalhar com um fio narrativo, passando cronologicamente por aspectos de diferentes períodos históricos da Amazônia, para compreender a cristalização do imaginário sobre a região, na perspectiva ecossistêmica comunicacional. Para essa pequena viagem, trago autores como PROUS (2007), GONDIM (2007), BENCHIMOL (2009) e PIZARRO (2012).

As fantásticas viagens ao exótico “mundo perdido”

Séculos antes dos europeus chegarem à região, hoje conhecida por Amazônia, ela já era povoada. Estima-se cerca de dois milhões de pessoas, mas estudos realizados sobre áreas chamadas de Terra Preta de Índio¹ apontam a possibilidade de uma população ainda maior². Assim como em outras regiões da (atual) América (civilizações Inca, Maia e Asteca), essas populações formavam uma complexa teia de atividades, organizadas em tribos, aldeias ou pequenos grupos. Entretanto, toda

¹ Tipo de solo, cuja origem de formação baseia-se em duas principais hipóteses, a primeira é a antrópica, na qual as TPI teriam sido formadas não intencionalmente pelo homem pré-colombiano, ou seja, consequência do estilo de vida adotado por estas sociedades. A segunda defende que estes solos surgiram nos antigos campos de lavoura dos povos indígenas, e que foram resultados de uma intervenção planejada, ou seja, a chamada hipótese antropogênica. Disponível em: <<https://falacampo.wordpress.com/2014/02/03/terra-preta-de-indios-misteriosos-solos-da-amazonia/>> Acesso em 08/05/2015.

² Nova teoria propõe que a população da Amazônia pré-colombiana pode ter chegado a 20 milhões de pessoas no período antes da chegada dos europeus. Atualmente a população indígena do Brasil é de 460 mil pessoas. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/nova-teoria+afirma+que+amazonia+precolombiana+foi+populosa/n1237780376244.html>> Acesso em 08/05/2015.

essa cultura foi ignorada e suplantada a partir da imposição etnocêntrica dos colonizadores, com reflexos que permanecem até hoje, traduzidos numa visão “exótica” – construída pelo olhar estrangeiro.

Como qualquer explorador, chegamos com imagens preconcebidas e com os mitos produzidos sobre ela, como o do território verde com populações indígenas, do paraíso, do pulmão do mundo, entre tantos outros. Como dizíamos, uma consideração ampliada do cultural pode vir a incorporar uma variedade de elementos, mas nossa inquietude se orienta especialmente para o modo como foram construídos, e ainda se constroem, no discurso, os imaginários sobre esta área. (PIZARRO 2012, p. 29)

GONDIM (2007) diz que a Amazônia “é uma invenção”, a partir de relatos de viagens escritos por exploradores, missionários e artistas. A autora monta um painel dos viajantes e ficcionistas que escreveram sobre a região, entre os séculos XVI e XX, e reforça que a grande maioria desses aventureiros deixou o registro de entusiasmo, preconceito e fantasias. Essas viagens acenderam o imaginário dos europeus, pois estes sonhavam com o “paraíso e a fonte da eterna juventude”.

O impacto das construções simbólicas foi tão marcante que encontramos reflexos na atualidade. Na busca da gênese dessas ideias, GONDIM (2007) acredita que “a invenção da Amazônia” tenha raízes em concepções da mitologia grega, da bíblia e crenças da Idade Média, que configuraram ideologias reproduzidas até os dias atuais.

Mas, antes de concentrar-nos em antigos relatos, é preciso compreender como essa imensa região se formou e se desenvolveu anteriormente à chegada dos europeus. Existem diferentes teorias sobre o processo migratório e a ocupação pré-histórica na Amazônia.

Segundo PROUS (2007), vestígios cerâmicos, inscrições e pinturas rupestres de 11 mil anos atrás comprovam como é antiga a presença humana na região, porém acredita-se, que os primeiros grupos possam ter chegado há 20 mil anos, provenientes da Ásia, quando alcançaram a América pelo Estreito de Bering e foram povoando o continente, acompanhando as grandes manadas de animais, pois sobreviviam como caçadores-coletores.

Quando os primeiros grupos humanos chegaram à região, a vegetação era formada por savanas com manchas de florestas ciliares. Fósseis encontrados principalmente próximos a barrancos de rios indicam a presença de animais como o mastodonte, a preguiça-gigante, o toxodonte e o tigre-dentes-de-sabre, entre outros. Cerca de sete mil anos atrás o planeta passou por profundas mudanças climáticas que

impactaram à região, tornando-a mais quente e úmida. Com isso houve a expansão da floresta, como aponta PROUS (2007, p. 14), “além dos vestígios culturais, os vestígios naturais informam sobre o palioambiente: clima, vegetação, fauna e topografia, que mudaram ao longo do tempo, influenciando as coletividades humanas”.

Uma das consequências desse processo foi o aumento dos recursos de alimentação, marcando uma segunda fase na ocupação da Amazônia, caracterizada pelo início da formação sociocultural. Há aproximadamente cinco mil anos, os bandos passaram a permanecer por mais tempo numa determinada área, a praticar a agricultura e intensificar a fabricação de objetos cerâmicos. Com o surgimento da chamada Cultura de Floresta Tropical, os povos que habitavam a região diversificaram suas práticas e constituíram-se em diferentes culturas, destaca PROUS (2007). É nesse contexto que ocorre o encontro entre os nativos e os exploradores europeus.

Nos séculos XV e XVI Portugal e Espanha, eram grandes potências econômicas que, por meio da navegação, expandiam seus impérios. O tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, criava uma divisão territorial, na qual a atual Amazônia (mesmo ainda desconhecida ou não explorada pelos europeus) estava dentro dos domínios espanhóis³. Na época do tratado, Cristóvão Colombo já havia chegado a América Central, em 1492.

Já a chegada dos europeus ao Brasil é oficialmente tomada a partir da expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, na viagem que tinha por objetivo chegar à Índia contornando a África (como didaticamente se ensina), mas os portugueses já eram conscientes da possibilidade de grandes extensões de terra a oeste. BUENO (1989) aponta controvérsias na história oficial, pois muitos historiadores sustentam que outros navegadores teriam chegado ao Brasil antes de Cabral, como Vicente Yáñez Pinzón, Diego de Lepe e Duarte Pacheco Pereira, que em 1498, numa expedição encomendada pela Coroa Portuguesa, para conhecer o que estava além da linha de Tordesilhas, teria chegado à foz do rio Amazonas e à Ilha de Marajó.

A conquista de novas terras estimulava a cobiça, pois a partir do reconhecimento e posse, se afirmavam o poder político e econômico de Portugal, Espanha e outros impérios que buscavam estender seus domínios. E assim, se desenvolveu a terceira fase de ocupação na Amazônia.

Antes de chegar à região, os expedicionários acumulavam sonhos e fantasias acerca da Amazônia. Mas ela sempre foi misteriosa e, as sensações que eles tinham, é lógico, incluíam o medo de não encontrar o que tanto ansiavam. O que de fato aconteceu. Os indígenas

³ Tratado de Tordesilhas – Contexto Histórico. Disponível em: <http://www.historiadobrasil.net/resumos/tratado_tordesilhas.htm> Acesso em 10/05/2015.

seriam os habitantes que ajudariam os brancos a conseguir extrair a riqueza do local e ao mesmo tempo os auxiliariam na adaptação à região, mas não aconteceu dessa maneira. Os índios e os brancos não se entenderam, pois tinham objetivos diferentes. Os recém-chegados queriam escravizá-los e, a natureza do índio de fazer apenas o que deseja e o que precisa, não aceitou essa condição. Então: Os nativos são os agentes que desarmonizam a ordem social instalada pelo branco. (GONDIM, 2007, p.163)

A primeira grande expedição à região foi realizada entre 1540 e 1542, comandada pelo espanhol Francisco de Orellana (primeiro explorador a percorrer o curso do rio Amazonas dos Andes ao Atlântico).

Pressionados por adversidades comuns à época, os homens sonham encontrar o paraíso e a fonte da eterna juventude. A tradição religiosa dizia que um grande rio nascia naquele local aprazível, cujas águas encobriam riquezas, e não muito longe, uma fonte convidava para a total supressão dos males sociais, onde a fome, as doenças e as pestes continuamente dizimavam respeitáveis contingentes humanos. Esse local foi encontrado pelos expedicionários de Orellana e se localizava na região amazônica. (GONDIM, 2007, p.13-14)

Os relatos dessa viagem, que são os primeiros registros escritos sobre a floresta amazônica, destacando a diversidade de ambientes e culturas, foram feitos pelo frei Gaspar de Carvajal⁴. A percepção do escritor, possivelmente, seja responsável pelo início da construção do imaginário fantástico sobre a região, inclusive a referência de seu nome.

Segundo Carvajal, o grupo encontrou uma tribo na qual as mulheres demonstravam coragem e habilidades de guerreiras ao dispararem flechas, dardos e zarabatanas, para defender seu território (Carvajal relata que teria sido ferido por uma dessas flechas). Devido a essa postura destemida, os exploradores as relacionaram com as guerreiras amazonas da mitologia grega. A partir daí, o lugar passou a ser conhecido como “o rio das Amazonas”.

As Amazonas da mitologia grega era um grupo de mulheres que excluía a participação masculina. Eram exímias guerreiras e para manejar melhor o arco cortavam um dos seios. Uma vez ao ano mantinham relações sexuais com homens de uma tribo vizinha para perpetuar o clã. Os meninos nascidos desses encontros eram mor-

⁴ O texto da primeira viagem de navegação pelo Amazonas foi preservado através de duas cópias: uma conservada na Biblioteca da Real Academia de História e outra à Biblioteca Nacional de Madrid. A partir daí, entre os séculos XVI e XVIII, um importante conjunto de relatos sobre a Amazônia foi produzido por diversos sujeitos, fossem eles aventureiros, funcionários das Coroas ibéricas ou missionários. Neles, assim como em Carvajal, podemos encontrar dados que destoam da noção corrente, por muito tempo, de que a floresta tropical fosse pouco adequada para a sobrevivência humana e carente de recursos que viabilizassem a concentração e o desenvolvimento populacional. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0758.pdf>> Acesso em 10/05/2015.

tos ou encaminhados aos pais, já as meninas eram criadas pelas mães e treinadas nas práticas agrícolas, da caça e artes da guerra.

Com relação às “Amazonas da floresta”, alguns historiadores sugerem que na época da expedição de Orellana, já havia entre os índios da região a crença das Icamiabas, uma tribo formada por mulheres. Não tinham contato com homens além da necessidade de procriação. Os meninos eram sacrificados ou abandonados na floresta, enquanto as meninas se tornavam guerreiras. Essa lenda teria chegado ao conhecimento dos exploradores, e por algum fato ocorrido durante a viagem, possivelmente, relacionaram ambas as histórias, recriando no novo mundo um mito clássico. Inclusive, descrevendo as Icamiabas como mulheres desnudas, altas, brancas e de cabelos trançados no topo da cabeça.

A narrativa maravilhosa de Carvajal deixou como herança à grande maioria dos viajantes, a história das Amazonas no império dourado de Canhori. Quase trezentos anos depois, viajantes a serviço de seus países ainda se perguntavam pelas guerreiras solitárias. (GON-DIM, 2007, p.169)

A empreitada de Orellana, na busca de riquezas, remete ao fortalecimento do “mito do Eldorado”. Em espanhol *el dorado* significa “o homem dourado”, e neste caso, uma possível referência ao soberano de uma cidade com construções de ouro perdida no meio da floresta. A busca por esse lugar, que jamais foi encontrado, teria sido a motivação dessa e outras expedições, pois na época, os relatos indígenas aguçavam a ambição dos desbravadores. Pesquisadores relacionam este mito com inúmeras lendas, entre elas a dos índios Chibcha, que viviam próximo a atual Bogotá (Colômbia), e em seus rituais religiosos tinham o costume de cobrir o corpo do rei com uma resina sobre a qual sopravam um finíssimo pó dourado, para que ele se banhasse numa lagoa em devoção ao seu deus.

Em BOLLE; CASTRO; VEJMEKKA (2010) é ressaltado que a expedição de Orellana não foi a primeira ao território amazônico, porém a mais expressiva das incursões espanholas, fundando no imaginário o que os autores denominam de “região universal e teatro do mundo”. O rio Amazonas foi percorrido na sua intrincada geografia, completamente diferente dos ambientes que os europeus estavam acostumados, com situações que variavam da cooperação ao conflito armado, devido à diversidade de povos que encontraram ao longo do caminho. Somado a isso, estava à ambição por tornar reais as infundáveis promessas de riqueza.

Colonialismo canibal: o “civilizado devora o silvícola”

O território amazônico pertencia à Espanha, mas Portugal começou a impor estratégias para o seu controle, devido às invasões de ingleses, franceses e holandeses. Em 1616, na foz do rio Amazonas, foi fundado o Forte do Presépio, para proteger a região de invasões estrangeiras e dando origem a cidade de Belém. Nessa época os portugueses estavam interessados em ampliar seus domínios em direção a oeste, explorando as riquezas da floresta.

A partir de 1637, a expedição comandada pelo português Pedro Teixeira, composta por mais de duas mil pessoas, avançou pelo rio, estabelecendo núcleos de povoamento, explorando a mão de obra indígena e extraíndo produtos da floresta que eram comercializados no mercado europeu, como a castanha, o cacau, o tabaco, peles de animais, animais vivos, entre outros que ficaram conhecidos por drogas do sertão.

As dificuldades dos europeus em desbravar o ambiente natural da Amazônia, com condições geográficas e climáticas adversas, criaram a ideia de uma região indomável, o que o imaginário do colonizador classificou como o “inferno verde”.

A Amazônia é, assim uma construção discursiva. Somente através dessa construção é possível chegar a sua imagem. Esta região do imaginário é a história dos discursos que foram erigindo, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador. (PIZZARRO, 2012, p.33)

O processo de colonização subjugou e exterminou culturas e grupos sociais consolidados há séculos, mutilando povos e identidades.

As diversas vozes contidas nos “discursos narrativos da conquista” veiculam-se, sob três formas principais: o “discurso mitificador”, que opera uma ficcionalização tanto da realidade do Novo Mundo quanto da natureza e do significado do processo de conquista, o “discurso de desmitificação” (discurso narrativo do fracasso) que questiona os modelos formulados pelo primeiro deles, e o “discurso narrativo da rebelião”, que estuda o processo de crise e liquidação simbólica dos mitos e modelos anteriores. (MIGNOLO, 1982, p. 57)

Em menos de dois séculos de exploração europeia, a região amazônica, que era formada da multiplicidade cultural, passou a servir exclusivamente aos interesses dos colonizadores. Os habitantes nativos foram escravizados ou forçados a assumir uma nova configuração dentro de um processo que reduziu maciçamente a população indígena. Entre as imposições do colonizador vieram missões religiosas, principal-

mente dos jesuítas (expulsos em 1759, acusados de tentar criar um estado próprio no reino de Portugal) e dos franciscanos, com o intuito de converter os índios à fé cristã e utilizar sua força de trabalho. Os brancos também disseminaram doenças como a gripe, o sarampo e a tuberculose.

O Tratado de Madri, em 1750, foi fundamental para estabelecer oficialmente os domínios territoriais entre as colônias de Portugal e Espanha, visto que na prática ambas as cortes nunca cumpriram com o que havia sido firmado em Tordesilhas. Há de se ressaltar que nessa época os mapas eram bastante imprecisos o que dificultava avaliar a real extensão das terras. Além do critério do direito de posse (e os povoamentos portugueses já estavam estabelecidos em muitas regiões), os mapas que serviram de base para o tratado, encomendados por Portugal, propositadamente apresentavam algumas distorções no traçado de rios, o que favoreceu a corte de Dom João V e praticamente estabeleceu o contorno geográfico das fronteiras do Brasil atual.

Após o Tratado de Madri, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, pelo Marquês de Pombal, em 1755, com o objetivo de tirar o atraso de Portugal em relação a outras potências europeias, por meio do incremento comercial com a Europa, nas mercadorias produzidas na região, tais como cacau, canela, cravo, algodão e arroz, dando início a uma nova fase no desenvolvimento da região.

Essa segunda metade do século XVIII também é marcada pela chegada dos primeiros escravos africanos na região do baixo Amazonas, se concentrando entre o Pará e o Amapá, para suprirem a demanda de mão de obra, sobretudo, na construção civil, nas plantações de cacau e demais atividades agrícolas e de extrativismo. Muitos conseguiram fugir e formaram quilombos na região. Nessa época a miscigenação de raças era estimulada para aumentar o povoamento, fazendo florescer o que se convencionou chamar de população cabocla.

Tanto portugueses como espanhóis, no processo de conquista e ocupação, transplantaram e difundiram os valores e símbolos culturais europeus. A sociedade nativa amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas imperiais, aculturou-se, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à própria cultura original. De outro lado, os conquistadores que vieram “fazer a Amazônia”, a serviço da fé e do império, tiveram de ceder e adaptar-se ao mundo tropical circunjacente para poder sobreviver em meio às surpresas, incertezas e agressividade de um ambiente exótico e desconhecido. A colonização e expansão do império português, na Amazônia, foi uma tarefa dura e penosa que exigiu a mobilização de capitães-generais, sargentos-mores, sertanistas, missionários, colonos e índios ao longo de mais de duzentos anos de presença

nas colônias do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro. Durante esses dois séculos, a influência portuguesa se fez sentir de forma profunda na vida e cultura da região. (BENCHIMOL, 2009, p. 73-74)

Da ascensão à queda do “ouro branco”

No século XIX, a região amazônica passou por transformações políticas e sociais⁵, acompanhando uma série de revoltas ocorridas em outras regiões do Brasil, devido à dissonância entre os interesses regionais e os da coroa. A Cabanagem (1835-1840) foi uma revolta que congregou índios e caboclos (que sobreviviam na penúria) com a elite econômica de Belém (comerciantes e fazendeiros), na luta contra a exploração do governo regencial. Calcula-se que durante o conflito a província do Grão-Pará tenha perdido cerca de 40% da sua população, sem que os cabanos tenham alcançado seus objetivos.

A decadência foi acentuada na região e só começou a mudar a partir da criação da província do Amazonas (antiga Capitania de São José do Rio Negro), desmembrada do Grão-Pará, em 1850, quando surgiram os primeiros movimentos de valorização industrial da borracha extraída da seringueira (que já era utilizada pelos índios na fabricação de objetos como botas e recipientes). Entre 1870 e 1900 aproximadamente 300 mil nordestinos migram para trabalharem nos seringais, juntamente com os indígenas, pois devido a Revolução Industrial, as fábricas (principalmente a indústria de pneus) importavam matéria prima em grande quantidade.

Esses migrantes, empurrados pela pobreza e constantes secas no nordeste, acabaram tendo que se adaptar a uma realidade tão dura quanto a que viviam anteriormente, porém numa outra rotina. Foi preciso avançar para dentro da selva e realizar um trabalho pesado, desde a extração da seiva da seringueira, defumação e processamento do látex, até o transporte do material às margens dos rios, que era levado ao comércio nas cidades, de onde partia em navios para a Europa e América do Norte. A ideia do “inferno verde” voltou a ser marcada no imaginário da região.

Os seringueiros (trabalhadores dos seringais) e suas famílias, que também atuavam na produção da borracha, eram explorados ao extremo e sobreviviam de forma rudimentar (praticamente presos num perverso sistema de aviação), impedidos de conquistar sua independência financeira, enquanto os seringalistas (exploradores dos seringais) e comerciantes usufruíam da riqueza proporcionada pela atividade.

⁵ Uma viagem pela história da ocupação da Amazônia. Disponível em: <<http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/Cad.Prof-4-Historia.pdf>> Acesso em 10 de Maio de 2015.

Cidades como Belém e Manaus se desenvolveram rapidamente e ganharam ares cosmopolitas com a vinda de estrangeiros interessados em atividades comerciais e de exportação. As capitais importaram hábitos e costumes da moda, e passaram a usufruir de requintes que contrastavam com a realidade brasileira, como luz elétrica, sistema de água encanada, rede de esgoto e bonde elétrico. Prédios e palacetes suntuosos foram erguidos nesse período, como o Teatro Amazonas, inaugurado em 1896. Nessa época a borracha era responsável por quase metade das exportações brasileiras⁶.

O declínio deste ciclo, que durou cerca de três décadas, se deu com o fim do monopólio brasileiro na produção da borracha, devido a implantação de seringais na Ásia, mais produtivos e com preços mais competitivos no mercado internacional. Essa mudança tem como pano de fundo um dos casos mais famosos sobre biopirataria, pois os seringais constituídos na Malásia, Sry Lanca e Indonésia, tiveram origem em sementes de seringueiras contrabandeadas da Amazônia.

A decadência da atividade fez com que muitos seringueiros voltassem para o nordeste e ocorreu um despovoamento significativo na região entre as décadas de 1920 e 1930. Com a Segunda Guerra Mundial, os países aliados contra a Alemanha, sem acesso à borracha asiática, devido ao controle japonês, precisaram recorrer à Amazônia para não comprometer a indústria bélica, como vemos em MARTINELLO (1988). Nesse período ocorreu uma segunda migração em massa de nordestinos para o norte, são os chamados “soldados da borracha”, convocados pelo governo do presidente Getúlio Vargas, que tinha o apoio dos Estados Unidos, com grandes investimentos para a retomada da produção de borracha na Amazônia.

O discurso para atrair trabalhadores, ganhou força recorrendo às ideias de paraíso e fortuna fácil, quase numa alusão ao antigo mito do Eldorado. No entanto, na prática, a marcha para o oeste não trouxe a riqueza para os trabalhadores, que mais uma vez se viram presos numa cadeia de exploração econômica injusta. Quando a guerra chegou ao fim os norte-americanos desistiram de levar adiante os investimentos na região. Cerca de 30 mil seringueiros morreram vitimados por doenças e abandonados pelo governo brasileiro.

⁶ Manaus (Amazonas) é o centro de exportação de borracha. De um aglomerado urbano no meio da selva amazônica torna-se uma capital moderna, sendo chamada de Paris dos Trópicos. É a segunda cidade brasileira a instalar iluminação elétrica. Belém (Pará), que se torna a quinta cidade do País no início do século XX, após Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. São construídas amplas avenidas e praças, erguidos imponentes edifícios públicos e residências, além do porto. Durante este ciclo, a renda per capita no Amazonas foi, em média, de 224\$000 (duzentos e vinte e quatro mil réis) e nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, 93\$000 (noventa e três mil réis). A borracha representa 40% do volume das exportações do País. Com isso a região amazônica passa a ter importância econômica mundial. Disponível em: < <http://www.apabor.org.br/sitio/historia/historico.htm> > Acesso em 11/05/2015.

Amazônia fragmentada: os reflexos da ditadura

Na década de 1960 a ditadura militar pretendia integrar a Amazônia com o resto do país, pregava a unificação nacional e a proteção da floresta contra a “internacionalização”. Os militares realizaram obras em infraestrutura para a ocupação da região e a construção de estradas, como a polêmica e inacabada Transamazônica, rodovia ligando Cabedelo (PB) à Lábrea (AM).

A política do “integrar para não entregar” propunha um novo modelo de ocupação, com projetos mineradores, madeireiros e agropecuários, através de polos de desenvolvimento espalhados pela Amazônia, entre eles o polo tecnológico e industrial da Zona Franca de Manaus. Entretanto, as consequências dessas iniciativas ideológicas não se traduziram num progresso totalmente “sustentável” para o norte do país, diante da constatação de inúmeros problemas que crescem a cada ano.

Conforme dados do IBGE, de 1970 para 2000 (último senso realizado), a população da Amazônia Legal passou de sete milhões para vinte e um milhões de habitantes, ou seja, triplicou em trinta anos, obrigada a se adaptar dentro de um crescimento desordenado. Em 2009 a área desmatada atingiu a marca dos 70 milhões de hectares, e segundo ambientalistas a principal causa é o avanço da pecuária extensiva, que derruba a floresta para formar pastagens. A degradação ambiental também tem relação com a exploração ilegal de madeira, garimpos, grilagem de terras e projetos de assentamento que não cumpriram sua função social. O combate ao tráfico de drogas, animais, plantas e minérios não se mostrou eficaz diante da imensa extensão territorial a ser vigiada.

As tensões sociais se agravaram com a disputa por terras, obras polêmicas como a construção de hidrelétricas, a violência e a criminalidade nas cidades e comunidades do interior (com casos de repercussão internacional, entre eles os assassinatos do líder sindical Chico Mendes, em 1988, o massacre dos Carajás, em 1996, e a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, em 2005). No entanto, há quem veja o futuro com otimismo.

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação. Mudança, tanto no sentido econômico, pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas, como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos que para aqui se deslocaram. Só uma coisa permanece constante: a extraordinária capacidade que a sociedade amazônica demonstra em acolher, absorver, assimilar e integrar povos e culturas diferentes. E, sobretudo, nesse contínuo processo de adaptação, de renovar-se a si mesma, influenciando e se deixando influenciar, sem perder o seu caráter e a sua identidade brasileira e tropical. (BENCHIMOL, 2009, p. 487)

Considerações finais

O resultado de um processo de ocupação tão brutal só poderia resultar numa conformação social *sui generis*, que ao mesmo tempo está inserida num dos ambientes naturais mais importantes do planeta. Hoje se fala que o desafio para o desenvolvimento sustentável da Amazônia passa pela compreensão do seu processo histórico.

Por isso, é impossível esquecer que a imposição etnocêntrica, que dizimou povos e apagou suas identidades, permanece ainda hoje entre a sociedade, nos discursos e ações (reminiscentes de relatos, romances, imposições, massacres e ideologias), reforçando preconceitos e limitando o entendimento sobre essa região de dimensões continentais.

A ideia da contextualização histórica neste trabalho traz à tona uma complexa teia de relações, que perpassam por disputas de poder, ideologias, questões étnicas, aspectos socioambientais e político-econômicos, formando um ecossistema comunicacional, que propõe:

(...) estudos sobre os processos de organização, transformação e produção das mensagens conformadas na cultura a partir das interações entre sistemas sócio-culturais-tecnológicos, considerando a complexidade sistêmica e informacional dos fenômenos comunicativos. (MONTEIRO; ABBUD; PEREIRA, 2012, p 09)

Da intersecção entre esses elementos, ocorre a formação do simbólico, que levado novamente ao âmbito social reverbera tais concepções, perpetuando o imaginário no senso comum. Ou seja, a mitologização do cotidiano amazônico, sempre ocorreu no processo comunicativo, em seus diferentes meios, circunstâncias e épocas.

Espera-se que as questões levantadas aqui, possam gerar reflexões e construir outros sentidos referentes à imagem da Amazônia, pelos processos comunicativos, sejam eles no âmbito interpessoal, entre as comunidades, nas manifestações culturais e artísticas, pelas instituições ou pelos veículos de comunicação de massa.

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação social e cultural. Manaus: Valer, 2009.

BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel (orgs.). **Amazônia – Região Universal e Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

- BUENO, Eduardo. **A viagem do Descobrimento**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- _____. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica (Descobrimo o Brasil)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GONDIN, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao> Acesso em 16/05/2015.
- MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Ufac, 1988.
- MIGNOLO, Walter. **Cartas, crônicas e relações do descobrimento e da conquista**. Madri: Cátedra, 1982.
- MONTEIRO, Gilson Vieira; ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira; PEREIRA, Mirna Feitosa (orgs.). **Estudos e perspectivas dos ecossistemas na comunicação**. Manaus: Edua/UFAM, 2012.
- PINTO, Renan Freitas. **Viagem das idéias**. Manaus: Valer, 2006.
- PIZARRO, Ana. **Amazônia as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros – a pré-história do nosso país**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.